



ANAIS DO SEMINÁRIO

O Jornalismo entre a Sobrevivência e a Relevância: Uma Discussão a Partir de Artigo de Rodrigo Mesquita

13 de novembro de 2025

SUMÁRIO

Página do evento no site do IEA	2
Artigo na Folha de S. Paulo: <i>Crise do jornalismo deixou terreno fértil para erosão da democracia</i>	5
Síntese executiva	13
Anais do seminário	15
Roseli de Deus Lopes	16
Maria Arminda do Nascimento Arruda	16
Rodrigo Mesquita	18
Mesa 1	26
Virgílio Almeida	28
André Stangl	34
Demi Getschko	40
Debate mesa 1	45
Mesa 2	53
Lucia Santaella	54
Eun Yung Park	62
Magaly Prado	67
Debate mesa 2	76
Mesa 3	81
Eugênio Bucci	82
Luiz Fernando Martins Castro	86
Vitor Blotta	95
Debate mesa 3	99

O Jornalismo entre a Sobrevivência e a Relevância: Uma Discussão a Partir de Artigo de Rodrigo Mesquita

A ascensão da inteligência artificial e dos sistemas algorítmicos está redefinindo a produção e o consumo de informação, o que impõe um desafio   tico e de governança: justamente por ampliarem os riscos de manipulação e opacidade, torna-se urgente construir novas infraestruturas de mediação democrática. Esse cenário exige uma reflexão urgente sobre as responsabilidades   ticas e políticas das empresas de tecnologia.

Quem controla hoje a esfera pública? Quem decide o que vemos, pensamos e discutimos em sociedade? Até poucas décadas atrás, a resposta estava em instituições visíveis: jornais, rádios, TVs, partidos, universidades, sindicatos. Hoje, a mediação é feita por algoritmos das grandes plataformas sociais, programados para capturar atenção e explorar emoções, sem compromisso com veracidade ou acurácia.

As plataformas sociais conquistaram o ecossistema informacional    medida que os jornais permaneceram presos ao paradigma broadcast quando a web emergiu comercialmente em 95. O resultado foi a perda gradual do público, que passou a ser mediado por sistemas digitais concebidos para explorar a lógica da viralização.

O desafio agora    enfrentar a arquitetura do novo ambiente criado pela tecnologia e hoje dominado pelas plataformas sociais, reconstruindo-o em torno do interesse público. Este seminário é um convite a compreender essa paisagem em sua totalidade. Vamos examinar como as promessas da inteligência artificial se entrelaçam com o poder das Big Techs e como a crise do jornalismo pode, paradoxalmente, oferecer pistas para a reconstrução de uma esfera pública mais transparente, responsável e democrática.

[\(Leia o artigo na   ntegra\)](#)

(Rodrigo Mesquita)

Organização:

[Eugênio Bucci](#) (SCS, ECA e IEA-USP),

[Luiz Fernando Martins Castro](#) (Cátedra Oscar Sala do IEA-USP),

[Magaly Prado](#) (SCS e IEA-USP) e

[Virgílio Almeida](#) (Cátedra Oscar Sala do IEA-USP/UFMG)

Assista ao vídeo do seminário pelo [canal do YouTube do IEA](#)

O Jornalismo entre a Sobrev. e a Relevância: Uma Discussão a Partir de Artigo de Rodrigo Mesquita

Técnica:

Sergio Ricardo Vilani Bernardo

Produção:

Sandra Sedini

Organização

Cátedra Oscar Sala

Parceria

Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)

Programação

Boas-vindas e abertura:

10h Roseli de Deus Lopes (diretora do IEA)

Maria Arminda do Nascimento Arruda (vice-reitora da USP)

10h20 **Jornalismo, rede e democracia**

Rodrigo Mesquita (Inova USP)

Mediação pública, algoritmos e os desafios da governança democrática

11h **Exposição:**

Virgílio Almeida (catedrático da Cátedra Oscar Sala do IEA-USP/UFMG)

André Stangl (UFBA)

Demi Getschko (PUC-SP/Nic.br)

Moderação:

Magaly Prado (SCS e IEA-USP)

12h30 **Intervalo para almoço**

IA na comunicação: inovação, riscos, ética e responsabilidades

Exposição:

- 14h [Lucia Santaella](#) (PUC-SP)
[Eun Yung Park](#) (ECA-USP)
[Magaly Prado](#) (SCS e IEA-USP)

15h40 Intervalo

Regulação e cidadania: Como as arquiteturas algorítmicas afetam nossos direitos

Exposição:

- 16h [Eugênio Bucci](#) (SCS, ECA e IEA-USP)
[Luiz Fernando Martins Castro](#) (Cátedra Oscar Sala do IEA-USP)
[Vitor Blotta](#) (ECA e IEA-USP)

Moderação:

[Guilherme Ary Plonski](#) (IEA-USP)

17h30 Encerramento

Conteúdo relacionado

 [O Jornalismo entre a Sobrevivência e a Relevância: Uma Discussão a Partir de Artigo de Rodrigo Mesquita](#)

ilustríssima

Opinião

Expressa as ideias do autor e defende sua interpretação dos fatos

Crise do jornalismo deixou terreno fértil para erosão da democracia

Não podemos permanecer passivos   manipulação de algoritmos e governos autoritários

Rodrigo Lara Mesquita

Jornalista, é conselheiro do InovaUSP e pesquisador do ecossistema informacional; ex-diretor do Jornal da Tarde e da Agência Estado

[RESUMO] Derrocada da relevância social do jornalismo e explosão da cacofonia gerada pela internet nas últimas décadas, fatos intimamente interligados, nos levaram a uma crise civilizacional da qual temos sido reféns passivos. Esse cenário de terra arrasada, que beneficia poucas e poderosas empresas, virou um solo propício para a desinformação e o surgimento de políticos autoritários em todo o mundo. Restaurar os valores democráticos exigirá resposta enérgica para reimaginar o jornalismo e as plataformas digitais.

Estamos imersos em uma crise histórica de longa duração. Os pilares que sustentaram a democracia liberal do século 20 —representação política, jornalismo profissional, instituições reguladoras, pactos de coesão social— [sofrem um processo de desestruturação progressiva](#).

A explosão informacional trazida pela internet não produziu mais esclarecimento; ampliou o ruído, fragmentou consensos e corroeu formas tradicionais de mediação. O jornalismo, paralisado em sua arrogância institucional, não soube compreender a emergência do novo ambiente em rede.

As plataformas digitais, ao contrário, não hesitaram: capturaram rapidamente o centro da esfera pública, reconfigurando as formas de circulação de informação, opinião e afeto.

Embora a literatura crítica internacional acumule diagnósticos relevantes sobre a colonização algorítmica e o declínio das instituições intermediárias,   notável —e preocupante— o silêncio generalizado, inclusive no jornalismo, sobre a verdadeira dimensão dessa crise. Esta talvez seja a mais grave omissão pública do nosso tempo.

O que proponho aqui não é apenas um diagnóstico, mas um esforço deliberado de nomear essa dissolução como uma crise estrutural e civilizacional, com a qual o jornalismo tradicional se mostrou, até aqui, incapaz de lidar.

Não relato apenas uma experiência pessoal, mas a trajetória de uma geração que acreditou na função pública do jornalismo e assistiu, perplexa, ao seu esvaziamento como mediador qualificado da opinião pública.

Minha trajetória —do Jornal da Tarde e da [Agência Estado](#)   criação da Broadcast e ao diálogo com o MIT Media Lab— revela que o caminho não está na nostalgia nem na resistência passiva, mas na reinvenção ativa do jornalismo como infraestrutura pública de articulação social. Na virada do mil nio, ao mergulhar nas pesquisas do Media Lab, compreendi que não vivíamos apenas uma revolução tecnológica, mas uma profunda e irreversível transformação epistemológica.

Foi [Harold Innis](#), autor de "O Viés da Comunicação" e pai da Escola de Toronto, quem melhor formulou esta chave interpretativa: a forma como uma sociedade se comunica determina sua estrutura de poder.

Ao estudar a transição dos impérios orais para os escritos, dos registros em pedra   imprensa de massa, mostrou como o tempo social   moldado pelos meios de registro e transmissão da informação.

Mais que isso: o meio técnico dominante molda o próprio ambiente social, delimitando as possibilidades de organização política, econômica e cultural. [Marshall McLuhan](#), seu discípulo mais conhecido, levou essa ideia adiante. Ao afirmar que "o meio   a mensagem", deslocou o foco do conteúdo para a forma da mediação. Televisão, rádio, jornal —cada meio conforma uma sensibilidade e uma lógica de organização social.

Hoje, a internet, com sua capacidade de retroalimentação em tempo real, constitui um novo sistema nervoso coletivo: um ambiente cognitivo global estruturado por tecnologias que transcendem fronteiras e operam em ritmo contínuo. Mas, pela primeira vez na história, essa infraestrutura técnica está concentrada nas mãos de poucos atores privados, sem mediação pública e sem projeto democrático correspondente.

Mesmo em crise, os jornais ainda exercem influência simbólica —citados por autoridades, lidos por formadores de opinião, referenciados por outras m dias. Mas é uma influência terminal, sem futuro, se não houver reconfiguração estrutural.

O jornalismo precisa deixar de ser apenas um produtor de conteúdos e retomar seu papel como arquitetura informacional: organizador de fluxos, mediador de sentidos, articulador de redes. No século 20, os jornais foram centros de gravidade de comunidades, catalisadores de sociabilidades e pactos sociais. A travessia para o século 21 exige que [reaprendam a desempenhar essa função em ambiente digital](#).

Essa função foi esvaziada não pela obsolescência de sua missão, mas pela incapacidade institucional de compreender e ocupar o novo ambiente em rede.

A internet, concebida nas décadas de 1960 e 1970 como uma infraestrutura descentralizada e resistente ao controle, [foi rapidamente capturada por interesses corporativos](#). Google, Facebook, Amazon e outras empresas surgidas em garagens ocuparam o vácuo deixado por um jornalismo preso   lógica do broadcast, enquanto o mundo passava a se estruturar

segundo uma nova lógica em rede.

O resultado é uma arquitetura algorítmica voltada à maximização do engajamento, que expõe o público   manipulação informativa em escala industrial e coloniza a esfera pública com interesses comerciais disfarçados de neutralidade técnica.

O poder informacional, antes disperso em múltiplos centros de mediação, hoje está concentrado em poucas corporações que controlam não apenas os fluxos de atenção, mas as condições para a produção social de sentido.

Das trilhas do Peabiru à rede das redes

Carrego a história como lente e vejo a rede como extensão das antigas trilhas culturais: as rotas atlânticas que expandiram a economia mediterr nea; os peabirus que cruzavam os Andes e o litoral brasileiro e serviram de base para a aventura do bandeirismo, a expansão das nossas fronteiras e a ocupação do interior; os caminhos do telégrafo que unificaram o território nacional; as rotativas que ajudaram a consolidar os Estados-nação.

A rede é, agora, a nova trilha —fluida, fragmentada, repleta de bifurcações e zonas de sombra. Como aquelas trilhas do passado, ela redefine os circuitos do poder e da circulação. Mas vai além: conecta consciências, reorganiza o espaço público e inaugura um novo estágio da humanidade.

Inspirado por meu bisav  Júlio Mesquita —que, por meio de sua atuação como empresário e jornalista, foi um dos principais articuladores das redes sociais e de interesse que estruturaram São Paulo no início do século 20—, dediquei minha trajetória jornalística t mb m   compreensão de como se organizam os fluxos de informação na sociedade.

Em 1991, na Agência Estado, ao lançar a Broadcast, sabíamos que estávamos criando um protótipo do que viria: uma estrutura de informação em tempo real, personalizada, dinâmica e interativa, embrião da lógica em rede que depois se tornaria dominante.

A diferença é fundamental: a Broadcast nasceu com responsabilidade editorial, ancorada em critérios de curadoria e compromisso com a veracidade. Já as plataformas sociais, apesar de seu potencial exponencial de crescimento, foram concebidas com um único objetivo: monetizar a atenção. E é justamente aí que começa o problema.

A imprensa tradicional, presa   lógica do século 20, ignorou que a nova m dia era interativa. Quando percebeu, já era tarde. Em vez de assumir o papel de curadora dos fluxos, preferiu simular a est tica digital e disputar cliques. Transplantou a lógica do papel para a web como um cadáver reanimado —e ele ainda anda.

As redações seguiram produzindo para o público, não com ele. Ignoraram o canal de volta e perderam o centro do processo democrático. Enquanto isso, [os algoritmos aprenderam a explorar o medo, o tribalismo e o](#)

[consumo](#). A esfera pública foi colonizada.

As big techs deixaram de ser apenas empresas: tornaram-se plataformas essenciais à democracia contemporânea, controlando a infraestrutura social por onde nos comunicamos, nos organizamos e tomamos decisões coletivas. Essa centralidade, contudo, não veio acompanhada de um sistema de governança compatível com a responsabilidade que passaram a exercer.

O controle privado concentra poder sem contrapesos institucionais. Nesse vácuo floresceram aventureiros da comunicação, explorando inseguranças e preconceitos por meio de manipulação emocional. Essa degeneração da esfera pública é hoje uma ameaça real   democracia.

Quem controla os fluxos de atenção controla a opinião pública. As plataformas sabem disso. [Seus algoritmos não são neutros: moldam o que vemos, como interagimos, até como votamos.](#)

Hoje, cinco ou seis empresas, todas de tecnologia, têm poder de manipular a esfera pública global. Um poder inédito. Nem a igreja medieval, nem os impérios da imprensa ou a TV dos anos 1960 tiveram alcance comparável. Pior: É um poder opaco, automatizado e orientado por cliques, não por um debate saudável.

A Comissão Europeia reconheceu isso em 2018, ao inspirar os primeiros marcos de regulação digital na Europa. Seu relatório mostrou que os algoritmos priorizam engajamento e monetização, amplificando a polarização, espalhando desinformação e corroendo o tecido democrático. Concluiu que não basta regulação ou checagem: É preciso restaurar a coesão simbólica por meio de narrativas públicas potentes.

Ao propor uma abordagem interdisciplinar —unindo psicologia, ciência política, jornalismo, computação e educação—, o documento aponta que a desordem informacional exige mais do que ajustes técnicos: requer reconstrução coletiva da confiança pública.

Na narrativa dominante, diz-se que a desinformação se combate com "educação midiática". Como se o cidadão comum tivesse a obrigação de entender algoritmos, filtros bolha e fluxos patrocinados.   uma falácia —e uma perversidade.

O próprio relatório reconhece isso. A educação midiática deve ser um esforço cívico em larga escala, envolvendo educadores, jornalistas, ONGs, plataformas e políticas públicas, e não um fardo individual. A responsabilidade pela qualidade do ambiente informacional é institucional,  tica, política e regulatória. Mas as plataformas evitam essa responsabilidade —e parte da imprensa, ao ecoar esse discurso, torna-se cúmplice.

A aliança tácita: Trump, Musk e os novos autoritários

O que testemunhamos é a convergência entre regimes autoritários eleitos e a infraestrutura informacional dominada pelas big techs. O caso

americano é emblemático: [Donald Trump ameaça jornalistas](#), semeia ódio contra a imprensa e, ao mesmo tempo, foi cortejado por figuras como Elon Musk, que controla uma das principais plataformas de circulação de discurso político.

Essa aliança é tácita, mas eficiente. Regimes como o de Trump deslegitimam a imprensa, enquanto as plataformas desestruturam sua base econômica e capturam sua audiência.

Ambos têm interesse em um jornalismo fraco. Um quer evitar o escrutínio; o outro, monopolizar a atenção. Contudo, a relação entre Estado e plataformas é mais ambígua do que uma simples aliança. Moldam-se mutuamente, ora se cooptam, ora se confrontam.

[O recente rompimento público entre Musk e Trump](#) —após divergências sobre subsídios, regulação e posturas institucionais— expôs as tensões internas desse arranjo informal, mas estrutural. A lógica de cooptação permanece, mas os atores já disputam o protagonismo da esfera pública.

Esse embate aparece nos conflitos regulatórios em democracias marcadas por crises de representação e erosão da mediação jornalística. [Na Hungria, Orbán subordinou a imprensa e instrumentalizou as plataformas.](#)

Na Rússia, o [Kremlin promoveu redes locais e explora brechas em plataformas globais para desinformação](#). [Na China, o controle é total](#): bloqueio de redes ocidentais, vigilância e regulação que transforma aplicativos em extensões do Estado.

Na Índia, Modi [pressiona plataformas, reforça leis de controle e mobiliza redes](#) para campanhas nacionalistas. Nas Filipinas, Duterte usou o Facebook para [consolidar apoio e atacar opositores](#).

No Brasil, sob Bolsonaro, [as plataformas digitais deixaram de ser apenas meios e passaram a integrar uma verdadeira rede social de fato](#), centralizada no entorno familiar do poder, com Carlos Bolsonaro atuando como publisher —definindo pautas, controlando edições, operando sistemas de distribuição e mecanismos de cooptação.

WhatsApp, X (ex-Twitter) e Facebook tornaram-se canais centrais da comunicação oficial do governo. A base foi mobilizada digitalmente para atacar a imprensa, hostilizar adversários e deslegitimar instituições. O caso brasileiro revela, com nitidez, como a lógica das plataformas pode ser instrumentalizada para corroer a esfera pública e minar os fundamentos da mediação democrática.

Se o jornalismo tivesse se reinventado como mediador em rede, e não como emissor vertical, boa parte do espaço ocupado pela desinformação poderia ter sido contido. Trump, Orbán, Duterte e Bolsonaro talvez não tivessem encontrado terreno tão fértil para manipular a opinião pública.

Nesse cenário, a imprensa não pode mais se limitar a produzir e distribuir informação. Precisa, como fez a família Bolsonaro de forma perversa, fomentar e monitorar redes sociais de fato, mas com outra finalidade:

reconstruir o espaço comum da linguagem, da escuta e do conflito civilizado.

Essa é hoje a tarefa essencial do jornalismo. Para cumpri-la, é preciso desenvolver sistemas e ambientes próprios, que sustentem uma relação em rede com o público, rompendo com a lógica reativa e subordinada às plataformas. Não se trata apenas de informar, mas de reorganizar a esfera pública em torno de vínculos mais legítimos, mediações transparentes e sentidos compartilhados.

Isso exige uma organização editorial conectada a redes sociais reais — aquelas formadas por vínculos vivos nos territórios, vínculos entre o público e seus grupos de interesse, compostos também por educadores, cientistas, lideranças locais e cobertos por jornalistas de campo.

Isso vai muito além das estruturas artificiais que as plataformas das big techs passaram a chamar de "redes", com a cumplicidade da imprensa, apenas para sustentar um modelo de negócios perverso, baseado na extração da atenção e na desinformação.

O jornalismo que se faz necessário hoje é aquele capaz de articular inteligência distribuída e sustentar-se não apenas por publicidade, mas por confiança, pertencimento e corresponsabilidade.

Não se trata de nostalgia. Como alertava McLuhan, tendemos a enfrentar o novo com os reflexos do passado, "uma marcha para o futuro olhando para o retrovisor".

  hora de redesenhar a mediação: não há democracia sem esfera pública, nem esfera pública sem estruturas de mediação. E, neste novo ambiente, isso exige criar relações em rede com o público — vínculos contínuos, distribuídos e confiáveis, capazes de sustentar um jornalismo que não apenas informe, mas articule—, reconectando-o.

Na encruzilhada

O ["Relatório de Desenvolvimento Humano 2025 — Uma Questão de Escolha: Pessoas e Possibilidades na Era da IA"](#), publicado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é um chamado   a  o.

Segundo o documento, a reconstrução da democracia passa, necessariamente, pela reconstrução do jornalismo, articulada a um novo pacto político que inclua governança democrática das infraestruturas digitais, transparência algorítmica, responsabilização das plataformas e estímulo a ecossistemas informacionais sustentáveis.

O que está em jogo é uma encruzilhada civilizatória entre emancipação e servidão algorítmica. O conceito central do relatório é o "poder agencial algorítmico": algoritmos que moldam escolhas, organizam o visível e delimitam o possível. Treinados com dados históricos, amplificam desigualdades sob a aparência de neutralidade.

Essa infraestrutura, controlada por poucos, configura uma colonização

simbólica. As plataformas moldam afetos, polarizam crenças e corroem os mecanismos da opinião pública. O relatório propõe caminhos: uma "inovação com intenção", orientada por valores públicos, e uma "economia de complementaridade" entre humanos e máquinas.

Tr s nós g rdios

O PNUD   incisivo: [o futuro da IA será determinado por escolhas políticas e institucionais, não tecnológicas.](#)

Três pilares são fundamentais: transparência, para que os critérios que orientam a operação algorítmica sejam compreensíveis e auditáveis; responsabilidade, para que decisões automatizadas possam ser contestadas e revisadas; e contestabilidade, para que haja mecanismos institucionais efetivos de revisão e correção.

O relatório alerta que, ao deixar as plataformas definirem os termos do debate, estamos entregando a cidadania a sistemas opacos e não contestáveis. Essa "automatização do poder" captura atenção, promove consumo e reforça desigualdades. Este é o núcleo da questão: a governança da inteligência artificial é, antes de tudo, um desafio político.

Não há arranjo institucional viável sem enfrentar a extrema concentração de poder informacional e computacional nas mãos de um punhado de empresas privadas, guiadas unicamente por lucro e controle de mercado. As propostas de regulação, tal como estão sendo desenhadas, tendem a reforçar ainda mais esse domínio.

Só uma ação coercitiva de alcance global —capaz de afetar diretamente seus ganhos, desmontar estruturas de monopólio e inverter os incentivos predatórios— pode, de fato, mudar o jogo. É preciso falar a única linguagem que elas entendem: o bolso.

O diagnóstico do PNUD converge com a análise que [Martin Wolf, principal comentarista econ mico do Financial Times](#), vem desenvolvendo desde 2014: caminhamos para uma era de regimes autocr ticos, impulsionados por ressentimentos de massa gerados pelo capitalismo financeiro e alavancados por plataformas digitais que concentram o poder informacional.

[Em "The Crisis of Democratic Capitalism"](#), Wolf argumenta que a sobrevivência da democracia depende de instituições intermediárias fortes e legitimadas, capazes de sustentar uma esfera pública funcional. Sem jornalismo independente, crítico e estruturado como mediação confiável, abre-se espaço para a desinformação, o tribalismo e a erosão dos fundamentos republicanos.

A questão central não é apenas regular as plataformas, mas reconstruir a esfera pública em meio a novas infraestruturas de poder. O relatório do PNUD é um chamado   a  o: não podemos seguir como usuários passivos de sistemas algorítmicos. Precisamos deliberar coletivamente sobre o

desenvolvimento tecnológico, a arquitetura informacional e os valores que a orientam.

Este é um ponto de inflexão civilizatório: ou criamos mecanismos institucionais para conter a lógica extrativista das plataformas, ou veremos consolidar-se um colonialismo digital que restringe liberdades, corrói a delibera o democrática e reduz a  g ncia humana   lógica dos algoritmos.

O desafio   político. [Exige um novo pacto social que subordine a tecnologia   emancipa o, não   domina o.](#)

O silêncio público e institucional sobre a gravidade dessa crise é, ele próprio, parte do problema. Persistir nesse mutismo equivale a legitimar a nova ordem algorítmica como inevitável e incontornável. Romper com esse silêncio é o primeiro passo para a reconstru o da esfera pública.

Ou tomamos a iniciativa de desautomatizar a esfera pública e democratizar as infraestruturas digitais, ou permaneceremos como espectadores passivos da consolida o de uma nova ordem social algorítmica, na qual a liberdade e a democracia não terão mais espaço para florescer.

Não se trata apenas de propor ajustes ou inova es incrementais: É preciso coragem política, intelectual e institucional para reimaginar o jornalismo e as infraestruturas digitais como bens públicos essenciais à democracia.

Esta tarefa é ainda mais urgente diante do quadro de insegurança e desesperança que hoje atravessa a humanidade, resultado da falência das formas tradicionais de representa o política, do declínio da media o jornalística e da emergência de um poder informacional opaco e concentrado.

A reconstru o da esfera pública, portanto, não é apenas um imperativo técnico ou institucional, mas uma resposta necessária ao mal-estar difuso que corrói a confiança coletiva e ameaça o próprio futuro da democracia.

Este é o desafio essencial do nosso tempo —enfrentar a consolida o de uma nova ordem social algorítmica, imposta por [conglomerados tecnológicos privados que hoje det m mais poder do que muitos Estados nacionais.](#)

  também o momento de lutar para retomar o espírito original da internet, uma rede sem centro e controle, pensada para crescer pelas bordas, fortalecer a autonomia dos indivíduos e ampliar os horizontes da coopera o humana.

Essa promessa foi capturada e distorcida por aplica es controladas por grandes plataformas, que concentram poder, extraem aten o e impõem lógicas opacas de vigilância e manipula o.

Se não formos capazes de reequilibrar essa correla o de forças, a democracia será apenas um simulacro tolerado pelas plataformas, e o jornalismo, uma fun o residual subordinada ao mercado da aten o.

Síntese executiva

O seminário *O Jornalismo entre a sobrevivência e a relevância: uma discussão a partir de artigo de Rodrigo Mesquita*, realizado no IEA/USP, abordou a crise estrutural do Jornalismo diante do domínio das big techs e da ascensão da Inteligência Artificial (IA). A discussão central aponta que a imprensa perdeu sua função histórica de mediação da esfera pública ao manter o paradigma do *broadcast*, enquanto as plataformas digitais capturaram o ecossistema informacional por meio de algoritmos orientados ao engajamento e ao lucro.

Mesquita defende o Jornalismo como a “arquitetura cognitiva da democracia” e propõe o modelo das “Páginas Temáticas” como forma de recuperar a soberania editorial, por meio de sistemas próprios de curadoria, dados e articulação social. A proposta busca transformar as redações de meras produtoras de conteúdo para plataformas em arquiteturas cognitivas independentes. “A redação, que antes produzia sentido, passou a produzir indexação”, frisa. O Jornalismo, segundo ele, vive uma “subordinação algorítmica”, em que SEO e métricas de engajamento passam a ditar pautas e vocabulário, retirando a autonomia editorial. Em oposição à economia da atenção, centrada em cliques e lucro, o modelo propõe a economia de intenção, orientada às necessidades dos indivíduos e ao interesse público, respeitando a autonomia do usuário. “A informação deixou de ser um servi   o público e passou a ser um insumo para modelos de negócio baseados na vigilância e na previsibilidade do comportamento humano”, reforça Mesquita. Nesse sentido, Demi Getschko lembrou que “a gangorra que levou a internet de altamente distribuída a altamente concentrada contou com a colaboração dos próprios usuários”. Ele alertou para o conforto tecnológico e a perda da vis   o crítica: “Com a IA, você acaba tendo uma espécie de simbiose. O risco disso é que [...] você pode ficar acrítico em relação ao que recebe”.

Lucia Santaella enfatizou que o ser humano hoje lida com “uma outra inteligência, que não é a dele, mas que imita a dele”, destacando a necessidade de resgatar valores humanos e a verdade em um ambiente em que Mesquita lembra que é marcado pela vigilância algorítmica e pela “merdifica    o” das plataformas, conceito de Cory Doctorow que descreve o processo de degradação progressiva dos servi   os digitais em favor dos interesses dos acionistas. Para a esfera pública democrática, esse fenômeno representa riscos profundos    integridade do debate e à autonomia social.

Eun Yung Park reforçou a centralidade do elemento humano na profiss    o: “O Jornalismo é muito menos sobre ferramentas [...] e muito mais sobre a alma do jornalista”. Para ela, “a IA deve ser um copiloto, nunca o piloto automático”, sempre com supervis    o humana, já que não possui corpo, emoções ou senso de justiça social — atributos fundamentais      tica jornalística. Já André Stangl afirma que “não há forma automática de detecção [de IA], porque não se trata de plágio; são textos novos, há um processo

criativo sendo feito. Teremos que repensar aulas, programas, formas de avaliação e a própria construção da ciência".

Magaly Prado destacou que a evolução da IA generativa traz riscos de desinformação e "alucinações", tornando a responsabilidade humana e a  tica profissional princípios inegociáveis na produção jornalística. Ressaltou a importância da vigilância técnica constante para evitar que a "superindústria da desinformação" utilize essas tecnologias para corroer a integridade da informação pública. Prado lembrou ainda que os modelos de linguagem são treinados em bases de dados que refletem desigualdades e preconceitos, o que exige equipes diversas na curadoria e no desenvolvimento dessas ferramentas. Embora a IA possa ampliar a eficiência na análise de grandes volumes de dados e na automação de tarefas, ela "não substitui o julgamento editorial de um jornalista humano", mas "amplia a necessidade de  tica, curadoria e responsabilidade editorial".

No campo da regulação, discutiu-se a necessidade de uma governança adaptativa e polic trica, inspirada na teoria de Elinor Ostrom, capaz de acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas. Diferentemente da regulação tradicional, marcada por um hiato temporal, esse modelo se baseia em múltiplos centros de decisão, permitindo ajustes contínuos e maior vigilância democrática sobre os algoritmos das big techs. Nesse contexto, as "Páginas Temáticas" poderiam funcionar como nós especializados de curadoria e monitoramento. Virgílio Almeida reforçou a urgência de novas formas de controle ao afirmar que "as plataformas surgem como uma nova forma de poder" e que o desafio central   governar democraticamente essas "instituições algorítmicas".

Eugênio Bucci chamou atenção para a crise intelectual do setor e o perigo do desaparecimento dos fatos: "A crise da imprensa   uma crise de pensamento. [...] as redações desistiram de pensar". Para ele, quando o fato e a razão deixam de importar, compromete-se o próprio fundamento democrático do Jornalismo. Enquanto Vitor Blotta apontou para a multiplicidade de vozes e na necessidade de novas bases  ticas e jurídicas para a comunicação: "A gente precisa pluralizar a ideia de esfera pública. Não temos *uma* esfera pública. São os jornalismo que precisam aprender uns com os outros".

O encontro encerrou-se com uma convocação   a  o, propondo que universidades e instituições como o IEA, Inova USP e CGI.br/Nic.br se articulem para prototipar novos modelos de financiamento e práticas jornalísticas. O objetivo é fortalecer o Jornalismo como uma infraestrutura cívica de conhecimento, essencial para que a sociedade recupere sua capacidade de pensar coletivamente e proteger a verdade compartilhada diante da dissolução algorítmica. Como resume Bucci: "Se não houver imprensa, não haverá democracia". E, nas palavras de Santaella, cabe ao Jornalismo "acender luzes vermelhas" diante dos riscos impostos ao espaço público.

ANAIS DO SEMINÁRIO

O Jornalismo entre a Sobrevivência e a Relevância: Uma Discussão a Partir de Artigo de Rodrigo Mesquita

Magaly Prado: Bom dia a toda a audiência, tanto daqui quanto do online, aproveito para lembrar que no online, quem quiser participar, pode mandar perguntas para o IEA Responde. Eu sou Magaly Prado. Para quem não está me vendo, estou aqui na sala Alfredo Bosi, do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Este seminário surgiu da discussão do grupo Amigos da Cátedra Oscar Sala sobre a análise que Rodrigo Mesquita apresentou no artigo Jornalismo, Rede Democracia, publicado na Folha de S. Paulo. Resolvemos então abrir o debate para vocês. Com a ilustre presença de quem está conosco hoje na plateia, é uma honra poder apresentar as convidadas que vão fazer a abertura: Temos então as palavras da diretora do IEA, Roseli de Deus Lopes e da vice-reitora da USP, Maria Arminda do Nascimento Arruda. Vou dar então apenas um breve resumo do perfil delas.

Roseli de Deus Lopes, diretora do IEA, é professora titular da Escola Politécnica da USP. É coordenadora dos programas institucionais de Bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e de Pré-Iniciação Científica vinculados à Pró-reitoria de Pesquisa, coordenadora geral da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia. É vice-coordenadora do Centro Interdisciplinar em Tecnologias Interativas e integra a Diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Maria Arminda do Nascimento Arruda, vice-reitora da Universidade de São Paulo. É professora titular de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É pesquisadora 1A de produtividade do Conselho Nacional de Pesquisa, o CNPq, membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, vice-presidente do Observatório das Instituições Brasileiras, e a coordenadora, também coordenadora geral do Projeto USP Pensa Brasil.



Rodrigo Mesquita, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Roseli de Deus Lopes. Foto: Leonor Calasans/IEA-USP

Roseli de Deus Lopes - Eu queria dar as boas-vindas, em especial a nossa vice-reitora por estar aqui presencialmente conosco. É uma honra. Muito obrigada. Queria também agradecer a presença de todos os colegas. Não vou nomear cada um deles, mas externar a grande satisfação do Instituto de Estudos Avançados de sediar esse evento hoje, em que a gente parte dessa provocação do artigo que o nosso grande amigo, o Rodrigo Mesquita, que está aqui conosco, publicou na Folha de S. Paulo. Acho bastante relevante que essa discussão não é da entidade A, B ou C da empresa A, B ou C, mas essa é uma discussão nacional e internacional da importância do jornalismo, que já era importante e hoje se torna mais importante, ainda mais porque a sobrevivência dos modelos anteriores está em xeque em relação à evolução das tecnologias que a gente tem hoje. Todo mundo tem voz. Consegue colocar qualquer coisa na internet, e muitas das empresas estão interessadas em repercutir e simplesmente ter mais visão, visibilidade para aquilo que é colocado e não se aquelas informações fazem sentido ou não. E qual será o efeito disso? Inclusive na democracia. Então acho que essa discussão que a gente estava travando ali mais entre os amigos, com essa provocação do Rodrigo, de colocar isso no veículo nacional traz a importância da gente ouvi-lo aqui da gente ter a possibilidade de debater com ele aqui, concordar ou não. Na sequência, vamos ter mesas com pessoas extremamente qualificadas para a gente ampliar o debate, e não só o debate, que esse é o nosso objetivo aqui, com o IEA, estabelecer um debate, mas que a gente consiga ter repercussão após esse debate aqui, para que possamos estabelecer as políticas adequadas e fortalecer a democracia. Muito obrigada.

Maria Arminda do Nascimento Arruda: Bom dia a todas as pessoas presentes. Cumprimento a Professora Roseli, Diretora do IEA, o Rodrigo Mesquita que tenho certeza hoje vai expor um artigo que eu li e que guardei notável cumprimento. O meu amigo professor, Eugênio Bucci, professor Ary Plonski. Cumprimento todas as professoras e professores. São muito rápidas as palavras, porque eu não quero roubar o tempo da exposição. É este tema que o Rodrigo vai tratar, se bem entendo, é a partir daquele artigo ou do próprio artigo. É das reflexões mais relevantes que eu li nos últimos tempos, porque traz ao debate questões fundamentais para entendermos não só a relação entre jornalismo e democracia, que, de fato, é bastante conhecida. Mas o que aconteceu nesta área? Isso impacta os processos sociais e políticos e a própria linguagem jornalística, porque, se a imprensa é uma garantia do bom andamento da esfera pública, é também um componente dela. A crise da esfera pública também é a crise do jornalismo, e a crise da esfera pública. Para muitos, a implosão da esfera pública tem uma relação profunda com as novas tecnologias e as novas tecnologias de informação, que não só dilaceraram as nossas relações, mas, sobretudo, tem construído uma cultura que, muitas vezes, se distancia dos princípios democráticos. Portanto, este debate, que hoje aqui acontecerá, é dos mais importantes debates da sociedade

contemporânea. E eu li o artigo do Rodrigo quando saiu. Todo mundo sabe que eu sou uma leitora. Eu leio muito, mas quando li, grifei e anotei no papel ao lado, o que eu achava que seria fundamental para as minhas próprias reflexões. Uma socióloga da área da cultura é aquela que tem uma preocupação fundamental com a questão da democracia, da civilidade democrática. Então, até no passado, eu escrevi um artigo que eu chamei de golpe na cultura, o Eugênio [Bucci] conhece, pensando como o cânone da cultura havia mudado. E o que isso significa, quais os efeitos, porque aí a gente pensa: bom, mas você tem uma dinâmica na sociedade que ultrapassa isso não ultrapassa, não ultrapassa, inclusive porque as sociedades constroem esferas de significação mais importantes. Em certos momentos, o grande historiador Fernando Novaes, uma vez eu ouvi ele dizendo: Se o Marx por que o Marx faz a crítica da economia política? Por que a economia política ordenava aquele mundo. Quer dizer, a crítica da economia política era o princípio da compreensão daquele mundo. E Fernando completou, se ele vivesse na Idade Média ia fazer a crítica da soma teológica de São Tomás de Aquino. E eu, usando, né? Me apropriando dessa questão, que o Fernando pôs: a esfera que ordena a nossa vida hoje é a da cultura, mas a da cultura ligada a todos esses processos e até inquietantes que estamos vivendo. E o artigo do Rodrigo. Quando eu li, eu pensei, ele vai no cerne da questão. Ele atinge o coração desse problema. Por isso eu o louvo. Aliás, eu já falei para o Ary [Plonski]. Já falei aqui em público várias vezes. Depois de um certo tempo, a gente repete muito. Eu falava para o Ary [Plonski]. Eu adoro vir ao IEA, porque só ouço coisas inteligentes. E, quando a gente está na administração, nem sempre estamos envolvidas com questões inteligentes. Então eu adoro vir aqui, mas eu viria, porque esse é um assunto que, sobretudo para uma socióloga como eu, é fundamental ser debatido, então cumprimento a Cátedra Oscar Sala, cumprimento-a por essa iniciativa. E cumprimento o Rodrigo [Mesquita]. Eu tenho certeza de que vai ser uma manhã memorável. Muito obrigada.

Magaly Prado - Eu também agradeço as duas apresentadoras e antes de começar a falar o perfil do Rodrigo. Eu também já agradeço. Primeiro, a equipe do IEA, super competente, como sempre, mas também, além dos palestrantes, eu agradeço. Quem participou da organização desse seminário: Eugênio Bucci, Luiz Fernando Martins Castro, Virgílio Almeida, assim, agradeço imensamente pela colaboração para que possamos ter esse dia de hoje e dando tudo certo. Agradeço também as presenças ilustres da plateia.

A proposta geral é discutir o controle da Inteligência Artificial, a Governança das Big Techs e o papel do Jornalismo na reconstrução da esfera pública. O desafio é enfrentar a arquitetura de um ambiente criado pela tecnologia, dominado pelas plataformas sociais que conquistaram o ecossistema nacional, à medida que os jornais permaneceram presos ao paradigma broadcast, mesmo depois do surgimento da internet, o resultado foi

a perda gradual do público que passou a ser mediado por sistemas digitais concebidos para explorar a lógica da viralização. Como a crise do jornalismo pode oferecer pistas para a reconstrução de uma esfera pública mais transparente, responsável e democrática. A proposta é refletir sobre os caminhos que podem nos levar da análise à ação.

Para começar essa discussão, **Rodrigo Mesquita**, jornalista e estrategista institucional. Foi editor-chefe do Jornal da Tarde e diretor da Agência Estado onde criou a Broadcast: primeiro serviço em tempo real do País. Kursou História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, e participou do MIT Media Lab, como representante do Grupo Estado. É conselheiro da empresa Broadcast e do Inova USP.

Rodrigo Mesquita - Bom, primeiro eu quero agradecer o Instituto de Estudos Avançados da USP e especialmente a equipe da Cátedra Oscar Sala por essa oportunidade. O meu tema vai ser o Jornalismo como arquitetura cognitiva da democracia. Essa página que vocês estão vendo [na tela] é uma página da Newsweek de 1995, quando a internet estava emergindo.

PALESTRA

O jornalismo como arquitetura cognitiva da democracia

(Jornalismo, rede e democracia)

Rodrigo Lara Mesquita
IEA-USP, 13 de novembro de 2025

Artigo de fevereiro de 1995 na Newsweek em que se fez em suas previsões sobre o quanto a tecnologia de rede impacta a sociedade

Rodrigo Lara Mesquita : O jornalismo como arquitetura cognitiva da democracia

Essas anotações [que aparecem na imagem], são todas as barbaridades que eles falavam. Tem os loucos que acham que nós vamos ler jornal na internet. Tem os loucos que acham que nós vamos ter educação na internet. Tem os loucos que acham que nós vamos ter venda na internet. Imagine, venda na internet. Então nós vamos acabar com os vendedores que são a base do sistema capitalista.

Bom, a Newsweek refletia como a indústria jornalística via a internet nessa época, estava no Media Lab e no programa News in the Future, cuja intenção do Media Lab era ajudar a indústria e a imprensa a entrar com o pé direito. Nessa nova fase. Estavam lá The New York Times, Washington Post, Wall Street, além de dezenas de jornais grandes e médios, dos Estados Unidos, e algumas dezenas de jornais da Europa e da América Latina estávamos nós, e eles se negavam a querer entender. Eles achavam que

quando a Internet emergisse comercialmente, eles iam botar o nome deles ali. E, em função da marca, o público iria l  . Deu no que deu. Bom, a palestra em si eu divido em três tempos, o colapso da mediação tradicional, a travessia do algoritmo ao sentido e o desafio civilizatório da Inteligência Artificial.

1. O colapso da mediação tradicional

Vivemos uma encruzilhada civilizatória. A ascensão da inteligência artificial e dos sistemas algorítmicos está redefinindo a produção e o consumo de informação. Ao mesmo tempo em que ampliam os riscos de manipulação e opacidade, essas tecnologias também abrem a possibilidade de novas infraestruturas de mediação democrática.

A pergunta que precisamos enfrentar    simples e urgente: quem controla hoje a esfera pública? Até poucas décadas atrás, essa mediação estava nas instituições visíveis — jornais, rádios, universidades, partidos, sindicatos. Hoje, é feita por algoritmos programados para capturar atenção e explorar emoções. A informação deixou de ser um serviço público e passou a ser um insumo para modelos de negócio baseados na vigilância e na previsibilidade do comportamento humano. O que está em jogo é mais do que a sobrevivência do jornalismo. É a reconstrução das formas de mediação que sustentam a democracia.

Durante o século XX, o jornalismo foi o principal organizador da vida pública. Mais do que relatar acontecimentos, cumpriu a função estruturante de mediador entre o caos dos fatos e a inteligibilidade coletiva. O jornalismo descreve o que acontece e organiza a percepção social do tempo. Seleciona, hierarquiza e conecta os fatos de modo a torná-los compreensíveis e comparáveis.

Essa capacidade de dar forma e sentido coletivo    experiência social fez da imprensa uma força civilizatória. A cada edição, os jornais criavam uma linguagem comum, um calendário social e uma memória coletiva: o tecido simbólico que permitia à sociedade conversar consigo mesma e reconhecer-se.

Historicamente, é isso que distingue o jornalismo de qualquer outro sistema informacional; ele conecta informações, acontecimentos e vozes distintas em uma narrativa comum, criando um campo de reconhecimento coletivo.

As plataformas sociais das big techs, sustentadas por tecnologias publicitárias de segmentação e vigilância, fragmentam a conversa pública, isolam os públicos e dissolvem o terreno comum da deliberação. A crise do jornalismo é, portanto, a crise da própria possibilidade de uma linguagem comum.

Essa fragmentação é confirmada por estudos do Reuters Institute (Digital News Report 2025 e Mapping News Creators and Influencers), que mostram como a maioria das pessoas se informa por fluxos mediados por algoritmos de engajamento — sistemas projetados para maximizar retenção e

lucro, e não para promover compreensão pública. Mais de um terço dos jovens entre 18 e 34 anos confia mais em criadores individuais do que em marcas jornalísticas. Essa migração da confiança ilustra a perda da mediação institucional e o surgimento de uma nova ecologia da influência: descentralizada, personalizada e algorítmica.

Durante o século XX, as redações estruturaram a percepção coletiva dos fatos e deram às sociedades uma narrativa comum. Mas, quando a internet emergiu comercialmente em meados dos anos 1990, permaneceram presas ao paradigma do broadcast, a lógica da emissão vertical, unidirecional, em que poucos falam e muitos escutam. As plataformas digitais, ao contrário, compreenderam o novo ambiente em rede e o ocuparam rapidamente. Com isso, o poder informacional, que antes era distribuído entre múltiplos mediadores, passou a se concentrar nas mãos de poucas corporações privadas, capazes de modular a visibilidade e o comportamento coletivo em escala planetária.

Harold Innis, em *O Viés da Comunicação*, mostrou que cada meio técnico molda o modo como o poder se organiza. A passagem da oralidade para a escrita, da imprensa para a radiodifusão, sempre reconfigurou o espaço político. Marshall McLuhan levou essa intuição ao extremo: o meio   a mensagem. O que muda o mundo não é apenas o conteúdo, mas a forma da mediação.

A rede digital é um novo meio, um sistema nervoso planetário em tempo real. Mas, pela primeira vez, essa infraestrutura não   pública nem plural. Está concentrada nas mãos de poucos atores privados, guiados por métricas de engajamento e lucro. Pela primeira vez, o espaço simbólico da humanidade tem donos. Essa apropriação do espaço simbólico é descrita por Andrew Lippman e Alex Pentland, do MIT Media Lab, como a transição de redes orgânicas para redes instrumentais: sistemas originalmente projetados para a circulação aberta do conhecimento passaram a operar como estruturas de controle comportamental.

A rede, que nasceu neutra, foi desviada por uma lógica de captura e antecipação do desejo. Seu design original, distribuído, horizontal e sem centro, refletia um ideal de autorregulação e diversidade. Essa era a promessa inicial da internet: uma infraestrutura sem viés, capaz de articular inteligência coletiva e pluralismo. O que corrompeu essa neutralidade foi o acoplamento das aplicações comerciais — as plataformas sociais das Big Techs, estruturadas sobre tecnologias publicitárias de segmentação e vigilância — que transformaram um organismo aberto em uma máquina de extração e controle.

2. A travessia do algoritmo ao sentido

Nos anos 1950, as redações eram um dos centros de gravidade da vida pública. Junto com as universidades, os partidos, as rádios e as instituições culturais, o jornalismo ajudava a organizar a conversa nacional. Ali se decidia o

que o país precisava saber, o que era relevante e como os fatos deveriam ser enquadrados. O editor não seguia métricas de desempenho, mas critérios de valor: interesse público, veracidade, responsabilidade diante da comunidade. A hierarquia das notícias — manchete, chamada, segunda página — expressava uma leitura construída coletivamente, fruto de debate e ponderação. Os jornais competiam entre si, mas essa disputa fortalecia o pluralismo e estimulava a diversidade de visões. Cada título tinha uma identidade, um público e uma ideia de país. O leitor era parte de uma comunidade simbólica, não uma audiência segmentada. Essas redações formavam um dos sistemas nervosos da democracia moderna: traduziam o caos dos acontecimentos em narrativa compreensível, davam ordem e sentido à experiência coletiva.

Em certos casos, o jornal, além de veículo, conquistava o status de instituição: um espaço de articulação entre conhecimento, poder e cidadania, que dialogava com outros polos da vida pública para produzir coerência social. Hoje, esse eixo se deslocou. As redações operam dentro de uma infraestrutura algorítmica que inverte o fluxo: a informação nasce nas plataformas e retorna às redações sob a forma de dados de engajamento. A lógica editorial cede lugar à lógica da otimização. O que antes era decisão ética e política tornou-se ajuste técnico para sobreviver no ecossistema das Big Techs.

Os negócios de informação que prosperam na rede compartilham uma característica comum: nenhum deles produz sentido público. São plataformas de fluxo, não de forma; de expressão, não de interpretação. Vivem da energia social das conversas, mas não devolvem estrutura pública, apenas dados de comportamento. O que está crescendo na rede é o ruído organizado: sistemas que convertem vitalidade social em estatística e estatística em lucro. O jornalismo, ao contrário, sempre foi uma tecnologia de forma, uma arquitetura simbólica capaz de dar coerência à experiência coletiva.

Diante da fragmentação produzida pelas plataformas, torna-se urgente reconstruir formas próprias de mediação pública, capazes de articular informação, método e participação. É nesse horizonte que se insere o projeto das Páginas Temáticas: uma proposta de reconstrução institucional e tecnológica do jornalismo a partir da lógica das redes. Elas partem da ideia de que o jornalismo deve recuperar o controle sobre seus fluxos informacionais, estruturando seus próprios sistemas de escuta, análise e articulação social.

As Páginas Temáticas buscam reorganizar o fluxo da rede em conhecimento público, transformando dispersão em sentido e engajamento em deliberação. Retomam o princípio original do jornalismo como ponto de encontro entre o acontecimento e o conhecimento, entre o que muda e o que permanece: organizar a complexidade, dar forma ao mundo e proteger a verdade compartilhada.

As Páginas Temáticas não concorrem com o jornalismo tradicional; elas o completam e o ampliam. São uma tentativa de reconstruir, dentro da própria rede, a função que o jornalismo sempre exerceu na democracia: ser o alicerce

cognitivo da vida pública. Isso não significa que o jornalismo tenha perdido o valor. As grandes redações ainda são referências de verificação e responsabilidade pública, essenciais para o debate democrático. Mas é preciso reconhecer que atuam em desvantagem: disputam atenção dentro de um sistema projetado não para informar, mas para reter o usuário no ciclo da monetização. E vêm, paulatinamente, se distanciando do público como expressão da cidadania.

O que antes era uma redação soberana, com autoridade sobre o que entrava e o que saía da pauta, tornou-se um nó dependente de uma rede publicitária global, estruturada com tecnologias de segmentação e vigilância. Os editores continuam mediando o real, mas agora a partir de dados fornecidos por sistemas que não controlam. E esses sistemas, ao contrário dos jornalistas, não têm compromisso com a verdade ou a pluralidade. A única preocupação é com o tempo de permanência na tela. O desafio é restaurar a capacidade de mediar com autonomia dentro desse novo ambiente.

Hoje, a maioria das empresas jornalísticas opera dentro do ecossistema das big techs, com base em métricas de SEO, uma forma de subordinação algorítmica. O SEO define a pauta, o título, o ritmo e até o vocabulário. É uma dependência invisível, mas estrutural. A redação, que antes produzia sentido, passou a produzir indexação. O mesmo fenômeno é observado entre os criadores de conteúdo. Segundo o estudo do Reuters Institute, 70% deles admitem ajustar a linguagem e temas para agradar os algoritmos. O resultado é uma cultura informacional orientada à previsibilidade, e não à descoberta — tanto nas plataformas quanto nas redações.

O próximo passo não é otimizar-se mais para o algoritmo, mas criar uma nova arquitetura de rede: sistemas de monitoramento, edição e distribuição baseados em inteligência jornalística, não em predição comercial. Essa é a base para recuperar a soberania cognitiva das redações e restabelecer o jornalismo como mediador autônomo da esfera pública.

Essa é também a travessia entre sistemas algorítmicos aos sistemas de sentido: reconstruir um jornalismo que volte a operar segundo protocolos de coerência, evidência e contexto — princípios humanos de inteligibilidade, dentro de um ambiente governado por lógicas de cálculo e previsão.

Umberto Eco percebeu, ainda no início da era digital, que a Internet havia dissolvido os antigos critérios de autoridade. Qualquer voz podia circular com a mesma aparência de verdade. Para ele, o problema era a ausência de filtros cognitivos e morais capazes de dar sentido ao excesso de informação. O jornalismo, dizia Eco, deveria reassumir seu papel de comparação, contextualização e crítica, como mediador entre o ruído e o conhecimento. Essa função crítica antecipada por Eco — o jornal como mediador e intérprete da própria rede — torna-se ainda mais urgente no ambiente atual, em que a IA generativa multiplica conteúdos indistinguíveis e a própria ideia de autoria se dilui.

A verificação deixa de ser uma etapa do processo e passa a ser sua estrutura central. O relatório Mapping News Creators and Influencers (Reuters Institute, 2025) encerra com um alerta compatível: as instituições jornalísticas precisam aprender com a agilidade dos criadores sem abdicar de seus princípios editoriais. A travessia civilizatória da IA exige exatamente isso: combinar a plasticidade das redes com a integridade do método.

3. O desafio civilizatório da Inteligência Artificial

Quando falamos em inteligência artificial, estamos falando de poder civilizatório, não apenas de tecnologia. O domínio da IA é, antes de tudo, o domínio da infraestrutura do pensamento coletivo.

Como observou recentemente John Thornhill, editor do *Financial Times*, “a China tem os meios, o motivo e a oportunidade para cometer o equivalente a um assassinato tecnológico”, isto é, para desferir um golpe estratégico capaz de reconfigurar o equilíbrio global de poder, deslocando o eixo tecnológico do Ocidente para o Oriente. Enquanto os Estados Unidos ainda concentram o conhecimento em semicondutores e em pesquisa de ponta, o Império do Centro avança pela base, difundindo a IA como tecnologia social, incorporada ao cotidiano, às fábricas, às cidades e às rotinas administrativas.

Jeffrey Ding, pesquisador de Oxford, lembra que o verdadeiro poder das tecnologias de uso geral, como a Inteligência Artificial, está mais em quem as espalha do que em quem as inventa. O pêndulo está com quem consegue integrá-las   vida social, econômica e institucional. É isso que torna a disputa entre EUA e China mais complexa: não se trata de uma corrida tecnológica, é uma disputa entre dois modelos de sociedade. A China avança porque constrói sua própria infraestrutura, ainda que sob controle autoritário. O Ocidente, ao contrário, delegou a infraestrutura da sua inteligência coletiva às plataformas privadas do Vale do Silício. O resultado é que, enquanto a China estatiza o código, nós privatizamos a democracia.

É nesse ponto que o jornalismo precisa reencontrar sua missão: reconstruir infraestruturas públicas de mediação cognitiva, capazes de equilibrar a autonomia humana dentro do ambiente algorítmico. É nesse reencontro entre tradição e inovação que reside o futuro da mediação democrática.

No início do século XX, Júlio Mesquita enfrentou uma revolução tecnológica e política de escala semelhante. À frente de *O Estado de S. Paulo*, entre 1888 e 1927, multiplicou sua base de leitores e fez do jornal uma instituição cívica. Quatro pilares e uma convicção sustentaram sua obra: empreendedorismo, inovação, independência e função pública. O jornal   do público, não nosso. Criou redes próprias de correspondentes, separou nitidamente opinião de notícia, incorporou novas tecnologias e mediu crises políticas a partir da redação. Essa engenharia institucional deu forma moderna ao jornalismo brasileiro: combinava autonomia econômica, rigor informativo e vocação cívica.

O contraste com o presente é evidente. Enquanto Júlio Mesquita construiu uma rede de mediação sob controle jornalístico, o jornalismo contemporâneo se apoia em infraestruturas que pertencem a outros: servidores, algoritmos e canais de distribuição. Essa dependência compromete sua função pública.

A proposta das Páginas Temáticas atua justamente nesse ponto de inflexão: reconquistar o território técnico da mediação, estruturando sistemas próprios de escuta, análise e redistribuição voltados ao interesse público, não ao engajamento. Revisitar o método de Júlio Mesquita significa reencontrar o caminho da autonomia. É nessa direção que proponho o conceito das Páginas Temáticas: redes próprias de mediação, organizadas por problema público. Cada Página é um ambiente vivo de curadoria, dados e interação, capaz de conectar jornalistas, especialistas e cidadãos em torno de temas estruturantes como clima, educação, regulação digital e saúde pública.

Na base, há dados organizados e verificáveis. Sobre eles, o método jornalístico: protocolos de apuração, critérios de evidência, rastreabilidade de fontes. Em seguida, a camada de interação: assembleias digitais, clubes de pauta, f  rums de especialistas. E, por fim, produtos úteis: painéis, boletins, relatórios e ferramentas de acompanhamento de políticas.

O valor não é medido em cliques, mas em utilidade pública — na resolução de problemas, no reuso de dados e na qualidade da participação. As Páginas Temáticas convertem o jornalismo em infraestrutura cívica de conhecimento e deliberação, uma evolução natural da missão que Júlio Mesquita concebeu.

   esse também o horizonte da economia da intenção, formulada por Tim Berners-Lee. Em oposição à economia da atenção, dominada pela captura e monetização do tempo humano, a economia da intenção propõe sistemas que respondam às necessidades e vontades do indivíduo, respeitando sua privacidade e autonomia.

Essa é a mesma virada que o jornalismo precisa fazer: deixar de disputar atenção e voltar a servir    intenção pública. Berners-Lee, em seus textos mais recentes, sugere que a IA oferece uma oportunidade de “reinicialização” da web, a chance de reconstruir ecossistemas digitais baseados na autonomia do usuário. Essa visão converge com o princípio das Páginas Temáticas: construir infraestruturas de confiança, nas quais a informação fortaleça comunidades em vez de explorá-las.

Essas ideias são uma hipótese de trabalho, não um modelo pronto. Um campo de experimentação para redesenhar a mediação jornalística no ambiente digital. O objetivo é reconstruir o protagonismo do jornalismo no que sempre foi seu núcleo essencial: a construção do sentido público da informação.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano 2025*, do PNUD, lembra que o futuro da inteligência artificial será determinado por escolhas políticas. Tr  s

princípios são decisivos: transparência, responsabilidade e contestabilidade. Mas nada disso funcionará sem instituições intermediárias fortes, sem jornalismo independente,  tico e metodologicamente sólido.

Como argumenta Martin Wolf, a sobrevivência das democracias modernas depende da vitalidade de suas instituições intermediárias, da capacidade de sustentar uma esfera pública funcional e de limitar o poder tanto do Estado quanto do mercado. Sem essa mediação, o espaço público se dissolve em ruído, ressentimento e manipulação.

O desafio civilizatório da IA é garantir que as máquinas que aprendem a falar não destruam nossa capacidade de compreender. A travessia que propomos — entre sistemas algorítmicos e sistemas de sentido —   o esforço de preservar o humano dentro do tecnológico.

Como observou recentemente Ted Gioia, a história volta a se repetir. Assim como a Companhia das  ndias monopolizou as rotas marítimas e impôs tributos sobre o comércio mundial, as grandes plataformas digitais transformaram as rotas informacionais em estradas pedagiadas. Controlam os portos simbólicos do nosso tempo — os buscadores, as redes, as lojas de aplicativos — e cobram de todos os que desejam ser vistos. Gioia v  nisso o mesmo ciclo de expansão, dominação e colapso que destruiu os impérios comerciais. O poder de intermediação absoluta termina sempre corroído pelo próprio excesso de controle.

Cory Doctorow, em seu livro *Merdifica  o (Enshittification)*, descreve esse mesmo processo como a degradação inevitável das plataformas: primeiro seduzem os usuários com serviços abertos e eficientes; depois, exploram-nos em favor dos anunciantes; e, por fim, exploram também os anunciantes em benefício exclusivo dos acionistas. É o que ele chama de “Grande Merdifica  o”. O ciclo, diz Doctorow,   moral e técnico ao mesmo tempo: começa na captura da confiança e termina na captura do espaço público. Mas ele também sugere uma saída: “desmerdificar”, isto é, reconstruir ecossistemas digitais baseados em interoperabilidade, descentralização e transparência. A leitura de Doctorow é essencial para compreender por que os sistemas algorítmicos não são neutros: eles codificam políticas públicas ausentes. Sua denúncia da “guerra contra a computação de propósito geral”, a tentativa de impedir que o público use máquinas de propósito universal, simboliza a submissão das sociedades   infraestrutura privada.

Incorporar essa reflexão é decisivo para reconstruir o jornalismo como campo aut nomo. A travessia entre sistemas algorítmicos e sistemas de sentido exige que ele edifique suas próprias arquiteturas técnicas e  ticas.

Gioia e Doctorow demonstram, em campos distintos, que a mediação é poder. Ambos reforçam que o jornalismo precisa recuperar sua função de arquitetura informacional, sob pena de sucumbir.

A neutralidade da rede, vista por Lippman e Pentland como um princípio orgânico, foi corrompida pela lógica extrativa que Gioia dramatiza e Doctorow

disseca. Os dois convergem para uma advertência comum: a história do poder técnico é cíclica. Toda vez que um grupo controla as rotas — sejam marítimas ou informacionais — o sistema entra em colapso moral e político. Essa é a lição que conecta a *East India Company* à atual concentração algorítmica.

A inteligência artificial acelera esse processo: transforma mediação em automação, apagando o sujeito e dissolvendo a responsabilidade. Essas leituras convergem com o ponto de chegada desta reflexão.

Se Gioia mostra como o poder informacional tende ao monopólio e Doctorow explica como ele se degrada, o jornalismo, quando reencontra sua vocação de mediação, oferece a alternativa: uma arquitetura cognitiva capaz de reequilibrar o sistema.

Essa travessia – entre sistemas algorítmicos e sistemas de sentido – é a verdadeira fronteira do nosso tempo. Ela exige técnica e ética. Exige que o jornalismo reencontre sua vocação de mediação, com autonomia tecnológica e compromisso público. Talvez aí esteja o elo entre o sonho original do Media Lab e a missão histórica de Júlio Mesquita: ambos acreditavam que o conhecimento é uma força de libertação, desde que o controle sobre a infraestrutura permaneça nas mãos da sociedade. Chamo de arquitetura cognitiva da democracia essa estrutura simbólica que permite à sociedade pensar em conjunto, reconhecer padrões, contextualizar o novo e proteger a verdade compartilhada de sua dissolução algorítmica.

O jornalismo é o alicerce dessa arquitetura: organiza o sentido público, conecta as diferenças e assegura a integridade do espaço comum. Essa é, em essência, a tarefa histórica do jornalismo no século XXI: reconstruir as bases cognitivas da democracia em um mundo mediado por máquinas

Notas bibliográficas

Reuters Institute, Digital News Report 2025.

Reuters Institute, Mapping News Creators and Influencers, 2025.

Harold A. Innis, O Viés da Comunicação, Edioro.

Marshall McLuhan, McLuhan por McLuhan, Edioro.

Andrew Lippman e Alex Pentland, Organic networks, MIT Media Lab Papers, 2004–2008.

Andrew Lippman e Alex Pentland, Viral Communications, MIT Media Lab, 2005.

Umberto Eco, conferência “Da internet aos idiotas da aldeia”, Universidade de Turim, 2015.

John Thornhill, The Financial Times, 2025.

Jeffrey Ding, Technology and the Rise of Great Powers, Oxford University Press, 2023.

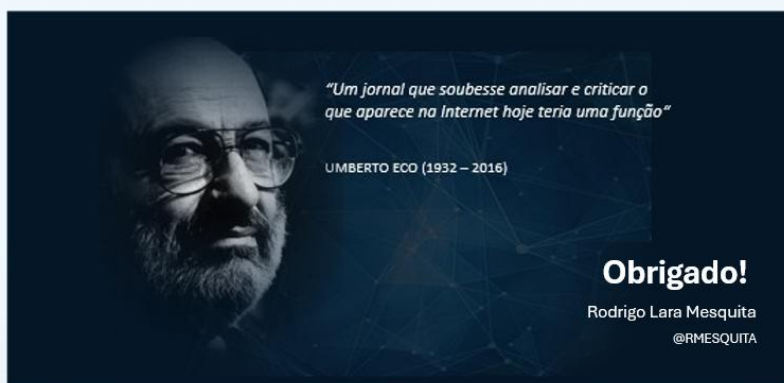
Tim Berners-Lee, Solid Project Papers, 2024.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Relatório de Desenvolvimento Humano 2025;

Martin Wolf, A Crise do Capitalismo Democrático, Gravidia

Ted Gioia, “The Platform Cycle”, The Honest Broker, 2025.

Cory Doctorow, The Internet Con: How to Seize the Means of Computation, Verso, 2023.



O jornalismo como arquitetura cognitiva da democracia

Mesa 1

Magaly Prado - A palestra do Rodrigo Mesquita pode ser debatida logo após a primeira mesa.

A ascensão da Inteligência Artificial e dos sistemas algoritmos está redefinindo a produção e o consumo de informação, o que impõe um desafio ético e de governança enquanto ampliam os riscos de manipulação e opacidade também oferecem a possibilidade de novas infraestruturas de mediação democrática, como bem sugeriu o Rodrigo Mesquita, com as páginas temáticas. Esse cenário exige uma reflexão urgente sobre as responsabilidades éticas e políticas das empresas de tecnologia. Como pensar limites éticos para a automação e para a IA no espaço público? De que forma podemos construir arranjos de governança para enfrentar os monopólios e a opacidade dos algoritmos, garantindo que essas infraestruturas sirvam aos interesses democráticos?

Para essa discussão, chamo Virgílio Almeida, André Stangl e Demi Getschko para a mesa 1.

Virgilio Almeida, o catedrático da Cátedra Oscar Sala, é professor titular do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais. É bolsista de Produtividade, 1A. É professor associado no Centro Berkman Klein da Universidade de Harvard, É membro titular da Academia Brasileira de Ciências na área de Ciências da Engenharia.

Andre Stangl é filósofo, doutor em Comunicação Digital pela Universidade de São Paulo e mestre em Cibercultura pela Universidade Federal da Bahia, onde é pesquisador visitante no Instituto de Saúde Coletiva. É colunista do Jornal Correio, da Bahia.

Demi Getschko é engenheiro eletricista pela Escola Politécnica da USP, com mestrado e doutorado em Engenharia. É Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br e professor da PUCSP.



Virgílio Almeida, Demi Getschko e André Stangl. Foto: Leonor Calasans/IEA-USP

Virgílio Almeida - Bem, primeiro, bom dia. Gostaria de cumprimentar a Vice-Reitora, professora Maria Arminda [do Nascimento Arruda]; a professora Roseli [de Deus Lopes], Diretora do IEA; e todos os presentes. É uma grande satisfação estar aqui para ouvir as ideias do Rodrigo [Mesquita], que tanto suscitam diferentes visões.

O artigo do Rodrigo [Mesquita] foi instigante e faz com que cada um de nós tenha uma leitura própria. Acho que essa é justamente a grande qualidade do IEA: ser um espaço para diferentes leituras. Nesta mesa, tenho a honra de estar com o Demi [Getschko] e o André [Stangl] para trazer uma visão. Devo ressaltar que não sou da área jornalística. Minha formação é em Ciência da Computação de uma área das chamadas *Hard Sciences*. O artigo do Rodrigo [Mesquita], assim como a fala que ele proferiu hoje, descreve um fenômeno que todos nós vemos acontecer, mas sobre o qual ainda não sabemos bem como agir.

Como bem lembrou a professora Roseli [de Deus Lopes], no início, este não é apenas um espaço de reflexão, mas também de proposição de ideias. Assim, tentarei trazer algumas contribuições com base na minha leitura do artigo do Rodrigo [Mesquita]. Mais uma vez, cumprimento-o por essas ideias.

Gosto de lembrar, já que estamos no IEA – um ambiente multissetorial e plural de ideias –, de uma pequena passagem de um discurso do professor Edward O. Wilson, biólogo e entomologista da Universidade de Harvard. Ele disse o seguinte: "Precisamos evoluir para uma ordem mundial melhor do que a que temos agora". E o que ele chama de "civilização *Star Wars*"? Para ele, essa civilização significa: "emoções da Idade da Pedra, instituições medievais e tecnologia dos deuses". Exatamente as instituições às quais o Rodrigo [Mesquita] deu tanta ênfase em sua fala hoje. Ele prossegue dizendo: "No caso da tecnologia, estamos vendo as coisas quase saindo do controle de nossa

imaginação". Isso foi dito em 2011, e o próprio Rodrigo [Mesquita] mencionou essa mesma ideia há pouco, ao citar aquela página da *Newsweek*. A pergunta que fica  : se o professor Edward O. Wilson estivesse aqui hoje, o que ele estaria vendo agora? Acho que temos algumas reflexões importantes a fazer sobre isso.

Ao reler o artigo do Rodrigo [Mesquita], mais uma vez constatei que ele está aberto a múltiplas interpretações. Concentrei-me em três pontos que o artigo aborda de maneira muito precisa:

1. a concentração de poder e a manipulação algorítmica;
2. a crise estrutural do jornalismo e da democracia; e
3. a reconstrução democrática e a governança das infraestruturas digitais.

Esses três pontos tentaram, ou de alguma forma, iluminam as ideias que pretendo apresentar como possibilidades de avanço civilizatório – expressão que o próprio Rodrigo [Mesquita] utilizou tanto.

De fato, a questão que Rodrigo [Mesquita] aborda em seu artigo tem sido discutida de diversas maneiras, inclusive fora deste ambiente e com o mesmo nível de preocupação que ele nos provoca como leitores. Um exemplo é o artigo "The Artificial State", publicado na *New Yorker*, por uma professora de Ciências Sociais e Ciências Políticas. Ela afirma o seguinte: "A vida cívica americana tornou-se profundamente moldada por algoritmos. A confiança nos governos caiu."

A pergunta que nós fazemos aqui, neste conjunto de reflexões,  : existe algum caminho de volta? Talvez essa seja a questão a olharmos em paralelo. A isso soma-se um artigo muito interessante publicado na *No mia*, que trata da ascendência da tirania algorítmica – a qual acaba por definir o espaço público, moldar os desejos das pessoas e direcionar as ideias.

É nessa linha que gostaria de propor algumas considerações. Observando essa situação, podemos refletir sobre o que seria uma modernidade digital. As plataformas surgem como uma nova forma de poder e apresentam características bem claras, que podemos identificar: Elas são novas infraestruturas de controle. Elas substituem a coerção direta por influências sutis.

Algoritmos que moldam comportamentos para maximizar engajamento, lucro e coleta de dados. Essa lógica opera de modo a atrair as pessoas, estimulando o desejo de participação nessas plataformas. Como outra característica dessa modernidade digital, podemos pensá-la como uma transição da descentralização para uma intermediação opaca, pois o controle passa a ser extremamente concentrado. A promessa de uma internet democrática – tão bem acompanhada pelo Demi [Getschko] em seus primórdios, inclusive aqui no Brasil – deu lugar a novas formas de intermediação, que expandem a lógica de mercado e a vigilância sobre a vida

cotidiana.

Assim, a capacidade de vigilância, e sua contínua ampliação, constitui uma das características centrais dessas novas formas de poder. Por fim, temos o que podemos chamar de poder participativo.

As plataformas mobilizam a participação dos usuários que, ao engajar e fornecer dados, tornam-se parte ativa dos sistemas que, simultaneamente, os empoderam e os controlam. Então, aí também tem uma dualidade a ser observada. Diante do cenário tão bem descrito no artigo do Rodrigo [Mesquita], nós temos dois grandes agentes como sociedade brasileira e enfrentamos dois grandes desafios: o avanço das tecnologias de inteligência artificial e as eleições de 2026. A pergunta que se impõe   : existe alguma forma de retomarmos aquela antiga estrutura que o Rodrigo [Mesquita] chamou de estrutura civilizatória do Jornalismo?

Pois bem, quanto ao primeiro desafio – o da Inteligência Artificial –, acredito que, como sociedade, teríamos à frente duas opções distintas, ainda que não sejam as ideais. A primeira    permanecermos passivos e permitir que essas tecnologias avancem com todo o seu atrativo, o que manter   o controle concentrado em pouquíssimas mãos: quatro ou cinco empresas norte-americanas e uma ou duas grandes corporações chinesas. A segunda opção    tentarmos exercer algum controle sobre esse avanço da IA.

Que tipo de controle poderia ser concebido? Temos, portanto, dois grandes eixos para essa reflexão: o avanço da IA e as eleições de 2026. Vemos já, na realidade dos fatos, que no ano passado diversos países passaram por processos eleitorais permeados pelo uso de IA generativa e outras formas de inteligência artificial, com impactos concretos na integridade eleitoral e nos processos democráticos.

Diante disso, quais seriam as possibilidades? Considerando que a IA é justamente um campo que nos incita a pensar "fora da caixa", a explorar possibilidades que poderiam abrir novos caminhos. Inspirado pelo artigo do Rodrigo [Mesquita], proponho tr  s questões fundamentais para guiar nossa discussão:

1. Por que regular e governar plataformas digitais é um desafio tão complexo?
2. Como garantir a integridade da democracia e das eleições de 2026 na era dos algoritmos?
3. Quais fronteiras de pesquisa podem ajudar a construir um ecossistema digital mais   tico e transparente?

Esta última questão dialoga diretamente com a vocação do IEA. Quais seriam, então, as ideias para enfrentarmos esses desafios? Para abordar essas três questões, que dialogam com as ideias trazidas por Rodrigo [Mesquita], comecemos pela primeira: a dificuldade de controlar e regular as plataformas. Por quê?

Em primeiro lugar, por causa de uma defasagem de ritmo, um descompasso temporal. As tecnologias avançam muito rapidamente, enquanto os sistemas regulatórios – especialmente em democracias, que dependem de processos como os do Congresso – têm seu próprio tempo, necessariamente mais lento. Esse hiato entre o avanço tecnológico e a formulação de regras sociais    uma causa central da dificuldade. Mas por que esse hiato existe? Justamente por causa dessa velocidade assimétrica. No entanto, é interessante observar dois pontos a partir de um exemplo concreto.

Tomemos o Facebook por volta de 2012 ou 2013, quando começava sua operação no Brasil, com aproximadamente 8 a 10 milhões de usuários. Teria sido muito mais fácil regular o Facebook ou plataformas similares naquela época, pois os interesses econ  micos e políticos ainda não estavam tão consolidados e amplos. Contudo, em 2013, quem poderia imaginar que as plataformas teriam um papel tão decisivo nos processos eleitorais? Era possível regular, mas não se conheciam as consequências futuras. Essa é uma das características desse descompasso temporal.

O segundo ponto que torna a regulação difícil – e que está ligado ao primeiro –    a incerteza. Os impactos sociais e políticos da IA permanecem amplamente imprevisíveis. As próprias indústrias de tecnologia estimulam diversas narrativas sobre o futuro, muitas das quais carregam incertezas: promessas de tecnologias que podem não se materializar ou funcionar como previsto. Isso faz parte de uma disputa por narrativas. Portanto, temos que pensar e agir em um ambiente repleto de incertezas.

Recentemente, participei de uma defesa de doutorado aqui na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), cujo tema é muito pertinente. O autor tratava do avanço dos algoritmos sobre o sistema de justiça e levantou duas preocupações centrais: a discricionariedade algorítmica e a arbitrariedade algorítmica. Refere-se ao espaço em que os juízes têm uma certa liberdade para decidir quando não há uma correspondência perfeita entre o caso concreto e a lei. Ao ser ocupado por algoritmos, esse espaço levanta essas d  vidas: que decisões seriam tomadas, considerando que os algoritmos operam com base em probabilidades? O autor apresentou um estudo empírico demonstrando essa arbitrariedade algorítmica: um determinado modelo de linguagem pode levar a um resultado, enquanto outro modelo pode conduzir a uma conclusão diferente. Como fica, então, o cidadão diante dessa realidade?

O terceiro ponto que destaco nos desafios da governança digital é a questão da soberania. Países soberanos podem controlar seus territórios físicos, mas as grandes plataformas controlam os territórios digitais. Vimos isso claramente no embate em que se exigia que a antiga rede Twitter, o X seguisse a legislação brasileira estabelecida pelo Marco Civil da Internet, como ter representação legal no País. A empresa se recusou, desconsiderando a ordem. O caso são foi resolvido após uma decisão judicial e uma enorme pressão política, interna e externa.

Há ainda um outro ponto que dificulta especificamente o Brasil: nossa infraestrutura digital e capacidade tecnológica limitadas. Não temos força de trabalho especializada em escala suficiente. Esta é uma dimensão crítica de pesquisa e desenvolvimento que precisaríamos fortalecer urgentemente para enfrentar esse avanço tecnológico.

As tensões entre investimento estrangeiro e os objetivos das políticas locais têm permanecem. Vimos isso quando o Congresso arquivou a chamada Lei das Fake News. Por fim, temos o agravamento das desigualdades. Além das incertezas, há a preocupação legítima de que esta modernidade digital, hoje marcada pelo avanço da IA, possa aprofundar ainda mais as divisões sociais e globais – um problema já tão presente aqui no Brasil. Esses são, portanto, alguns dos elementos que tornam tão complexa a formulação de uma governança efetiva. A questão central que enfrentamos   : temos nas plataformas um poder sem fronteiras. Esse é o cerne do desafio da governança digital.

Dado que estamos em um espaço multidisciplinar de livre reflexão, gostaria de lançar três pontos para a discussão com os colegas e com o Rodrigo Mesquita.

1. Governança digital como algo provisório e adaptativo. Poderíamos chamá-la de *"tentative governance"* (governança experimental), porque a tecnologia muda muito rapidamente, enquanto as estruturas legais e institucionais não acompanham essa velocidade. A pergunta é: por que não ajustar a governança de forma contínua? Já há episódios que apontam nessa direção. O Brasil teve uma experiência importante, ainda que tardia, nas eleições municipais do ano passado, quando o TSE estabeleceu normas para o uso de IA na publicidade eleitoral. As plataformas aderiram. Foi uma outra época.

A questão urgente   : quais seriam as formas de proteger as eleições do ano que vem? Isso precisa ser pensado e pactuado *agora*, pois 2026 já é um ano eleitoral. Daí a ideia de pensarmos em mecanismos de governança provisórios e adaptativos, capazes de responder a episódios críticos para a sociedade.

2. Buscar inspiração em outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política e a Economia. A teoria da professora Elinor Ostrom, ganhadora do Pr  mio Nobel de Economia, é muito pertinente. Ela propõe o conceito de *Polycentric Governance*, ou governança policêntrica. Escutando as ideias do Rodrigo Mesquita, podemos pensar nela como um sistema com vários centros de decisão. Nesse modelo, não haveria um regulador   nico. Poderíamos imaginar uma estrutura como o CGI.br, que soma diferentes   g  ncias setoriais e a outros atores – um ecossistema de governança, e não um órgão ou poder isolado.

Nessa definição da governança, nós teríamos centros de decisão. Essa concepção tem uma ligação direta com a ideia, tratada por Rodrigo Mesquita,

das páginas temáticas. Essas páginas poderiam ser um desses centros em um sistema policêntrico que podemos conceber.

3. A ideia da governança democrática dos algoritmos como instituições. Este é um ponto no qual tenho trabalhado nos últimos três anos. Rodrigo Mesquita mencionou que os jornais eram uma instituição fundamental para a sociedade. O que vemos agora é que os algoritmos desempenham esse papel estruturante, mas não são tratados como tal. Eles moldam comportamento, estabelecem limites sociais e informacionais, mas carecem do escrutínio, da avaliação e da governança que aplicamos a outras instituições. Por que não começarmos a pensar em mecanismos para governar democraticamente essas "instituições algorítmicas"?

A ideia da governança policêntrica, inspirada nos trabalhos da professora Elinor Ostrom, parte da "tragédia dos comuns" e traça a questão da governança política para contextos de interesses múltiplos e como água compartilhada por países, florestas e questões ambientais. Talvez este seja um caminho a ser explorado para o espaço digital, enxergando e governando as infraestruturas digitais como as instituições críticas que de fato são.

Então, o que chamamos de "instituições algorítmicas"? Trata-se da ideia de compreender as plataformas como instituições que organizam os contextos de interação entre pessoas, empresas e governos. O que vemos, na prática, é uma reinstitucionalização algorítmica. As plataformas digitais redefinem o trabalho, a comunicação, o consumo e as relações sociais, mas a sociedade ainda não as reconhece plenamente como instituições. Na cultura e no entretenimento, Apple, Spotify e YouTube transformaram as indústrias musical e cinematográfica. A esfera pública – tratada com tanto cuidado pelo Rodrigo Mesquita – é reconfigurada pelo TikTok, Instagram, Facebook e X. O papel da mídia e o debate público passam, assim, a ser mediados por instituições privadas.

Essa ideia teórica de tratar os algoritmos como instituição é objeto de um trabalho nosso, publicado no ano passado pela Oxford University Press. Acaba de sair pela editora Ubu uma versão brasileira, intitulada "A Política dos Algoritmos: Instituições e as Transformações da Vida Social".

É interessante notar que precisamos criar o vocabulário para essa modernidade digital – algo que ainda não temos. Darei um exemplo de como essa discussão é relevante. O jornalismo fazia isso muito bem: dava nomes às coisas. Um debate atual na Europa, que começa a gerar ações concretas, uma maneira de limitar a Lei de Inteligência Artificial, de questionar elementos dela. O argumento central é o de que a regulação engessa a inovação. No entanto, esse é um falso dilema. Áreas como aviação, produção de medicamentos e trânsito são amplamente reguladas e, mesmo assim, apresentaram crescimento e inovação contínuos.

Eu e meus colegas de Ciência Política com quem eu trabalho, fazemos

uma leitura desse fenômeno com base, em parte, no trabalho dos economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson, laureados com o Nobel de Economia de 2024. Em seu livro "Por que as nações fracassam", eles argumentam que a prosperidade das nações depende das instituições que são construídas. Podemos pensar, por analogia, nas plataformas como instituições algorítmicas e inseri-las nessa tipologia: podem ser instituições inclusivas – que promovem transparência, conformidade legal e crescimento sustentável – ou instituições extrativistas. Atualmente, as plataformas se aproximariam mais do rótulo extrativista, pois concentram poder, excluem a maioria dos processos decisórios, criam instabilidade e ampliam as desigualdades – realidade que, infelizmente, também se manifesta no Brasil. É nesse contexto que encerro minha fala. Precisamos urgentemente de novas ideias, e o IEA é o lugar mais do que apropriado para cultivá-las. Agora, passo a palavra aos meus dois colegas.

Andre Stangl - Ol  . Primeiro, eu queria agradecer o convite; sem d  vida,    uma honra estar neste debate. Vou precisar começar me apresentando um pouco para que possam me entender neste “lugar de fala” — essa expressão tão em voga. Eu sou filósofo e me considero um filósofo tropicalista. O que significa isso? Significa que, de alguma forma, estou tentando pensar a situação que estamos vivendo a partir de uma cosmotécnica tropical.

Tento entender que essa transformação profunda da ecologia cognitiva que vivemos hoje não é uma crise do jornalismo; é uma crise do humanismo, da centralidade do humano. E isso não é, necessariamente, algo a se lamentar, pois foi essa centralidade que nos levou ao que está sendo discutido na COP30: o fato de não ouvirmos as outras espécies, os outros seres e os outros povos.

Muitos dos receios em relação    Inteligência Artificial vêm de uma perspectiva essencialmente centrada na valorização da escrita. Há um medo de que a escrita perca a sua centralidade, como se ela fosse a única forma de organizar o pensamento — o que é uma visão eurocêntrica, inclusive com um potencial racista, porque os povos que não dominam a escrita também pensam, e pensam profundamente.

Então, o primeiro ponto que eu colocaria é isso. A minha tentativa aqui é trazer para este debate também um pouco da minha experiência. Além de filósofo tropicalista, eu me coloco hoje como um “intelectual inorgânico” — em contraposição àquela definição de intelectual orgânico. Por quê? Porque tenho feito exercícios de metarreflex  o, calibrando a inteligência artificial a partir de autores e tentando experimentar um processo de simbiose cognitiva. Isso é particularmente poderoso para mim, pois tenho uma neurodiverg  ncia que sempre dificultou a escrita manual motora. S   consegui concluir a graduação

graças aos computadores e suportes que me permitiram ir para outros caminhos. Fazer prova de concurso, para mim, é um terror e um dos traumas da minha vida; eu não consigo.

Quando falamos de tecnologias, muitas vezes ficamos preocupados com certos aspectos por elas estarem em determinadas mãos. Mas eu diria que toda tecnologia, de alguma forma, pode trazer exclusão. A escrita fez exatamente isso: sua história é uma história de exclusão até hoje, se pensarmos no acesso à universidade e a determinados empregos.

O que a gente tem na sociedade hoje? Estes dias, eu passeava por São Paulo, onde já morei, e observava: como vemos a participação da periferia no debate da esfera pública e do jornalismo? Muitas vezes é por meio do picho, indo para as paredes e tentando se mostrar pela iconografia, porque não havia outro espaço. Vou fazer aqui o papel de advogado do diabo, olhando a questão por outros prismas, pois acredito que devemos sempre ponderar os aspectos a partir da sua complexidade. Então, por exemplo, quando falamos do fim do debate ou do fim de uma esfera pública dentro das redes sociais, acabamos desconsiderando vários exemplos positivos que essas redes estão possibilitando. Recentemente, no Brasil, tivemos o caso do YouTuber Felka, que trouxe um debate profundamente importante sobre a questão da sexualização infantil. Foi um vídeo de um jornalismo espontâneo que viralizou, apesar de todos os questionamentos que a gente possa fazer, desafiando a definição do algoritmo como algo que caminha apenas para o superficial e que, inclusive, acabou pautando uma política pública.

Portanto, o que significa repensar o papel do Jornalismo hoje? Eu acredito que é, inclusive, repensar a centralidade desse Jornalismo que — conforme sinto em alguns textos — ainda está muito centrado na ideia do jornalismo escrito.

Eu morei sete anos no interior, em Ouro Preto e Mariana [Minas Gerais], e fiquei impressionado com o papel do jornalismo radiofônico nessas cidades de pequeno e médio porte, onde muitas vezes não há jornais impressos. Há também outro jornalismo com impacto profundo na nossa sociedade: a televisão, com todos os problemas que possamos imaginar. A recente despedida do [William] Bonner da bancada do Jornal Nacional [rede Globo], por exemplo, bateu picos de audiência. Isso nos leva a um aspecto que às vezes desconsideramos: a nossa relação afetiva com o Jornalismo.

Há um aspecto no jornalismo que é a nossa relação com a leitura cotidiana, com os colunistas e com aquela estrutura de organização. Sou leitor de jornal desde a adolescência, sou assinante e isso me motivou a escrever. Comecei escrevendo em Ouro Preto e, quando voltei para Salvador, tive a felicidade de ser acolhido pela minha editora, Linda Bezerra, do jornal *Correio*.

Comecei com colunas quinzenais sobre questões da cultura contemporânea e digital, muito focado na ideia de educação digital — um aprofundamento da discussão sobre educação midiática que eu não vi como

dar conta. Eu tentei realizar processos de educação midiática quando estava em Ouro Preto, com jovens e crianças de 11 a 14 anos, e percebi que a questão é mais complexa do que apenas uma educação midiática, que muitas vezes está focada apenas em combater *fake news*.    necessária uma alfabetização completa dos processos ligados a essas tecnologias, e isso envolve não são os alunos, mas também os professores; é algo muito amplo.

Voltando à questão da coluna: quando cheguei em Salvador e assinei o *Correio*, algo me surpreendeu, e queria deixar aqui esse depoimento sobre a experiência com a Linda. Após a assinatura, recebi uma resposta protocolar, mas nela constava o WhatsApp pessoal da editora-chefe. Eu não acreditei. Mande uma mensagem perguntando: “Linda,    você mesma?”. E era. Ela divulga o número dela e conversa com todos os leitores. Já viram um editor fazendo isso? É a tentativa de exercer a escuta e o diálogo. O Jornalismo vive uma crise, sem d  vida, de proporções raras, mas são essas práticas que nos mostram caminhos.

Eu não acho que tenhamos como recuperar o modelo antigo; temos que reinventar, sem d  vida. E parte desse processo de reinvenção    multiplicar as escutas, as vozes e também o real. Digo “multiplicar o real” porque uma parte do problema do jornalismo tradicional é o ideal moderno de se colocar como o único mediador. Retomo aqui um debate muito forte na etnologia e no pensamento brasileiro: o perspectivismo ameríndio.

Eduardo Viveiros de Castro trouxe esse debate a partir da sua experiência antropológica, que propõe não apenas pensar a multiplicação das culturas, mas a multiplicação das naturezas. Isso não nos leva a um relativo imobilismo; leva-nos a um caminho de convivência e multiplicação dos seres. E    óbvio que estamos vivendo uma experiência existencial não são com a Inteligência Artificial, mas com todos os objetos técnicos.

Retomo aqui um dos meus inspiradores, Bruno Latour, nas suas teorias, como a sua Teoria Ator-Rede e, principalmente, com a investigação dos modos de existência. É preciso entender essa pluralidade: a existência que tem como forma o Direito, a que tem como forma a Religião, ou a que tem como forma a representação das redes. Trata-se de fazer o mapeamento dessas diversas formas de existir.

Entender essa multiplicidade me traz também o cuidado de, ao experimentar e lidar com uma Inteligência Artificial, não simplesmente antropomorfiz  la, pensando que estou falando com outro tipo de humano. Mas olhar para a especificidade dessa experiência: que tipo de ontologia ela me faz repensar? A escrita fez isso conosco: ela nos deu a possibilidade de criar um espelho de reflexão e memória. Diversas outras tecnologias também o fizeram ao longo da história. E há um outro ator que quero trazer para o debate, que me ajuda muito a pensar enquanto leio calmamente e medito:    Yuk Hui, o filósofo chinês de onde vem a ideia de “cosmotécnica”. Aqui no Brasil, saiu o livro *Tecnodiversidade*, que não faz jus à profundidade da obra dele. Ele possui

uma profusão de livros densos que precisam ser estudados e discutidos com mais cuidado.

Um livro fundamental de Yuk Hui propõe justamente pensar a questão da técnica na China e o porquê de o país não ter desenvolvido uma modernidade tecnológica como a Europa. Que debate   esse? Que visão   essa? Será que a China, com toda a sua tradição e história, não teria uma tecnologia ou uma forma própria de pensar isso? Será que a tecnologia é apenas uma explicação ou um tipo de produção universalizante ou existem diversidades no campo tecnológico? Este é um debate fundamental.

A forma como ignoramos a tecnologia e refletimos pouco sobre ela talvez seja a nossa principal forma de alienação no mundo. [Gilbert] Simondon já dizia isso em seu livro sobre o objeto técnico, ao tratar dos modos de existência e resistência. Refletir profundamente sobre essas questões tecnológicas é pensar sua ontologia, sua metafísica e sua forma em nossa coexistência

Para aprofundarmos esse debate, precisamos de uma experiência concreta, real e cotidiana. Foi isso que me levou, desde a época em que comecei a estudar, ainda no tempo do Orkut, a migrar da filosofia para as discussões mais técnicas; fui para a Comunicação tentar entender as implicações culturais e sociais desse processo. Sinto que a Inteligência Artificial é muito debatida, mas pouco experimentada. Vejo muita gente falando de inteligência artificial sem tocá-la, sem experimentar concretamente suas possibilidades.

O primeiro ponto que gostaria de chamar a atenção sobre a Inteligência Artificial não é uma tecnologia "criada" por uma *big tech*. Ela é o resultado de um desenvolvimento que vem desde os cibernéticos, nos anos 1950.   um processo longo de acumulação de conhecimento de diversos pesquisadores e acad micos, desde [Norbert] Wiener. O ponto central dessa questão é a mudança de uma perspectiva maquina de resposta mecânica para uma resposta recursiva e contingente, como diz Yuk Hui. O que significa isso? Significa que a IA não responde apenas a um comando objetivo, como se fosse um liquidificador que você aperta e ele gira. Ela pode, a partir das experiências e do contexto, caminhar por outros caminhos. Quanto mais você aprende a lidar com a IA, mais você a traz para perto da sua visão de mundo e das possibilidades que você quer. Por isso, o uso da Inteligência Artificial exige muita reflexão e, acima de tudo, muito cuidado. Essa é uma outra forma de educação que vamos precisar. Hoje, na academia, vivemos algo absurdo: a quantidade de professores que me perguntam: "Como descubro se meus alunos estão usando IA?". Eu respondo: "  fácil. Sente-se cara a cara com ele e estabeleça uma relação de confiança". Não há outro caminho, meus caros. Não há forma automática de detecção, porque não se trata de plágio; são textos novos, há um processo criativo sendo feito. E quanto mais refinada é a experiência com a IA, mais complexo é o resultado produzido.

Eu comecei a fazer essas experiências nas minhas colunas. No início, estava muito preocupado: Meu Deus do céu! Na primeira, não usei; na segunda, também não; na terceira, decidi testar um trecho. Repeti e o processo foi se tornando cada vez mais complexo. Hoje, eu já não distingo o que   do GPT e o que é meu; é nosso. Por isso, eu sou um intelectual inorgânico.   uma experiência incrível, porque saímos daquele ideal romântico do g nio intelectual, do criador solitário e da vaidade do texto, e somos trazidos para uma humildade de co-construção muito interessante. Há trechos que a IA me entrega e eu penso: “Poxa, eu não teria condições de escrever isso sozinho”. Agradeço. Tudo bem. Estamos aqui, estamos juntos e desligo. Desligo e vou meditar. Acredito que precisamos meditar muito no mundo de hoje. O caminho   voltar a prestar atenção ao corpo, ao aqui e ao tempo. Nesse sentido, a meditação   maravilhosa. Eu sempre falo da meditação, porque é fundamental.

Outro autor que me ajudou muito a pensar nessas questões: Vilém Flusser, que viveu muito tempo aqui em São Paulo. Alguns de vocês talvez o tenham conhecido pessoalmente. Ele tem um livrinho chamado *A Escrita: Há futuro para a escrita?*, de 1989. Fui reler essa obra porque estou montando um curso sobre minha experiência de coescrita — preciso compartilhar isso com alunos e pessoas, até para discutir se estou ficando louco ou não. Ao reler Flusser, encontrei-o refletindo sobre o que seria a escrita já em 1989, sob a perspectiva da “pós-história” e de um horizonte possível de libertação. Ele falava sobre sair da linearidade da escrita, uma visão muito próxima   de [Marshall] McLuhan, entendendo o “homem tipográfico” como um tipo de aprisionamento em uma linha. Com as tecnologias eletr nicas e digitais, poderíamos seguir por um caminho não linear, o que seria politicamente muito construtivo. Pensar isso hoje é muito interessante. Quando você mencionou a questão policêntrica, esse é o caminho. E deve ser um policentrismo que v  para além das espécies, como propõe Bruno Latour em *Onde Aterrar?*

Essas discussões. Aí veio o texto do Rodrigo [Mesquita]. Para mostrar um pouco da minha experiência prática: eu tenho IAs calibradas com as obras dos autores que eu trabalho. Tenho uma IA cujo *dataset* são os livros de Yuk Hui; outra com os livros de Flusser; e uma dividida pelas fases de Latour (porque depende da fase dele). Para o Latour mais recente, tenho uma específica chamada “Aterrante”.

Então, eu pego o texto do Rodrigo [Mesquita], por exemplo, coloco l  e peço: “Comente este texto”. A IA faz uma leitura a partir de uma simulação metarreflexiva, baseada nas teses e conceitos que estão ali nos livros de leitura. A partir disso, eu faço uma outra leitura e interpreto. Sempre aviso aos alunos: não adianta fazer isso sem ler os livros. Se você não leu, não saber  o que perguntar e nem identificar o que é interessante na resposta. Mas, para mim, essa metarreflex o tem sido muito útil. Fiz isso inclusive com uma IA que tenho apenas sobre [Marshall] McLuhan e outra com o Flusser.

O resultado é que tenho cerca de 60 páginas de metarreflex o sobre o

artigo do Rodrigo Mesquita, que depois preciso arrumar, organizar, pegar os pontos, unindo-os às minhas reflexões que a leitura do artigo provocou. Um ponto que me chamou muita atenção foi retomar o conceito de ecologia cognitiva. Acho isso muito poderoso; foi, inclusive, com essa chave que trabalhei no doutorado aqui na ECA [Escola de Comunicações e Artes, da USP].

A ideia de ecologia cognitiva que propus, ou melhor, de uma arquitetura cognitiva, é muito interessante. Um ponto às vezes pouco aprofundado na leitura de [Marshall] McLuhan é quando ele diz que “o meio   a mensagem” e que não importa o conteúdo; o que importa é ali é a ideia de ambiente. Vivemos uma nova ecologia cognitiva que é gerada e que muitas vezes não percebemos. Quando mudamos da predominância do oral para o manuscrito, e depois para a imprensa de Gutenberg, essa ecologia produtiva foi se transformando. As pessoas dentro dessas ecologias não percebem a mudança do ambiente da imprensa para a eletrificação, o que gera desconforto em certos momentos da experiência.

Não percebemos novamente porque o tipo de ecologia que vivemos hoje ainda não está claro. Com certeza, não se trata apenas de redes sociais e internet. Estamos entrando em uma modalidade particularmente nova, onde não vão ser os algoritmos de atenção e fixação dentro das redes sociais, para onde as coisas estão caminhando, pois as pessoas já estão lendo as notícias mediadas por IAs.

Gostaria de chamar a atenção que o uso que faço de IA, no caso do ChatGPT, por exemplo, é no plano pago. É importante frisar isso. É um tipo de experiência diferente de quem faz no caso do Chat GPT, especificamente da experiência de quem não paga, pois me permite a criação de um contexto e de uma história de experiência. Isso vai afinando e ajustando o tipo de entrega da IA; ela reconhece minhas pesquisas e processos. Posso montar boletins para que ela monitore determinados temas e me entregue relatórios semanais. Ela atua como um agente. Para mim, essas experiências são importantes, pois não adianta discutir com alunos ou colegas sem fazer a experiência, sem entender, na prática, os limites e as responsabilidades disso.

No Instituto de Saúde Coletiva, onde trabalho com os colegas em um projeto de saúde digital, temos feito experiências, algumas curiosas. Eu não conhecia toda a complexidade da saúde coletiva, mas fui convidado para discutir esses aspectos a partir da minha experiência com cibercultura. Uma das experiências mais interessantes é ter uma assistente para nossas reuniões. Gravamos, transcrevemos e usamos um modelo calibrado com nossas pautas para sistematizar os encontros. E para a gente virou recorrente esse processo dessa ajuda.

Isso resolve um detalhe acad mico específico: como memorizar e guardar as discussões que temos. Em reuniões, analisamos ideias que muitas vezes não conseguimos sistematizar na escrita cotidiana depois. Hoje, quando

queremos falar de algo complexo no WhatsApp que não conseguimos resumir, mandamos áudios — às vezes longos. Esse áudio é extremamente rico e não seria possível escrevê-lo de forma breve. Eu confesso que não gosto de mandar nem de receber áudios, mas entendo e aceito sua importância. Para muitas pessoas, essa forma de expressão já ganhou predominância.

O que vai acontecer quando usarmos cada vez mais as IAs? Eu, particularmente, não gosto de interagir falando, mas os alunos e outras pessoas podem interagir com elas de forma apenas oral. Esta é uma nova forma de produzir texto. Como lidaremos com isso epistemologicamente dentro da academia? Ainda não se sabe. Os professores me dizem: “Tudo mudou”. E o jogo mudou mesmo, meus caros. Teremos que repensar aulas, programas, formas de avaliação e a própria construção da ciência.

Estamos diante de uma mudança civilizacional como nunca vista antes e, ao mesmo tempo, revalorizando formas de conhecimento que antes não tinham espaço na academia. Refiro-me a pensadores como Nêgo Bispo, que traz discussões impressionantes, e ao quilombola Ailton Krenak, que recentemente esteve em Salvador recebendo [o título] de Doutor Honoris Causa. Como incorporamos essas visões de mundo dos povos originários?

Para além de uma discussão, muitas vezes falamos de colonialismo sem entender o quão colonizados nós mesmos somos. Nossa experiência ainda é, muitas vezes, de perspectiva de homens brancos eurotizados, conscientizados a partir de uma perspectiva de grandes autores clássicos, o que torna difícil absorver outras visões e formas de produção de conhecimento. Temos um desafio psicológico diante de nós, e eu acho isso fabuloso.

Vejo como uma oportunidade de reinvenção da nossa forma de construção de conhecimento: algo muito mais plural e democrático. Isso atravessará discussões sobre a própria esfera pública, que pode caminhar para uma pluralidade epistêmica.

Gostaria de encerrar por aqui. Acredito que já temos bastante material para discutir — são 60 páginas de reflexões coescritas e cogitadas. O debate será muito interessante. Agradeço a oportunidade. Muito obrigado.

Demi Getschko - Bom dia. Eu também agradeço imensamente a oportunidade de estar nesta reunião extremamente interessante. Da mesma forma que o Virgílio Almeida comentou, eu também não sou sujeito da área do Jornalismo. Não sou sujeito da área técnica e falarei algumas banalidades sobre a parte que me é, digamos, mais familiar. Só para introduzir: em 1985 foi criado o Comitê Gestor da Internet. Em 1996, recebi um convite para ir para a Agência Estado e, na época, um dos fatores de atração era realmente essa história do Media Lab. Lá encontrei o Rodrigo [Mesquita] e muita gente interessante trabalhando. Só para dar um exemplo: tínhamos reuniões de diretoria bastante

animadas e intensas. Lembro-me de uma delas. O Diretor de Informação da Agência Estado, que depois foi também diretor do *Estadão*, editor-chefe, o Sandro Vaia — já falecido — estava numa reunião com o Rodrigo [Mesquita]. O Sandro Vaia, o Elói, e um monte de gente que tinha papel de direção na Agência. O Sandro virou para nós e disse: “Nosso papel é informação. Nossa meta é distribuir informação.” E o Rodrigo [Mesquita] respondeu: “Não acho. Nossa meta é fazer relacionamento, fazer networking.” No fundo, isso foi, digamos, premonitório. Quer dizer, agora estamos voltando a esse tema com algum atraso.

Evidentemente, o papel da informação atualmente... sabe-se lá o que seria essa informação. A internet tornou a barreira de entrada zero. Ontem, por exemplo, tivemos um acidente no [anel rodoviário] Rodoanel [na grande São Paulo]. Você sabe o que acontece no Rodoanel porque as redes sociais informam: alguém que está passando avisa: “Olha, tem um caminhão atravessado.” A informação hoje virou algo absolutamente banal. O que não quer dizer que deixou de ser extremamente importante. Mas o relacionamento é o ponto. E aí entra o que o Rodrigo [Mesquita] comenta: eu acho fundamental essa história da mediação, da tutoria, seja lá o que for. Porque nós perdemos. Como todo mundo fala, estamos em uma cacofonia. Como já foi comentado, eu não sei exatamente como isso vai evoluir. Não tenho competência para examinar esse aspecto. Vou falar generalidades sobre a área que conheço mais: a internet.

Houve uma provocação interessante aqui sobre a parte escrita. Lembrei que Sócrates e Platão já diziam que a escrita podia ser um retrocesso, porque você deixaria de memorizar as coisas e diminuiria a amplitude de algo ao colocá-lo em uma frase. Não sei. Eu sou leitor, gosto muito da parte escrita. Não sei se concordo com o que foi dito, mas essa dúvida já existia. Já permeava o comportamento humano há bastante tempo.

Vou dar outro exemplo, mais banal, da época da Escola Politécnica [da USP]. Quando entrei lá em 1971, a aula de Introdução à Engenharia era dada pelo professor Oswaldo Fatigas Fontes Torres, outra grande figura, um mito da Escola Politécnica. Ele fazia uma advertência logo no começo. Entre várias coisas que dizia, uma delas me veio à mente agora, inspirada por essa história da escrita:

Estamos perdendo a noção das coisas, da grandeza das coisas. Quando, por exemplo, passamos a usar calculadoras. Na época da régua de cálculo — acho que ninguém aqui sabe o que é uma régua de cálculo — você mexia o cursor e aparecia um “1,6”. Então você dizia: estou calculando a altura de um indivíduo, deve ser 1,6 metros. Ou estou calculando uma viga, talvez 16 centímetros. Talvez uma estrada: 16 quilômetros. Quer dizer, você tinha que ter noção da grandeza daquele “1,6”. Talvez fosse 0,6 milímetros: uma bactéria, sei lá. Mas o número de zeros para cima ou para baixo você tinha que ter na cabeça. Você precisava ter noção do que esperava. Não ia dizer que a altura

de um homem era 1,6 milímetros. Não ia dizer que uma estrada tinha 1,6 metros. Não fazia sentido. Com a calculadora, você entrega isso a ela e ela te d  uma resposta: 1.600. E você assume 1.600 como sendo a resposta. Talvez fosse 1,6. Talvez fosse 16. Então você perdeu a noção do que está esperando. Esse era o ponto que Fatigas já dizia em 1971: estávamos perdendo o contato com a expectativa do que queríamos. E eu ousou dizer que isso piora com a inteligência artificial. Porque, com a IA, você acaba tendo uma espécie de simbiose. Eu também uso o ChatGPT pago e faço bastante experiência. Ele, na verdade, é uma forma de simbiose que você estabelece.

O risco disso é que, cada vez mais, você pode ficar acrítico em relação ao que recebe. Passa a admitir que aquilo que veio   exatamente o que deveria ter vindo — e segue em frente. Aliás, há pesquisas mostrando (não sei com que grau de procedência) que o QI humano teria diminuido, algo nesse sentido. O que me preocupa   essa falta de absorção ou de sensibilidade em relação ao que se espera e ao que se tem. Esse é um fato ligado à inteligência artificial.

Vou dar outro exemplo: quando você tem uma simbiose com esses equipamentos sofisticados, com softwares, eles entendem o que você está fazendo. Em geral, sempre geram algo na sua linha de pensamento. Então, quando falamos de algoritmos, eles seguem a mesma linha. Nunca vão gerar algo que seja contrário ao que você pensa.

Escrevi um texto recentemente e pedi para que fosse transformado em uma cr nica no estilo de João do Rio. Ele produziu uma cr nica nesse estilo — aliás, muito melhor do que a minha. Quando mostrei o meu texto para ele, a resposta foi: “Não use esse, porque o seu não tem o sabor que tem o outro.” Ou seja, ele sabe o que você quer fazer. Não vai produzir algo diferente do que você está tentando.

Um ano atrás, tivemos os 30 anos do CGI [Comitê Gestor da Internet], e eu fiquei responsável por avisar o Steve Crocker, que é um pioneiro da internet, sobre o evento. Escrevi um e-mail em inglês: *Dear Steve papap ... 30 anos da internet*. Então pensei: vou passar no ChatGPT para ele dar uma melhorada no inglês.

Pode ser que tenha uma coisa ruim. O inglês estava bom, mas ele sugeriu: “Eu colocaria uma vírgula aqui. Mas, se esse Steve for o Steve Crocker, seja mais formal.” Quer dizer, o software concluiu por conta própria que, entre bilhões de Steves, como eu estava convidando alguém chamado Steve para um evento ligado à internet, provavelmente seria o Steve Crocker. E se fosse mesmo o Steve Crocker? Ele é uma figura importante. Você não pode ser tão familiar, precisa ser mais formal no processo. Isso é um negócio preocupante,   até aterrador. Ele sabe de mim antes mesmo do que eu quero dizer. Já está imaginando o que   e acontecendo.

Bom, evidentemente, isso é uma longa discussão. Mas voltando um pouco a essas questões, acho que temos outro perigo nessa  rea. Vou na linha

do que o Rodrigo [Mesquita] também comentou. Nós estamos tomando algumas atitudes que visam ao mesmo objetivo. Não temos divergências quanto ao objetivo, mas, eventualmente, o caminho escolhido pode gerar o contrário do que se espera.

Vou dar um exemplo: participei de uma reunião na Fiesp, alguns dias atrás, sobre a história do ECA e a questão da produ o de conteúdo para crianças etc. Na minha primeira fala, eu disse: “Olha, a Internet é uma rede universal, amplíssima, e cont m todos os tipos de coisas. Ela foi aberta para ser, digamos, única para todos.” Há quem ache que o universo   único, mas essa é uma discussão paralela. O ponto   que isso é extremamente complicado. Na verdade, você precisa controlar o seu lado: o que você faz, como se protege. Porque você não sabe o que vai acontecer em um sítio na Turquia, no Azerbaijão... há coisas muito variadas. Aí, ao meu lado, estava uma representante da Meta e, depois, uma representante do YouTube. As duas foram enfáticas em afirmar que não há perigo para crianças, nem no Meta nem no YouTube, porque “tomamos todas as providências: examinamos o perfil da criança, com quem ela fala, com quem deixa de falar”. E o YouTube? “Temos um canal em que tudo é adequado. As crianças não têm que se preocupar.” Bom, evidentemente, a palavra voltou para mim. Depois de um tempo, alguém perguntou: “Qual é a sua opinião final?” Eu respondi: “Minha opinião final, ouvindo os depoimentos, é a seguinte: vamos desistir da internet. Vamos nos focar em Meta e YouTube, porque eles nos protegem. As crianças não tem problema. Esque am que existe o resto. Meta e YouTube resolvem o nosso caso e pronto.” E o pessoal não entendeu que era ironia? O problema é que, hoje, quando você fala algo ir nico, muitas vezes é entendido ao p  da letra. Por isso eu diria: temos que tomar algum cuidado, porque algumas medidas que adotamos, em vez de tentar controlar certas questões, acabam dando a elas ainda mais poder. Numa discussão dessas, quando você escuta que elas “controlam perfeitamente” o acesso de crianças e adolescentes, estão se colocando como a soluço para o problema. E certamente não é por aí. Se você disser: “De fato, para entrar em um sítio, ele tem que verificar se você   maior de idade ou não”, então eu retruquei: “Bom, então o que você quer dizer com isso? O seguinte: qualquer sítio que não viola a minha privacidade deve ser proibido para mim, porque eu não deveria acessá-lo. Ele não quer saber quem eu sou. Então, se eu entrar em um lugar que não verificou primeiro quem eu sou, esse é um lugar em que eu não deveria entrar.”

Será que é isso que nós estamos querendo? Nessa linha, de novo, as big techs levam de lavada nisso. Elas sabem até quem é o Steve Crocker que eu estou tentando contatar. Quer dizer, se formos para esse tipo de sele o, vamos acabar selecionando exatamente elas. São elas que passam no crivo.

O meu problema é que, às vezes, tomamos medidas com uma inten o X, mas que acabam gerando o resultado oposto. Em vez de tirar poder dessas empresas, acabamos dando ainda mais poder a elas.

No caso da internet, ela nasceu altamente distribuída. Sempre fomos f s, desde a declaração de independência de John Perry Barlow, da ideia de uma Internet aberta e acessível a todos. Mas algumas medidas que estamos tomando, ou querendo tomar, v o gerar uma situação em que apenas aqueles que já têm enorme poder conseguirão atender às exigências. Então você vai eliminar. Talvez eu não consiga entrar na biblioteca do Vaticano porque ela não verifica a minha idade. De repente, entro na biblioteca do Vaticano e há uma estátua desnuda l . Quer dizer, agora, certamente, a Meta não teria esse “perigo”: a Meta vai checar minha identidade, vai saber se eu devo ou não acessar.

Então, de novo, meu ponto  : precisamos tomar cuidado com as boas intenções que, como já disseram várias vezes, pavimentam o caminho do inferno. Essas boas intenções podem ser usadas de forma contrária ao que se imaginava, gerando efeitos colaterais diferentes do que se queria.

Essa é a grande discussão. Acho que o Rodrigo [Mesquita] levanta bem esse tema. Não temos controvérsias em relação ao que queremos, mas a forma de obter isso pode ser complicada e perigosa. Não vou além disso, deixo para as discussões seguintes. Mas sempre penso que precisamos preservar o sentido crítico sobre o que estamos recebendo e dizendo. Em parte, essa aglomeração que a internet sofreu obviamente tem quem se aproveite dela. Não tenho d vida nenhuma. Acho que, por exemplo, um processo econ mico de controle seria muito razoável. Existem leis antitruste, existem leis importantes nessa  rea. Mas, em parte, isso ocorre porque o ser humano busca conforto.

Se eu tiver um lugar, um “jardim murado” que já me d  as informações, já me d  os amigos, já me d  as respostas, já tem IA embutida. Vejam, por exemplo, como eram os buscadores nos velhos tempos: você tinha que saber onde encontrar cada coisa. Existia o Yahoo, depois apareceram os buscadores automáticos. Hoje, você não visita mais os sítios, porque o buscador já te d  a resposta daquilo que perguntou, tendo ele mesmo visitado os sítios que você teria visitado. Isso é bom ou ruim para nós? Certamente é um conforto. Mas não podemos abrir mão da nossa responsabilidade no processo. O conforto nos faz, às vezes, abrir mão do pensamento crítico ou da posição crítica. Esse é um dado do problema. E há quem se aproveite disso.

Nós não podemos esquecer que temos a ver com isso. Essa gangorra que levou a internet de altamente distribuída a altamente concentrada contou com a colaboração dos próprios usuários, que se sentiram mais confortáveis nesse modelo. Por isso, acredito que, novamente, a dimensão cultural e educacional é fundamental. Caso contrário, perderemos princípios essenciais. Manter o pensamento crítico também   indispensável. São apenas comentários por enquanto. Obrigado.

Magaly Prado - Agora podemos abrir o debate.

Debate mesa 1

Lucia Santaella - Obrigada pelas apresentações. Eu acho que, em encontros como este, o mais importante é despertar novas ideias. Isso é fundamental. Vou fazer uma questão, porque ao ouvir o Rodrigo [Mesquita] e o Virgílio [Almeida], surgiu uma ideia na minha cabeça. Eu tenho trabalhado muito — do outro lado, não   , Virgílio? — do lado especificamente humano. As consequências e implicações para o humano em suas nervuras. Tenho trabalhado muito com a ideia da IA situada. Precisamos acabar com essa ideia de uma IA generalista: ela é situada nas suas aplicações. As consequências   ticas em cada um desses campos são distintas, e o que você apresentou trouxe ainda mais alimento para essa minha ideia.

Mas o que quero destacar, conectando com o que o Rodrigo [Mesquita] colocou,    a questão adaptativa da regulação. Essa é outra ideia que tenho defendido muito. Muitas vezes se prognostica que o humano vai desaparecer, que será extinto pela inteligência artificial. Em primeiro lugar, eu não acredito que isso v   acontecer pela inteligência artificial. Se for extinto, será muito mais pelo Antropoceno do que pela inteligência artificial. O ponto que eu conectei com sua fala é o seguinte: eu tenho defendido o humano no seguinte sentido: a espécie humana    adaptativa. Esse é o grande poder da espécie em relação a todas as outras espécies. Precisamos acreditar nesse poder adaptativo do humano. E você mencionou a adaptação, que é muito importante para conectar com o que o Rodrigo [Mesquita] colocou: a adaptação da legislação. Ela tem algumas implicações. A principal é o estado de alerta em relação à realidade, porque a realidade se movimenta. Então, como vamos fazer previsibilidade? Não há tempo a perder.

Aí vem a enorme função do Jornalismo e do resgate do espaço público. Ou seja, frente a essas condições, o Jornalismo teria a funcionalidade fundamental de acender luzes vermelhas.

Rodrigo Mesquita – Primeiro, eu aprendi um monte de coisas que eu fugi. Os outros dois também. Bom, a minha relação com o jornalismo    atávica. Tenho uma enorme frustração porque a indústria se negou a entender o que estava acontecendo e, a médio e longo prazo. Acho que a questão de como a sociedade vai se relacionar com o sistema público não tem nada a ver com o que conhecemos hoje.

O jornalismo tinha um papel a cumprir nesse início de processo e está perdendo a oportunidade. Eu vejo isso, esse processo. Hoje, você não tem vinte jornais no Ocidente com quinhentos mil assinantes ou *pageviews*. O que existe é uma audiência tremenda, mas o sujeito entra, fica um minuto e meio, e sai. Enquanto isso, nas plataformas sociais — que não são redes sociais, porque rede social é o que você monta ali dentro — o comportamento é outro.

Fica aquilo que o Demi [Getschko] estava falando das pesquisas. E há quem diga que o QI das pessoas está diminuindo. Não sei se isso é verdadeiro ou não, mas que a sociedade está se idiotizando, isso percebemos diariamente. O poder de reflexão   cada vez menor.

O Demi [Getschko] falou do relacionamento. Eu sempre achei que a função do Jornalismo era ajudar a sociedade a se articular em torno dos seus problemas. Evidentemente, aquilo que você distribui como informação tem importância nisso. Agora, uma coisa é ter essa consciência, como Júlio Mesquita dizia, de que o jornal não é nosso, o jornal   do público. Outra coisa   não ter essa consciência. E da ? Isso acaba não se realizando.

Deixa-me só fazer um comentário sobre a professora Lucia Santaella. Acho que sua ideia vai ao encontro das minhas preocupações. Sim, você falou que a preocupação é a preservação do humano e essa adaptabilidade do humano nesse novo contexto. Essa ligação, talvez, como o Jornalismo colocado anteriormente,   a de acender luzes sobre essas transformações, antecipá-las. Esse é um papel que as redes não cumprem. Obrigado.

Renata Mielli - Obrigada. Foi  timo estarmos aqui essa manhã. Bom, vou me apresentar para quem não me conhece. Eu sou a Renata Mieli. Sou coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil e acabei de defender minha tese de doutorado aqui na ECA-USP. Minha tese dialoga muito com o tema desta nossa conversa de hoje. Eu teria muitas coisas para falar, mas gostaria de pegar um foco na pergunta do Vir lio [Almeida]:   possível voltar atrás?

  luz das reflexões que o Rodrigo [Mesquita] trouxe em seu artigo e dos dilemas que estamos vivendo, eu acho que não dá para voltar atrás. Mas também acho que não conseguiremos resolver os dilemas apenas com regulação. Estamos assumindo essas tecnologias, as plataformas, a inteligência artificial, de forma acrítica e natural. *Não sei. Só sei que foi assim*, lembrando o Chicó. Mas por que tem que ser assim? Por que o design dessas plataformas precisa ser assim? Por que a arquitetura dessas plataformas tem que ser assim?

Nós precisamos enfrentar esse debate com clareza. Concordo totalmente com o que disse o Demi [Getschko]: precisamos ter uma visão mais crítica. Não podemos perder a criticidade. E eu acho que a crítica não   só no uso; precisamos recuperar a discussão da Teoria Crítica das tecnologias.

Essas tecnologias não são neutras. Elas aprendem com os vieses, têm objetivos econ micos por tr s de suas engrenagens e servem a determinados propósitos. Nesse sentido, considero que a regulação é urgente e necessária, mas que devemos enfrentar aspectos centrais: interessa à humanidade um tipo de interação sociotécnica baseada em feeds automatizados, que nos direcionam conteúdos a partir de nossas capturas cognitivas, principalmente aqueles que despertam emoções e moral, dispensando reflexão do conhecimento e razão argumentativa? Esse é o tipo de conteúdo que as

plataformas produzem. Hoje, já não interagimos mais com textos longos — o “test o” no Facebook ficou para tr s, talvez não para o século passado, mas para a primeira década deste século. Há determinadas topologias tecnológicas que precisamos enfrentar.

Vejo também um papel central para o Jornalismo. E aí a minha última questão, aproveitando as reflexões do Rodrigo [Mesquita] e sua presença aqui, destaco que suas ideias são muito interessantes. Mas acho que, nos últimos anos, o fazer jornalístico foi moldado também, em parte, pela dinâmica e pela constru o de conteúdo pautada pela intera o dentro de plataformas de rede social: manchetes, leads, textos. Então, há uma crise profunda na própria constru o do jornalismo.

O problema não é apenas recuperar o espírito, que é bastante pol mico, mas o próprio fazer jornalístico que está em xeque. Não vejo hoje as faculdades de jornalismo se reinventarem numa perspectiva de recuperar, e muito menos as empresas jornalísticas enfrentarem de uma maneira editorial a sedu o do *clickbait*, da busca por cliques, de conteúdos mais palatáveis, porque isso se tornou questão de sobrevivência econômica. E isso me leva à última questão, com a qual termino aqui: que   a necessidade de como nós podemos reinventar o financiamento e a valoriza o da produ o jornalística. Sem isso, não conseguiremos recuperar o jornalismo. Obrigada.

Rodrigo Mesquita - Eu acho que, mais do que reinventar a forma de financiar o Jornalismo, é provocar uma reflexão sobre o próprio Jornalismo, porque hoje ele é vítima do SEO. Os veículos funcionam em fun o dos mesmos parâmetros que as redes impõem ao grande público. V  l . Então, o Jornalismo está em decadência. Uma coisa terrível. Graças a Deus ainda tem vida, porque ainda desempenha um papel. Mas, se continuar nessa linha, vai deixar de existir rapidamente.

Hoje, nos Estados Unidos, 75% dos empregos jornalísticos sumiram de 2008 para c , e a previsão divulgada no ano passado é que, no próximo ano, do que sobrou, mais um terço vai sumir. Na Europa, a situa o é a mesma. Há uma diferença nos países nórdicos, onde a indústria era mais monopolista e, logo no início do processo, se articulou em torno disso. Eles têm o domínio das principais ferramentas da internet, dos anúncios classificados etc. No Japão e na  ndia também. Fora isso, você tem alguns grupos: Axel Springer, na Alemanha; o *Financial Times*; o *Washington Post*; o *Wall Street Journal*; e o resto descendo ladeira abaixo.

Posso s  fazer um pequeno comentário? Eu acho que o ponto que a Renata [Mielli] trouxe sobre essa questão, quer dizer, o que   essa regula o de que falamos, casa um pouco com a ideia também trazida pelo André [Stangl], de que existem lados positivos. Ele deu o exemplo do Felka. O que

pensar dessa regulação? Essas regras não podem ser est ticas. Elas têm que ser adaptativas a esse contexto, que muda o tempo todo.

Guilherme Ary Plonsky - Então, o Rodrigo [Mesquita] começou em 1995 com a *Newsweek*. Queria trazer uma historinha que rolou em 1996, em Moscou. Um cidadão moscovita vai a um café, o garçom traz o cardápio e ele pede: “Uma tortinha de maçã, um cafezinho e o *Pravda*, por favor.” O garçom anota e responde: “A tortinha de maçã e o café, tudo bem. Mas o *Pravda* não vou poder lhe trazer, porque parou de circular.” Muito bem, ele aceita os outros dois. Alguns dias mais tarde, volta ao mesmo local, com o mesmo garçom. Pede uma tortinha de chocolate, um café duplo e novamente o *Pravda*. O garçom repete: “Com muito prazer, mas o *Pravda* eu não vou poder lhe trazer, porque parou de circular.” Isso se repete. Na sexta vez, o garçom diz: “Me desculpe, por favor, não me leve a mal. Mas eu já lhe falei várias vezes que o *Pravda* parou de circular. Por que o senhor, cada vez que vem aqui, pede uma torta, uma bebida e o *Pravda*?” E o cliente responde: “Porque   tão bom ouvir que ele parou de circular, n ?”

Então é isso. Agora, queria trazer essa reflexão para c . Duas notícias de novembro de 2025, portanto quase 30 anos depois: 1) BBC – 23 ou 25 milhões de ouvintes, mas dois executivos se demitiram por fabricação de notícias, absolutamente tudo que é conhecido. 2) Outra notícia do outro lado do Atlântico, o New York Times informou que, no trimestre passado, aumentou em 460 mil o número de assinantes. Ou seja, penso que temos uma discussão na superestrutura, vamos dizer assim: tecnologias etc. mas têm também questões de outra natureza: o uso da imprensa, o mau uso da imprensa, a  tica, as pessoas. Ou seja, então eu acho que tem uma dimensão na questão que você corretamente mencionou.

O declínio da imprensa tradicional não tem absolutamente nada a ver com tecnologia, mas sim com patologias internas ao próprio setor da imprensa clássica. Essa é uma percepção minha que queria compartilhar. Disclaimer: Eu sou um voraz leitor de jornal, assinante de três jornais em papel por dia. Estou falando isso carinhosamente, não como crítico negativo, pelo contrário. E, para concluir: hoje em dia falamos em letramento para ajudar as pessoas a entender como lidar com redes sociais, inclusive na educação das crianças. Mas nunca nos educaram, nunca falaram em *letramento jornalístico*. Como fazer com que a sociedade se relacione com a imprensa tradicional? Porque, em última instância,   uma relação. Essas são as duas coisas que eu queria trazer.

Rodrigo Mesquita – Eu acho que você falou em patologia. Para mim,   a patologia da indústria jornalística: não querer entender o que está ocorrendo. A internet é um meio pelo qual você se relaciona com o mundo. O Jornalismo, porém, só se relaciona com a internet para distribuir informação.

Agora, eles estão contratando influenciadores e criadores, em vez de montar uma rede de captação nacional, com outro tipo de relação entre capital

e trabalho, que mudou e deveria abrir espaço para conversar com a sociedade.

Eu uso muito o exemplo do Júlio Mesquita, que considero um homem fora da curva, totalmente. Ele não aceitava que ninguém pudesse assinar o jornal, porque o jornal não é nosso,    do público. Se você assina, perde o valor. O jornal tinha que crescer como instituição. Evidentemente, era outro contexto.

No final da vida, ele disse uma frase marcante: “Jamais sonhei que tinha o dever ou obrigação de formar a opinião pública do meu Estado. Eu sempre sondei a opinião pública e me deixei levar, tranquilo e sossegado, pelas correntes que pareciam mais acertadas.”

   da   que eu tiro a ideia de que a missão do Jornalismo é ajudar a sociedade a formar suas redes de interesse, a se articular em função dos seus interesses, das suas reivindicações em relação ao governo, aos poderosos, à infraestrutura, ao que seja — e não ser o dono da verdade e apontar o caminho. Não é como muitos jornalistas fazem, dizendo: “Nós vamos por aqui para chegar lá.” Não é isso.

Magaly Prado - Temos uma pergunta que chegou por e-mail do IEA,    de Paulo Fernando Silvestre Júnior, orientando da Lucia Santaella. Ele pergunta: Na prática, como o Jornalismo pode se reinventar como *arquitetura informacional*. Que modelos concretos ou experiências internacionais você considera inspiradores nessa direção? Como o Jornalismo pode atuar para romper essa aliança tácita entre regimes autoritários e plataformas digitais e fortalecer a mediação democrática, especialmente em contextos de polarização e desinformação.

Rodrigo Mesquita - Primeiro, você precisa levar em consideração que hoje a indústria jornalística não é mais coesa. Não existe mais uma solução que sirva como *benchmark* para as outras.

Quer dizer, o *New York Times*, em 1999, comprou por um bilhão e duzentos dólares o *Boston Globe*, que circula na mesma área de circulação do *New York Times*, e ninguém entendeu a lógica. Aqui na internet, já dez anos depois, ele estava vendendo por cinquenta milhões de dólares. Ele tinha uma pequena rede de jornais. Vendeu, hipotecou o prédio. E aí eles não só venderam: venderam até a cadeira. Mas eles se negaram a mexer no *core* da redação. Tinham uns trezentos jornalistas e mantiveram esses trezentos jornalistas nessa crise, em que os jornais, de 1995 até aqui, foram perdendo todo o seu mercado. O que eles fizeram? Trocaram B por C, D, e diminuíram barbaramente as suas equipes.

O *New York Times*, em 2014, criou um grupo dentro da redação para fazer uma radiografia, porque eles estavam errando. E o atual gestor que toca o jornal hoje estava na redação; ele entrou nesse grupo. Fizeram um trabalho de um ano, que resultou num relatório: “*Innovation Report*”, algo por aí. Isso criou uma cultura ali dentro, e eles conseguiram reagir no modelo. Hoje, não são meramente distribuidores de informação; têm uma série de unidades

diferentes e um modelo de negócio com complexidade para isso.

Há também esse grupo na Alemanha, o *Axel Springer*, que, no início do processo, o CEO chamou a equipe e falou: “Olha, eu não quero resultado. Experimentem tudo que vocês possam experimentar”. Depois de um tempo, ele pegou os trinta melhores profissionais de jornalismo que ele tinha e os mandou para o Vale do Silício passar seis meses, fazendo uma radiografia de tudo que interessava para a indústria, para *Axel Springer* — um grupo grande na Alemanha. Também conseguiram avançar. O *Financial Times* tem uma pauta global e um modelo de negócio baseado em eventos no mundo inteiro etc. E também está numa situação cômoda.

Eu acho que você tem que passar a criar uma estrutura, uma arquitetura de funcionamento que seja, na verdade, uma arquitetura informacional. Dessa forma, você não fica na dependência das plataformas sociais para fazer tudo o que faz. É preciso ter um processo de monitoramento. Você tem um CEO, mas nenhum jornal tem um sistema de monitoramento do que está acontecendo. O que a sociedade está discutindo na internet? Isso não é um investimento proibitivo para se fazer. Você tem que ter um sistema de monitoramento e curadoria para criar processos e ajudar a articular as redes de interesse e as redes sociais aqui no Brasil. Para mim, a única rede social que funcionou como tal foi a rede social do Bolsonaro, que hoje está mais fraca, mas que tinha pauta, edição, sistema de distribuição e sistema de computação de parceiros. Eles não tinham nenhuma responsabilidade com nada — era a campanha deles. Os jornais poderiam fazer isso com critério jornalístico. E não fazem. Eles estão só na distribuição.

Eu acho que isso vai levar ao fim. Já é uma situação dramática dos jornais. E eu acho que deve piorar no horizonte de tempo. Eu acho que o Rodrigo Mesquita apontou bem, digamos, essa falta de inteligência da velha mídia com o que está acontecendo. Mas há dois riscos aí: o primeiro é eles não entenderem o novo mundo; o segundo — e eu ia falar que esse é um risco até pior — é eles mimetizarem o novo mundo erradamente. Essa mimetização errada é a praga da climatização. Ou seja, eu, jornalista, piloto... fica irritando no Brasil essa parada. Mas isso é no mundo inteiro, não é um fenômeno formado.

Roseli de Deus Lopes - Bom, como você mencionou, o Instituto é um lugar para a gente discutir ideias, mas também para propor coisas. Um *call to action*. Por que a gente não se junta, liderados pelo Rodrigo Mesquita, para prototipar e incubar esse novo modelo? Assim como lá atrás o Demi [Getschko], junto com o Rodrigo [Mesquita], fez outras aventuras tecnológicas. Eu acho que a gente podia se juntar aqui com o CGI e buscar outros parceiros para fazer esse desenvolvimento técnico de fato, junto com o Inova, em parceria com a UFMG. Porque ou a gente faz, ou a gente faz — então esse é um convite. Que a gente se articule, sob o comando do Rodrigo, para implementar isso como um laboratório experimental. Ele comandaria esse grupo.

Rodrigo Mesquita - Eu tenho. Eu desenvolvi um modelo de páginas temáticas. Já tenho alguma coisa desenvolvida nisso. Passei para o Demi [Getschko] e para o [Carlos] Américo [Pacheco], que são os cabeças de tecnologia, para eles me dizerem se estou completamente alucinado ou não. O Demi [Getschko] me deu um aval, falou que o meu projeto estava bem razoável. Eu tenho pensado em fazer isso com o Insper. O Insper queria criar uma faculdade... Mas não — você já me ganhou. É, eu estava pensando nisso.

Magaly Prado - Dá tempo para uma última pergunta aqui que veio por e-mail. Eu acho que ela pode ser inclusive respondida pelo Rodrigo [Mesquita] e pelo Demi [Getschko]. A pergunta é da Cristina Amazonas, que foi pesquisadora da Cátedra Oscar Sala.

Excelente exposição. Minha pergunta é sobre *open source*. A Wikipedia seria um exemplo do que o Rodrigo Mesquita chama de "página temática"? A provocação é de quem vem da área de TI. Trabalhei nos anos 1990, modelando estruturas de bancos de dados para *mainframes*. Vi a área alertar bastante sobre a importância dos formatos livres, mas o mercado não absorveu esse conselho. A proposta de facilidade, intuitividade e rapidez ganhou. O usuário normalizou marcar "aceite" em qualquer termo de uso sem ler. Fazem o que querem, e todos aceitam. Isso me lembra o "experimento de Bletchley"? A Renée Direx fala sobre isso: mesmo quando você oferece um aplicativo bom, o usuário não quer configurar. Esse comportamento humano me parece bizarro e é um desafio. Você já leu os termos de uso do aplicativo da portaria virtual do seu condomínio ou da sua academia? Uma sugestão: a LGPD te garante o direito de não cadastrar foto ou biometria facial nas portarias. Você pode negar ou pedir para usarem um cadastro já feito, e não podem te constranger ou negar o acesso. Isso hoje já funciona em São Paulo. Felizmente. A ideia é não alimentar as grandes bases de dados que estão gerando os modelos de redes neurais. Sem os dados, eles não existem.

Demi Getschko - Acho que é aí que eu começo, e concordo 100% com isso. Nós temos que ser altamente críticos em relação a isso, porque temos esse problema hoje: aparentemente, você não consegue entrar em nenhum lugar sem tirar foto. Eu mantenho minha resistência. Até hoje, lá no NIC, eu entro só com crachá. Não deixei fazer o cadastro biométrico, porque a gente vai entregando os pontos aos poucos. Quando vai ver, não há mais onde defender. Por isso eu digo: acho muito mais sensato e razoável você controlar o seu lado, do que querer que o mundo, de alguma forma, te controle — até por obrigação. Por exemplo, botar uma lei dizendo que qualquer sítio, antes de dar acesso, tem que checar se você é maior de idade. Eu não sei se isso é a favor ou contra, mas, sinceramente, não sou nem um pouco simpático a isso. Acho que você tem que saber se entra ou não. E certamente há vários países que já estão restringindo o acesso de crianças à rede. Criança entrar na rede é como criança entrar numa floresta: tem coisas decentes e coisas péssimas; tem

passarinhos e tem lobos. Você não pode querer que a floresta se adapte e, quando entra uma criança, se torne "cuidadosa". Você tem que ser cuidadoso do seu lado. Então, essa é uma situação que a gente está querendo resolver de cabeça para baixo. Estou alinhado com isso, quer dizer: estamos com muito cuidado com a nossa privacidade, com o respeito que a lei exige. E eu sou. Quanto à Wikipédia, só para dar um outro exemplo, acho que seria um belo caminho. Falta lá a interação, falta a mediação... e isso faz falta. Mas certamente é um caminho nessa direção da "página temática". Se você incluir nisso uma dinamicidade, acho que não estaríamos muito longe. O caminho é esse mesmo. Só que a redação teria essa função de ser o agente provocador e articulador desse processo.

André Stangl - Eu queria fazer um comentário sobre uma questão muito curiosa da Wikipédia. Parte dos critérios de validação para a criação de verbetes é a referência em jornais. Você não consegue criar um verbete na Wikipedia se não colocar como referência um artigo de jornal. Isso gera um problema: muita coisa, principalmente em países ou regiões onde o jornalismo local está desaparecendo ou já não é tão presente, não pode ser indexada na Wikipédia simplesmente porque não tem como ser referenciada. Sem falar no fato prático: se você, como contribuidor, vai referenciar algo, tem que assinar vários jornais. Como vai acessar o conteúdo para colocar lá como referência? Eu já passei por isso várias vezes. Sou colaborador da Wikipédia, faço inclusive doação anual e muitas vezes tenho pena de não conseguir incluir coisas sobre aspectos locais de Salvador, ou quando estava em Ouro Preto, por falta de documentação em jornal.

Rodrigo Mesquita - Eu tenho um verbete na Wikipedia sobre São José do Ararapira. É uma vilazinha que está morrendo, na fronteira de São Paulo com o Paraná, no litoral entre a Ilha do Cardoso, que é um parque estadual paulista, e a Ilha do Superagui, que é um parque nacional. Ela é um núcleo... Enfim, o verbete tem quinze, vinte linhas, mas foi feito sem jornal, citando livros, referências acadêmicas.

Magaly Prado - Eu acho que é isso e nós temos uma segunda leva à tarde. Obrigada a todo mundo que está aqui e quem está online.

MESA 2

Luiz Fernando Martins Castro - Boa tarde, senhores e senhoras. Retomando as atividades de nosso seminário Jornalismo entre a sobrevivência e a relevância, uma discussão a partir do artigo de Rodrigo Mesquita. Nós vamos ter agora, a palestra da professora Lucia Santaella, denominada: Sem  tica, não há democracia. E na mesa 2: Inteligência artificial no Jornalismo, inovação, riscos e responsabilidades, v o participar: as professoras Magaly Prado e Eun Yung Park.

O avanço da IA redefine as práticas da comunicação e do jornalismo, impactando desde a apuração e produção de notícias, até sua distribuição em ambientes digitais fragmentados. Se, por um lado, essas tecnologias ampliam a eficiência, personalizam a experiência do público e abrem possibilidades inéditas de curadoria, por outro, levantam d vidas sobre confiabilidade, vieses e riscos de manipulação. O desafio está em equilibrar inovação e responsabilidade de modo a assegurar que o uso da IA fortaleça o papel social do jornalismo e preserve valores fundamentais, como transparência  tica e diversidade informativa.

A questão central que se traz hoje é como a IA pode ser incorporada   comunicação e ao Jornalismo de forma crítica e responsável, garantindo a qualidade da informação e a confiança do público em um cenário digital em constante transformação.

Para discutir esse tema, temos a presença aqui da professora **Lucia Santaella**, que, além de nossa ex-catedrática aqui na Oscar Sala,   pesquisadora 1 A do CNPq, doutora em Teoria Literária na PUCSP e livre-docente em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professora titular na Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica e Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Eun Yung Park   jornalista e administradora de empresas, doutora em Jornalismo pela Universidade de São Paulo e mestre em Jornalismo pela Seoul National University.   pesquisadora e professora do Departamento de Jornalismo e Editorac o da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Magaly Prado   jornalista, doutora em Comunicação e Semiótica e mestre em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisa LLMs aqui no IEA.   coordenadora de programas especiais no Núcleo de Podcasts da Rádio USP e vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade, da ECA e do IEA.

Então passo a palavra   professora Lucia Santaella. Muito obrigado.



Lucia Santaella. Foto: Leonor Calasans/IEA-USP

Em busca da verdade da ética

Lucia Santaella - Obrigada pela apresentação. É uma honra e um grande prazer estar aqui para um evento desse tipo. Eu preparei um texto por escrito, porque minha fala oral é muito diferente da escrita. Eu dou aula, sou professora. É a minha vocação, e quando eu dou aula, eu danço junto com as palavras. Por isso, preparei algo breve. O subtítulo é "Em Busca da Verdade e da Ética".

(Observação: a professora Lucia Santaella enviou o seu texto incluído a partir daqui)

Eu fui formada na geração dos anos 1970, durante a ditadura, e herdei da minha formação em Marx a busca pelas raízes, ser radical. Assim, atendendo à importante convocação, que vejo como um chamamento, um apelo, um alerta e um forte aceno; a Roseli [de Deus Lopes] chamou de "provocação", uma palavra que faltou no texto de Rodrigo Mesquita, razão desta reunião de vozes, respondo à convocação buscando uma reflexão de raiz que, para mim, se encontra no resgate da verdade e da ética. Nunca se falou tanto em ética — e provavelmente nunca, tanto quanto agora, a ética esteve tão em falta. Uma falta disfarçada pela banalização da ética em troca de promessas vazias. Como não poderia deixar de ser?

As críticas formuladas no texto de Rodrigo Mesquita -- "Crise do jornalismo deixou terreno fértil para erosão da democracia" (2025) -- podem ser resumidas em duas questões cruciais. A degradação da esfera pública é alimentada, entre outras razões, pela crise do jornalismo. Felizmente o texto não estaciona nas críticas, mas avança para a proposta do necessário revigoramento a ser exercido pelo jornalismo no seu papel de resgate dos valores do espaço público.

Há não mais do que meio século, [Jürgen] Habermas nos fez sonhar com cidadanias sadias promovidas por espaços públicos alimentados pelos ideais comunicativos. Logo depois, os espaços presenciais foram sendo substituídos pelas comunidades virtuais estudadas e idealizadas, entre outros, por Reinghold (1993). Na primavera de 2006, quando Habermas recebeu o

pr  mio Bruno Kreisky por promover os direitos humanos, na sua fala de agradecimento, apresentou uma breve análise das relações entre as novas m  dias e a vida intelectual pública. Para ele, a Internet “enfraquece as conquistas das m  dias tradicionais”, pois nos ambientes *online* “as contribuições dos intelectuais perdem o seu poder de criar um foco”. Portanto, em vez de preencher as esperanças daqueles que têm se preocupado com o declínio da participação e o desengajamento político geral, na maioria das sociedades democráticas, a Internet só contribui com uma maior fragmentação do espaço público (Habermas, 1994). Vinte anos atrás [Jürgen] Habermas já prognosticava o pior. Estava certo.

Nunca tivemos tanto acesso    informação, mas nunca fomos tão manipulados. Em 15 anos, as *big techs* tomaram de assalto o debate público, sem qualquer contrapeso democrático, guiadas pela busca de lucro que atropela até o bem-estar dos usuários. Enquanto isso, o jornalismo, a instituição democrática mais talhada para impedir abusos de poder, perdeu seu papel de mediador. O resultado é um ambiente em que a verdade compete com a engenharia do engajamento e, na maioria das vezes, perde (Silvestre, 2025).

De fato, “a informação deixou de ser um serviço público e passou a ser um insumo para modelos de negócios baseados na vigilância e na previsibilidade do comportamento humano”. Portanto, “o que está em jogo é mais do que a sobrevivência do jornalismo: É a reconstrução das formas de mediação que sustentam a democracia” (Mesquita, 2025).

A importante convocação, assim vejo, como um chamamento, apelo, alerta e forte aceno do texto de Rodrigo Mesquita, deu razão e ocasião para a reunião de vozes em resposta e diálogo com as ideias por ele enunciadas. No papel de uma dentre essas vozes, respondo    convocação buscando uma reflexão de raiz, quer dizer, no sentido marxista de ir às raízes e que, para mim, se encontra no resgate da verdade da   tica. Nunca se falou tanto de   tica e provavelmente nunca tanto quanto agora a   tica ficou tão em falta, uma falta disfarçada pela banalização da   tica.

Para a busca prometida, como não poderia deixar de ser, comecemos por Aristóteles (1973, 1995). Para ele, a   tica parte de uma pergunta fundamental sobre qual é o bem supremo que move o ser humano, indicando, inclusive, qual o fim para o qual tendem todas as coisas. A resposta encontra-se na felicidade. O que nos move    a busca de felicidade. Essa busca deve incorporar o bom senso e os juízos morais que se alicerçam na virtude e na bondade. Não obstante, a felicidade não seria possível em uma sociedade em que faltasse a justiça social. Para isso, embora a ação dirigida para a felicidade seja individual, ela deve incluir o *homo politicus*, habitante da polis, na responsabilização do bem coletivo (Calovi; Marmellini, 2010; Jesus Silva, 2013).

Certamente, isso soa como música aos nossos ouvidos. Entretanto, não vivemos mais no mundo grego, nem tem hoje o filósofo a tranquilidade de espírito de que dispunha o filósofo grego. Gradativamente a concepção de felicidade foi se degradando tendo alcançado sua perversão na sociedade de mercado e do hiperconsumo. Poucos são aqueles que sabem ou, sabendo, citam uma passagem lapidar de C. S. Peirce quando preconizou, ao testemunhar o encaminhamento para a f ria capitalista com que agora convivemos, que as sociedades humanas entrariam na era da ganância (CP 6.292). Com isso, Peirce queria dizer que todos os ideais humanos estariam fadados ao esmagamento sob os apelos da ganância tanto pelos bens materiais quanto pelo poder, já que ambos se mútuo alimentam. Nesse contexto, em que se transformou o desejo e por quais metamorfoses vem passando a busca de felicidade, mesmo quando é tratada no modo paradoxal (Lipovetski, 2007)? Eis uma boa pergunta para meditar. Literatura sobre isso não falta. De qualquer modo, os escritos de Aristóteles continuam não são fundamentais para nos revelar o que perdemos, quanto têm também porque lançaram as bases para os pensadores que deram prosseguimento à jornada da  tica.

Outro filósofo cuja  tica tem sido lembrada com frequência   Baruch Spinoza. Dirigindo a complexidade de sua filosofia estritamente para a  tica, há um conceito central de que decorrem os outros, o conceito antropológico de *conatus* que, para o filósofo, é a essência humana, ou seja, a fôrça para a autoconservação de si na continuidade do existir. Para isso, as ações humanas podem levar a consequências adequadas e inadequadas que influenciam na construção  tica de cada sujeito. Quando constituído pela virtude e pela razão, suas ações tenderão para a adequação.

Se os homens vivessem sob a condução da razão, cada um desfrutaria desse seu direito sem qualquer prejuízo para os outros. Como, entretanto, estão submetidos a afetos, os quais superam, em muito, a potência ou a virtude humana, eles são, muitas vezes, arrastados para diferentes direções e são reciprocamente contrários, quando o que precisam   de ajuda mútua (Spinoza, 2009, p. 91).

De fato, a teoria dos afetos marca a  tica espinoziana. Inelutavelmente, somos sempre afetados. Há dois tipos de afetos, aqueles que aumentam e outros que diminuem a potência humana de agir, ao afetar o corpo e a mente pela alegria ou pela tristeza. “  que a alegria, e o que dela resulta, preenche de tal maneira a aptidão para ser afetado que a potência de agir ou fôrça de existir aumenta relativamente; e de maneira inversa com a tristeza. O *conatus*  , pois, esforço para aumentar a potência de agir ou experimentar paixões alegres.” (Deleuze, 2002, p. 107).

O fundamento do *conatus* encontra-se na virtude, na fôrça interna humana que pode nos libertar de fôrças externas opressoras. Isso implica deslocar as paixões que nos submetem para ações na direção de causas

adequadas, ou seja, no acionamento dos afetos que nascem da alegria, a saber: amor, generosidade, empatia, misericórdia, benevolência, gratidão etc. em oposição às paixões fracas e tristes: ódio, egoísmo, ambição, avareza, vingança, inveja e tantos outros. Tais afecções agem tanto no corpo quanto na nossa potência de pensar.

Fundamental na ética dos afetos spinoziana é o fato de que ela substitui uma moral normativa por um vetor para a ação na busca de alvos adequados que intensifiquem os afetos benéficos. Pode-se concluir que se trata de uma ética que funciona como lição de vida. Entretanto, por mais que essa lição seja internalizada, vivemos hoje em um mundo imerso em paixões tristes que soterram e apagam na invisibilidade os afetos benévolos. Foi brutal a metamorfose das promessas de transparência e liberdade expressiva das redes sociais para a disseminação do ódio, dos cancelamentos, da guerra cultural, das narrativas conspiratórias e dos extremos mútuos destrutivos (Cruz, 2024). Tudo isso aliado à monetização da presença, ao capitalismo comunicacional que transforma qualquer virtude em manipulação consentida.

São agudas as ponderações de Hickman (2025, s.p) sobre a transformação estrutural das formas digitais de subjetivação, apontada, por exemplo, por Bogna Konior (2025), em sua “Teoria da Floresta Negra da Internet”, na qual aquilo que antes era um espaço de liberdade expressiva tornou-se um domínio de contenção vigilante. “Falar *online* agora é um risco calculado. Permanecer em silêncio é um ato de sobrevivência. Não se trata simplesmente de uma questão de ‘privacidade’ no sentido legalista estrito, mas de uma recodificação completa de como os sujeitos se performam, se protegem e desaparecem em ambientes digitais” (Hickman, 2025, s.p).

As ponderações de Konior ecoam a “Teoria do blog”, de Jodi Dean (2010) onde, com seu conceito de “capitalismo comunicativo” aponta para um regime em que “a circulação substitui o significado e onde cada enunciado é um ponto de dados. A participação se torna cúmplice. À medida que as plataformas monetizam a presença, a autenticidade se torna não uma virtude, mas uma vulnerabilidade” (Hickman, 2025a, s.p). Antes disso, já em 2019, Zuboff havia mapeado como a extração de dados comportamentais reconfigura a subjetividade. Quanto mais visíveis somos, mais somos previstos, perfilados e manipulados. Tais considerações vêm demonstrar o quanto se tornou difícil perseguir afetos benéficos, mesmo quando os tomamos como prioridades. Mas prossigamos.

Falar em ética sem citar E. Kant (1724-1804) é quase uma heresia. A ética kantiana busca estabelecer uma espécie de geometria dos princípios gerais, universais e racionais que devem orientar a ação humana. “Ele defende que a moralidade não depende das consequências das nossas ações, mas sim do cumprimento do dever, que se baseia na razão pura. Por isso, o dever é expresso pelo imperativo categórico, que nos ordena a agir de tal modo que possamos querer que a nossa máxima se torne uma lei universal” (Cavalcanti,

s/d).

Kant parte do princípio de que o ser humano, por ser racional e livre, é capaz de interiorizar leis morais baseadas em princípios universais, que distinguem o bem do mal e o justo do injusto, orientando sua ação por meio do imperativo categórico, isto é, pela exigência de agir conforme o dever. A expressão mais conhecida do imperativo categórico dita: "Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal" (Kant, 2004, p. 51). Isso leva à generalização dos princípios para todos os casos similares, implicando o respeito ao outro, sem fazer dele meio de nossos desejos, mas um fim em si mesmo.

Por funcionar como uma bússola moral que é interior ao indivíduo, como uma ordem autoimposta, o imperativo categórico, apesar de universalmente convincente, proscree a liberdade individual. Essa foi a crítica à Kant desferida por Schiller, nas suas cartas sobre a educação estética da humanidade. Para Schiller, além da falta de graça e flexibilidade no modelo kantiano, a ideia kantiana da liberdade não passava de autocoerção bem-sucedida. "Ao ser moral, afinal, não estava destinada nenhuma liberdade de escolha além da servidão ao autorrespeito e à autorrejeição (Santaella, 1993, p. 66-67).

Tanto Cavalcanti (s/d) quanto Santos (2008) reivindicam a fecundidade de ética de Kant para repensar os problemas éticos e ético-políticos com que a humanidade se vê confrontada nos nossos dias. Os problemas são muitos e, para o tema que está hoje mais em voga, a IA, a ética é prioritária. Entretanto, chamar Kant de volta parece ser uma empreitada difícil, depois da crítica aguda desferida pelos pós-estruturalistas às ilusões do idealismo da modernidade com suas bases em subjetividades racionais e autônomas, tão bem representadas na filosofia de Kant, especialmente na sua ética. Ao mesmo tempo, segundo MacIntyre (1981, apud Santos, p. 134), "a ética já não é possível, como tão pouco o era na época moderna; não é mais possível chegar a consensos morais partilhados universalmente. Só nos restam identificações com valores comunitários ou tribais".

Meio século depois da morte de Kant, a teoria ética que, desde então, tem merecido maior atenção é aquela que provém da sociologia alemã na figura de Max Weber (1864-1920). Trata-se de uma teoria voltada para a prática, ou melhor, que funciona como guia para a conduta. Ao caracterizar o mundo moderno como aquele que é conduzido pelo pragmatismo da eficiência instrumental e do sucesso como valor absoluto, Weber evidenciou a radicalização do dilema ético em um mundo coisificado "onde os homens se tornam instrumentos inconscientes de fins que lhe escapam ao entendimento (Souza, 1993, p. 138).

Em suma: como um paradoxo em relação à sua falta, assistimos a uma verdadeira banalização da ética. Utilizar bandeiras éticas traz um significado mercadológico de valor. "Fala-se de ética empresarial, de markética, de bioética, de ética verde ou ética ambiental, de ética dos animais, ética do

consumidor,  tica das profissões. A  tica tornou-se um valor acrescentado dos produtos e dos serviços” (Santos, *ibid.*, p. 132). Ademais, nunca se falou tanto em  tica quanto depois da chegada da IA, muitas vezes utilizada como um passaporte de liberação para os seus avanços.

Não é mero acaso que vozes críticas convergem para o viés performativo que a retórica em torno da “ tica da IA” vem assumindo em ambientes corporativos e redes profissionais. Longe de configurar um debate enraizado em compromissos estruturais, o que se observa com frequência   sua redução a slogans convenientes — enunciados vazios que oscilam entre o marketing de ocasião e gestos simbólicos de indignação estrategicamente calculados. Em contrapartida, o relatório recentemente divulgado pela Anistia Internacional (2025) desloca o eixo da discussão e propõe uma leitura mais incisiva: não se trata apenas de uma questão  tica, mas de uma crise aguda de direitos humanos, catalisada pela concentração assimétrica de poder nas mãos das big techs, além da realidade de base de um planeta mergulhado em abissais desigualdades sociais. Nesse contexto, torna-se evidente que qualquer concepção minimamente consequente de  tica não pode prescindir de regulação e equilíbrio sist mico — não como apêndice, mas como fundamento.

Ainda assim, a interrogação central persiste: quem se responsabiliza pelos danos que emergem e se proliferam   medida que as tecnologias ambivalentes e contraditórias se infiltram nas mais diversas esferas da vida social? A experiência recente demonstra que a autorregulação da indústria não apenas falhou, como se revelou estruturalmente incapaz de conter os abusos inerentes à lógica que a sustenta. Diante disso, recai sobre a sociedade civil o imperativo de reivindicar um papel ativo, crítico e vigilante, capaz de tensionar os limites da tecnocracia e restituir    tica seu caráter operativo. Tal diagnóstico não destoa das críticas constatações acima elaboradas: ainda que princípios normativos e recomendações internacionais desempenhem função orientadora, sua eficácia   gravemente comprometida quando carecem de instrumentos tangíveis para enfrentar o poder econ mico e técnico das corporações.

Sem dispositivos concretos de *accountability*, toda  tica corre o risco de ser convertida em mero adereço discursivo — uma fachada moralizante que encobre, sem enfrentar, as estruturas que perpetuam assimetrias. O que se exige, em última instância,   uma prática que não apenas nomeie os problemas, mas que atue sobre eles com densidade política, coerência institucional e compromisso público.

Certamente vivemos em tempos de inumeráveis riscos o que pode funcionar como uma justificativa para a banalização da  tica. A crise climática, a engenharia genética, as modificações genéticas das espécies vegetais, animais e humanas estão aí, provocando sentimento de impotência, pois o poder de a  o de cada um de nós sobre esses desafios mudou não só de escala, mas de natureza, transformados que estamos em engrenagens fora de

nosso controle.

Embora as teorias   ticas tenham proliferado ao longo dos séculos, para os propósitos que aqui busquei, Aristóteles, Spinoza, Kant e Weber parecem suficientes como pensamentos paradigmáticos que nos permitem avaliar os imensos desafios e mesmo impossibilidades que o nosso tempo da dataficação e manipulação algorítmica da vida (Lemos, 2021; Santaella, 2022) enfrenta para a manutenção dos valores e ideais de que a   tica se alimenta. Essa questão é fundamental para avaliar em que conjuntura sociocultural, política e mesmo psíquica está se dando a emergência e desenvolvimento da IA e quais consequências isso traz para o diagnóstico dos novos problemas   ticos que implica.

Diante de tudo isso, se os roteiros desenvolvidos pelos filósofos aqui arrolados, não são mais possíveis em tempos de incerteza (Bucci, 2023), a luta pela dignidade humana merece ser intensificada e ainda    de grande valia. É assim que leio e busco compreender o texto de Rodrigo Mesquita de que este encontro se originou. Assim entendo esse texto como uma convocação tanto do resgate da dignidade do jornalismo quanto do seu papel para o resgate da potência espinoziana dos espaços públicos.   , sem d  vida, uma convocação que nos interpela e    qual procurei responder pela busca da verdade   tica.

Referências

- AMNESTY INTERNATIONAL. Breaking up with Big Tech: How to end the human rights crisis of platform power. Londres: Amnesty International, 2025. Disponível em: [/www.amnesty.nl/content/uploads/2025/08/Breaking-Up-Big-Tech-Report.pdf](http://www.amnesty.nl/content/uploads/2025/08/Breaking-Up-Big-Tech-Report.pdf). Acesso: 20 ago., 2025.
- ARISTÓTELES.   tica a Nic  maco. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim (trads.). São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ARISTÓTELES. A   tica. Paulo C  ssio M. Fonseca (trad.). Bauru: Edipro, 1995.
- BUCCI, Eugênio. Incerteza, um ensaio. Belo Horizonte: Autêntica., 2023.
- CALOVI, Gustavo Ellwanger; MARMENTINI, Luis. A   tica de Aristóteles. Dialnet, Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. Acesso: 25 jul, 2025.
- CAVALCANTI, Klever R. Pires. A influência da   tica de Kant na sociedade contemporânea. PhilArchive. Disponível em: [https:// philarchive.Org](https://philarchive.org).CAVAID 3. Acesso: 27 jul, 2025.
- CRUZ, Kalyinka. Seremos todos odiadores? Haters and neohaters na internet. São Paulo: Estac  o das Letras e Cores, 2024.
- DEAN, Jodi. Blog theory: feedback and capture in the circuits of drive. Malden, MA: Polity Press, 2010.
- DELEUZE, Gilles. Conversações, Peter Pal Pelbart (trad.). São Paulo: Editora 34, 1992.
- HABERMAS, Jürgen (1994). Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública. México: Gustavo Gili, [1962], 1994.
- HICKMAN, S. C. The Dark Forest Theory of the Internet: Bogna Konior, Liu Cixin, and the Silences of Digital Space, 26 jul, 2025. Disponível em:

<https://socialecologies.wordpress.com/2025/07/26/the-dark-forest-theory-of-the-internet-bogna-konior-liu-cixin-and-the-silences-of-digital-space/>. Acesso: 26 jul, 2025.

JESUS Silva, Everton de. A ética aristotélica como caminho que conduz o homem à felicidade plena. *Revista Humus*, Jan/Fev/Mar/Abr. 2013, no. 7, p. 74-86.

KONIOR, Bogna. *The Dark Forest Theory of the Internet*. New York: Polity, 2025.

KANT, I. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. *Felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEMONS, A. Dataficação da vida. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 21(2), p. 193–202, 2021.

MACINTYRE, Alsdair. *After Virtue: A Study in Moral Theory*. Duckworth, London, 1981.

MESQUITA, Rodrigo. Crise do jornalismo deixou terreno fértil para erosão da democracia. *Folha de S. Paulo. Ilustríssima*, 26 jul, 2025.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers*. Vols. 1-6, Hartshorne and Weiss (eds.); vols. 7-8, Burks (ed.) Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1931-1958. As referências no texto, de acordo com normas internacionais, estão sob CP seguido de número do volume e número de parágrafo.

RHEINGOLD, Howard. *The virtual community. Homesteading on the electronic frontier*. New York: Harper Perennial, 1993.

SANTAELLA, Lucia. *Estética: de Platão a Peirce*. São Paulo: Experimento, 1993.

SANTAELLA, Lucia. *Neo humano. A sétima revolução cognitiva do Sapiens*. São Paulo: Paulus, 2022.

SANTOS, Leonel Ribeiro, dos. A actualidade e inactualidade da ética kantiana. *Philosophica*, 31, Lisboa, 2008, p. 127-160.

SILVESTRE, Paulo. Enquanto o digital achata a crítica, o jornalismo deve revalorizar o pensamento. *Sociotramas*. Disponível em : <https://sociotramas.wordpress.com/2025/11/20/enquanto-o-digital-achata-a-critica-o-jornalismo-deve-revalorizar-o-pensamento/>. 20 de novembro de 2025. Acesso, 13 dez, 2025.

SPINOZA, B. *Ética*, Tadeu Thomas (trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism. The fight for a human future at the new frontier of power*. London: Profile Books, 2019.



Magaly Prado, Lucia Santaella e Eun Yung Park. Foto: Leonor Calasans/IEA-USP

Guilherme Ary Plonski - Eu agradeço a palestra magna da professora Lucia Santaella. E com prazer, passo a palavra, então à professora Eun Yung Park, uma jovem estrela da ECA.

Eun Yung Park - Obrigada pelo “jovem”. Falar após a professora Lucia Santaella é um grande desafio, mas também é um estímulo para reflexões. Sou professora do Departamento de Jornalismo e Editoração aqui da ECA. Leciono no curso de Jornalismo e ministro a disciplina de Economia e o laboratório de jornalismo impresso. Mas, antes de começar minha apresentação — e de comentar alguns exemplos que observei na cobertura econômica —, gostaria de falar um pouco sobre minha relação com o jornalismo.

Minha família manteve um jornal da comunidade coreana por 30 anos, então acompanhei de perto todas as dificuldades da gestão de um pequeno veículo de nicho, que fechou definitivamente em 2012. Ele tinha uma função pública, uma função de interesse público muito claro. Nos anos 1980, a comunidade coreana ainda tinha dificuldades em falar português e em entender as notícias. Por isso, o jornal cumpria realmente a função de informar sobre tudo o que acontecia no Brasil, onde essa comunidade vivia, e também trazia notícias da Coreia do Sul — em uma época em que ainda não havia internet. Os jornais que vinham da Coreia demoravam semanas para chegar. Esse jornal durou enquanto havia um público que reconhecia sua função social. Após 30 anos, os filhos das pessoas que o liam já não precisavam mais dele. Por isso, ele não continuou — não apenas por causa do desenvolvimento tecnológico e da internet, mas principalmente porque deixou de ter uma razão de existir. A comunidade passou a buscar na internet as informações sobre a Coreia, e os filhos passaram a informar os pais sobre o que acontecia no Brasil. É doloroso fechar um jornal, calar uma voz.

Eu sei que, guardadas as proporções e as diferenças de tempo, vejo uma similaridade nesse fechamento. E espero que a gente não passe por isso com os veículos de comunicação que temos por aí. Ok, eu chamei de erro ao considerar uma “marolinha tecnológica” porque acho que foi um erro. Não só como o Rodrigo [Mesquita] fala no artigo — que foi uma arrogância das empresas jornalísticas —, mas acho que não foi só isso. Foi uma arrogância também dos jornalistas e dos cursos de Jornalismo.

Vou contar uma historinha rápida, pessoal, que aconteceu há algumas semanas. Tenho uma filha no ensino médio que precisava fazer um trabalho sobre a profissão dos pais e o interesse público. Aí minha filha falou: “É a hora de brilhar! Minha mãe, jornalista, professora de Jornalismo, que fala sobre interesse público... Vou entrevistá-la e brilharei na escola!”. Dei minha entrevista e, no meio, falei: “Bom, interesse público... jornalista, cão de guarda da sociedade”. Ela: “Espera! O quê? O que você disse? Ah, guardiões da sociedade, tipo Guardiões da Galáxia. É isso?”. Eu falei: “É...”. Aí ela respondeu: “Mãe, vocês se referem uns aos outros assim: ‘Oi, cão de guarda da sociedade’, né? Mãe, não, não vou escrever isso!”. Ela tem um professor

que foi aluno nosso aqui na ECA. Disse que foi falar com ele, que largou Jornalismo e foi ser professor de História, e comentou sobre esse “cão de guarda da sociedade”. Ele confirmou: “Sim, jornalista, cão de guarda da sociedade”. Mas ela chegou em casa e falou assim: “Mãe, não fala mais isso. Ninguém sabe. São voc  es sabem”. E quando ela falou isso, na hora eu achei engraçado, mas depois me fez pensar: será que são a gente sabe? Mesmo que a gente seja o guardião, o cão de guarda da sociedade, que trabalha e busca pelo interesse público... Se a gente fala entre a gente e a sociedade não reconhece, aí temos um problema.

Então eu queria contar um pouco isso, porque concordei muito com o que o Rodrigo [Mesquita] chama de “arrogância” em seu artigo — e quero reforçar que essa arrogância também    nossa, do Jornalismo. Pois, no fundo, o Jornalismo é muito menos sobre ferramentas, sobre nos adaptarmos às ferramentas novas, e muito mais sobre a alma do jornalista. E, olha... se essa alma são a gente sabe, não funciona.

Também concordei quando o Rodrigo [Mesquita] diz que minimizamos essa revolução, e o que esse novo ambiente em rede trouxe. Tratamos como mais uma “marolinha” tecnológica, como apenas mais uma ferramenta que íamos aprender e superar. Mas a pergunta não é se vamos usar essa nova tecnologia, e sim como vamos integrá-la mantendo o interesse público como prioridade e fazendo com que o nosso público entenda e reconheça que    aí que está o nosso papel.

Quais são os desafios que eu vejo, que nós vemos? As empresas jornalísticas passam por uma crise econômica e de modelo de negócios. O Rodrigo [Mesquita] falou hoje de manhã sobre como as assinaturas dos maiores jornais do mundo não passam de quinhentos mil. Esse modelo de negócios baseado em assinatura e publicidade, nos veículos mais tradicionais e generalistas, acaba sendo a grande fonte de receita.

Na última pesquisa que o Insper fez sobre financiamento e novas formas de sustentar empresas jornalísticas, vimos que os jornais mais nichados e os menos tradicionais — os nativos digitais — são mais criativos, digamos, na forma de buscar receitas.

Voltando um pouco ao jornal que minha família tinha, comecei a fazer uma relação. O modelo de negócio dele era muito baseado em assinatura — e poucas assinaturas, porque na época tínhamos entre 30 e 40 mil coreanos aqui em São Paulo. Tínhamos pouquíssimas assinaturas e muito patrocínio, porque havia essa ideia de que o jornal era importante para manter a comunidade informada. Havia também alguns anúncios. Além disso, fazíamos edições de biografias da comunidade coreana, projetos que eram financiados por parceiros com um relacionamento próximo ao jornal.

  s vezes vemos por aí empresas jornalísticas buscando outras formas de receita que não combinam com o interesse público. Mas acho que não é sobre isso que vamos falar nesta apresentação.

Agora, outra barreira — que não é só econômica. Além da questão das formas de financiamento, há a barreira econômica de inserir essas novas tecnologias. Percebi muito isso no jornal da minha família, e vejo também em outros veículos: é um grande problema a dificuldade financeira para atualizar as tecnologias. E há uma barreira interna: o desconhecimento técnico. Nem todo mundo conhece ou domina essas tecnologias, não sabe como usá-las. Outra questão é que essas tecnologias — como já falamos hoje de manhã — têm uma atualização constante. No momento em que você aprende uma, já surge uma nova, e você precisa correr atrás de novo. A sensação é que estamos sempre atrás, sempre atrasados em relação ao que a tecnologia está gerando. E o maior obstáculo é a questão da ética e da confiança — ou melhor, a falta de confiança no uso da tecnologia. Fora as questões de viés, transparência e as "alucinações" da inteligência artificial, que fazem com que as pessoas hesitem em adotar essas novas ferramentas e a própria inteligência artificial.

Vou confessar: eu sou uma das medrosas. E percebo que tem muita gente assim. Hoje o professor André [Stangl] falou: “Eu uso, coloco textos, converso”. A professora Lucia [Santaella] mencionou que tem uma com o nome dela, coloca textos, conversa... E eu confesso: tinha uma questão ética e de muito medo. Medo de ter meu nome e e-mail vinculados a uma IA. “Espera, ela vai saber que estou ali... Será que vou ser identificada? Estou enganando as pessoas?”.

A primeira vez que criei uma conta em uma IA... vocês vão ficar surpresos. Foi há uns dez dias, porque um aluno me disse: “Professora, essa é a tela do ChatGPT, essa é a do Gemini”. E eu pensei: puxa vida! E como vocês devem ter percebido, não usei IA para fazer esses slides — por isso estão assim, tão feios. Me disseram que há IAs que fazem slides muito melhores, mais bonitos. Mas existe esse medo dentro da redação. Acho que a geração mais nova, nossos alunos, está muito mais acostumada a usar. Eu, ainda não. E como superar esse medo?

Olhando para quem está fazendo algo — o que essa pesquisa de 2024 apontou —, percebe-se que a IA já está presente nos veículos brasileiros e em áreas cruciais: produção de notícias, textos como newsletters e trechinhos. Ela está presente? E onde mais? Coleta, análise e visualização de dados, identificação de tendências econômicas... Na cobertura econômica, isso é importantíssimo. Por exemplo: você insere na IA dados do mercado financeiro ou do Índice Bovespa dos últimos dez anos. Não precisa mais de um estatístico nem de um grafista para identificar a tendência desse período. Mas isso não significa que o jornalista deva fazer previsões de investimentos e a gente não deve nem fazer isso. Podemos fazer uma análise passada, mas não futura.

Agora, economistas e analistas econômicos, do mercado financeiro usam essas ferramentas justamente para projetar o futuro. No entanto, nas letrinhas miúdas, eles sempre alertam: “o lucro passado não garante o lucro

futuro". Ou seja,   uma análise do passado que, no detalhe, admitem não garantir nada — mas que, com uma análise positiva passada nos faz, nós mais leigos, nos faz acreditar que vai ser uma tendência boa e que vale investir.

Trouxe como exemplo a Bloomberg, que elaborou um *LLM* chamado Bloomberg GPT, o primeiro modelo de linguagem focado no domínio financeiro. Eles basearam-se em 40 anos de dados próprios, extremamente especializados, e também em dados públicos — como balanços de empresas que antes eram publicados em jornais. Hoje, não precisamos mais public -los no jornal; basta acessar o site de relações com investidores.

Com essa massa de dados, criaram o modelo. E para que serve? Para melhorar tarefas de processamento de linguagem natural, como a análise de sentimento do mercado. Isso é ótimo para quem trabalha com economia? Porque você fala,   tendência, não é? O mercado tende a subir, cair. Então esse sentimento do mercado. Classificação de notícias: se o tema   economia, basta inserir um *prompt* com palavras-chave — por exemplo, "economia política brasileira", "política financeira", "tesouro" — e o sistema classifica a notícia rapidamente, graça   enorme base de dados e ao reconhecimento de entidades nomeadas que ele possui.

Outro exemplo: você quer fazer uma matéria sobre o Banco Central. Imagine ter acesso a quarenta anos de dados. É algo gigantesco. Ou seja, o poder está no dado. E também há as respostas a perguntas. É como um *chatbot* integrado ao terminal da Bloomberg, que os clientes podem consultar. Ele responde com base no banco de dados próprio da empresa, somado a dados públicos. O resultado? Informações confiáveis. Então, o que a Bloomberg fez? Montou esse *LLM*. Outras empresas também podem construir os seus, mas qual é o diferencial? A informação. O dado. Os dados confiáveis que eles mesmos produziram. Fazem são isso.

Mas trouxe também algo diferente, que aprendi l  no Coda 2025: o que o Financial Times fez. Eles criaram um gráfico que não   só visual, nem só de vídeo —   principalmente de  udio. Como   possível? Eu também não sabia, mas  .   a sonificação de dados, que transforma números, gráficos e estatísticas em  udio. Não sei se vocês já viram algo assim, mas ele não   só criativo:   também inclusivo. Abre portas para deficientes visuais e para formatos como rádio e podcast. Tem um gráfico do Financial Times que achei interessante, mostrando a rentabilidade dos títulos do Tesouro americano. Eles colocam um som, um gráfico, e marcam as datas: 1980, 1990... junto com um som de batimento cardíaco. Aí, conforme a rentabilidade sobe, o batimento fica calmo, normal — cerca de 70 bpm. Quando começa a cair, o som fica mais agudo e o batimento acelera, porque a queda gera tensão.   uma forma diferente e muito rica de usar dados e contar uma história.

Outras ferramentas criativas são o SFT (da Financial Times) e o Leia (do Estadão): chatbots que permitem aos assinantes fazer perguntas sobre o conteúdo do próprio veículo. São só exemplos. Na verdade, não é algo que

talvez vocês já tenham visto. E então penso: o que a gente pode fazer? Quais caminhos seguir? Trouxe esse exemplo do Financial Times justamente porque acho que esse tipo de laboratório experimental é viável — e já tivemos em outras ocasiões. Como o Rodrigo [Mesquita] comentou hoje de manhã, há tempos houve uma reunião com o Broadcast, reunindo pessoas de engenharia da computação e jornalismo. E o Financial Times fez isso. Também fez um brainstorm com pessoal de redação. Produto, engenharia. Para quê? Para quê? Primeiro, para nivelar e compartilhar conhecimento. Trazer gente como eu, que tinha medo de usar ChatGPT ou IA, junto com quem já usava e dominava. Ou seja, nivela: “Olha, é assim que funciona. Todo mundo compartilha isso, entendeu?”

Depois — ou melhor, antes de tudo isso —, é preciso falar do princípio inegociável: nunca arriscar a confiança dos leitores. Ao implantar conteúdo gerado por IA, é preciso realizar testes rigorosos e deixar tudo muito claro: o que foi produzido com IA deve ter marca d’água, aviso ou alguma forma de transparência. Não basta só produzir; tem que explicitar. Isso foi colocado em prática quando desenvolveram o primeiro teste de IA com esse grupo multidisciplinar. Pediram ao editor que criasse um *prompt* com informações importantes e fontes adequadas, pensando em transições entre parágrafos e todos os parâmetros necessários. O resultado? Foi péssimo. Perceberam que o editor conseguiria fazer o texto em cinco minutos, mas para ajustar, reajustar e refinar o *prompt*, ele levou seis horas. Ele mesmo concluiu: “Poxa, é mais fácil eu corrigir o texto logo”.

Mas a lição não parou aí. Criaram um “playground de IA” compartilhado na redação, em que testam *prompts*, pensam em melhores práticas e, quando algo funciona, compartilham: “Olha, esse *prompt* funciona. Podemos usar, mas ainda pode melhorar”. Ou seja, é um laboratório interno, um espaço de experimentação e troca dentro da própria redação. E repito: nunca arriscar a confiança dos leitores. A IA deve ser um copiloto, nunca o piloto automático. Sempre com supervisão humana. Um grande problema que percebo nas minhas aulas é justamente a resistência prática. Ontem uma aluna me disse: “No estágio, tive que fazer sete pautas e escrever sete textos”. Perguntei se havia buscado fontes originais. Ela respondeu: “Não, fiz um apanhado geral do que já foi publicado”. Como assim? No curso a gente exige fontes, diversidade de vozes... E ela rebateu: “Professora, no estágio não faço isso. Mando e-mail, ligo, pego uma frase pronta, coloco entre aspas no *prompt* e está feito.” Parece que tentamos ensinar de um jeito, e a realidade prática desfaz tudo. É por isso que penso que precisamos de uma reinvenção com responsabilidade.

A cobertura econômica — e não só ela — exige velocidade, profundidade e contexto. A IA pode resolver a velocidade e o processamento massivo de dados, gerando até pautas diferentes. Mas para pensar pautas com relevância, é preciso entender o que é interesse público. O jornalista precisa garantir profundidade, contexto humano e responsabilidade ética. E o que

proponho? Parceria com a universidade. Acredito que um laboratório experimental interdisciplinar pode ser feito em conjunto. Esses jornais podem trabalhar conosco, no curso de Jornalismo. Temos agência de notícias, três jornais-laboratório, uma revista, projetos em TV, rádio e digital. Temos toda uma estrutura pedagógica.

Temos algo em comum: não temos estrutura. Não temos dinheiro, mas temos gente — gente que está também em busca de fazer jornalismo. Um corpo docente que está em busca de fazer um jornalismo com esse interesse público em primeiro lugar, e uma geração nova, diversa e criativa, que também é algo importante para compor as redações. É por aí, creio eu, que resgataremos o reconhecimento do jornalismo como instituição responsável, confiável e essencial para a defesa do interesse público. É isso. Obrigada.

Guilherme Ary Plonski - Agradeço a apresentação e o depoimento da Eun, que, no fundo, dialoga também com a história da minha família. Meus pais vieram de um lugar onde existia a *Deutsche Nachrichten*, que era o jornal da comunidade. Enfim, muito obrigado. Temos agora a terceira pessoa que vai contribuir, que é a Magaly Prado. A Magaly é a alma da Cátedra Oscar Sala desde o primeiro dia. Veio pelas boas mãos da professora Lucia Santaella, com quem já tinha uma origem de trabalho. Ela, enfim, tem múltiplas atividades. E eu destaco apenas o livro mais recente: *Inteligência artificial e fake news*, de 2022. Então, Magaly, por favor.

Magaly Prado - Obrigada, Ary. Obrigada pelas palavras também. Vejo a Lucia [Santaella] e a Eun [Yung Park] falando assim, tão mansamente, enquanto eu sou meio nervosa, mais ansiosa. Vou tentar falar já no pique da velocidade máxima, porque assim as pessoas não precisam colocar no 2x, ok? E também porque eu sei que os jovens, pelo menos, já colocam tudo na velocidade máxima. Além disso, procuro ganhar tempo para falar tudo, porque eu tentei dar uma resumida nesse tema a partir do artigo do Rodrigo [Mesquita].

Pensei o seguinte: vou aproveitar minha pesquisa aqui no IEA, que trata dos *large language models* (LLMs), para apresentar um resumo do estágio em que ela se encontra, pois esse conteúdo dialoga diretamente com as questões discutidas ao longo da manhã e no início da tarde, especialmente quando a Eun [Yung Park] abordou as ferramentas da economia.

Lembro-me de quando trabalhei na *Folha de S. Paulo* e no serviço *Folha Informações*. À época, trazíamos a cotação do dólar desde mil novecentos e e bolinha por meio de atendimento telefônico, pois ainda não havia internet. Trata-se de um exemplo interessante de jornalismo e de informação automatizada: ligava-se para um número, digitava-se a data no teclado numérico, e a cotação era informada. Entre diversas outras informações disponíveis, havia também informações sobre cultura, esportes etc.

Vou iniciar, portanto, falando de LLMs, pois esse é o eixo da minha

pesquisa. Ao considerar que hoje todos falam sobre inteligência artificial, optei por fazer um recorte específico, centrado na IA generativa. Também trago exemplos e reflexões de especialistas da área, já que estamos habituados a ouvir muitas pessoas falando sobre o tema no Brasil, onde atualmente muitos se colocam — ou se percebem — como especialistas em IA.

Assim, decidi recorrer a autores de fora do país, a partir de estudos recentes sobre o estado da arte, alguns dos quais também foram mencionados pelo Rodrigo [Mesquita]. Procurei incluir perspectivas distintas: pesquisadores que se posicionam a favor, outros que são críticos, aqueles que defendem usos responsáveis e também os que consideram completamente inadequado o uso dessas tecnologias.

Optei por fazer a leitura do texto preparado, porque aprendi com a Lucia [Santaella], que    melhor por considerar que a leitura contribui para maior objetividade e para o controle do tempo da exposição, evitando digressões excessivas.

Então, após a explosão de dados, que    matéria-prima de uso indiscriminado nas últimas décadas, sabemos dos potenciais riscos à democracia ocasionados pela inteligência artificial. Essa situação é agravada pela conjuntura da crise da informação, pelo crescimento da polarização social e política nas bolhas digitais, pela vigilância em ascensão e pela falta de proteção aos nossos dados. Ou seja, todos os temas que já foram levantados aqui hoje.

Atualmente, fala-se muito sobre integridade da informação. Sabemos que softwares como ChatGPT ou GPT são treinados com grandes volumes de dados (*big data*) para encontrar padrões estatísticos e determinar pesos e medidas. Essas ferramentas são perigosamente sofisticadas para a superindústria da desinformação (parafraseando o Eugênio Bucci). No caso da desinformação, isso já é algo pacificado nesta era pós-factual.

Faço aqui uma breve explicação: quem são esses LLMs? São tecnologias de inteligência artificial que utilizam algoritmos para processar e gerar texto, responder perguntas, resumir, traduzir, entre outras funções. Mais adiante, entrarei em mais detalhes sobre eles.

Sua relevância no jornalismo se destaca pela capacidade de analisar grandes volumes de dados e de automatizar tarefas, como filtrar o excesso de informações provenientes de *press releases*, rastrear o que est  a em alta nas redes sociais e sugerir pautas a partir de fontes externas. Além disso, esses sistemas permitem personalizar conteúdos, transformando a maneira como as notícias são produzidas e consumidas. Sabemos que a personalização é um elemento central no contexto atual. Em alguns casos, trata-se de uma personalização extrema, com microdirecionamento voltado a nichos específicos. As redações já utilizam inteligência artificial para gerar pautas, resumos e manchetes de forma automatizada. Há alguns jornais que conhecemos e que utilizam robôs para produzir diferentes tipos de informação,

como o *Washington Post*, que foi um dos primeiros a empregar sistemas automatizados na produção de conteúdos informativos. Modelos como GPT, *Claude* e outros permitem acelerar tarefas repetitivas e operacionais.

Assim, temos tanto o lado positivo quanto o lado negativo desses usos. Os LLMs normalmente se baseiam em arquiteturas do tipo *transformers* e possuem um número muito elevado de parâmetros. Para se ter uma ideia, o PaLM, do Google, tem cerca de 540 bilhões de parâmetros. Ainda assim, essas ferramentas não substituem o julgamento editorial de um jornalista humano.

Nos últimos anos — e aqui já começo com as citações, que serão indicadas entre parênteses ao final, para ganhar tempo, a partir do *Columbia Journalism Review* —, temos ouvido falar de notícias com erros gerados por inteligência artificial generativa, de editoras que recorrem a processos judiciais para proteger seus conteúdos da coleta de dados pelas *big techs*, de diretrizes editoriais sobre o uso da IA generativa e de grandes previsões sobre como essas tecnologias podem remodelar o jornalismo e a prática jornalística.

No entanto, tudo isso pode parecer distante da forma como os jornalistas realmente lidam, no cotidiano, com a inteligência artificial generativa em seu trabalho. É justamente a partir desse ponto que passo a mostrar o quanto essa distância   significativa.

Os LLMs são projetados para compreender a estrutura da linguagem, o que lhes permite gerar respostas que imitam a comunicação humana, quer queiramos ou não. Desde que surgiram, em 2019, acompanho de perto esse debate. Lembro-me de ter escrito, naquele período, um texto no *Sociotramas*, em nosso blog, comentando que a comunidade de inteligência artificial recebia com expectativa a abertura da OpenAI, que até então mantinha seus modelos fechados por receio dos impactos relacionados à desinformação. Em determinado momento, a empresa decidiu abrir o acesso.

Essa decisão deixou muitos pesquisadores,   época, estupefatos, especialmente aqueles que atuavam no combate às mensagens fraudulentas. Não há como me distanciar desse tema, pois, há muitos anos, o eixo central do meu trabalho são justamente as mensagens falsas. Afinal, passava-se a ter   disposição um programa capaz de produzir deep fakes de textos em uma velocidade impressionante. Evidentemente, no início, tratava-se apenas de textos. Posteriormente, surgiram as falsificações em vídeo e em áudio, que hoje se disseminam amplamente, sobretudo em aplicativos de mensagens instantâneas. Atualmente, o que mais circula são mensagens falsas em formato de áudio, especialmente no WhatsApp.

Uma das abordagens possíveis é considerar a lógica econômica das plataformas por meio das quais tantos dados são gerados e coletados. Trata-se de coletas invasivas de informações que revelam o que sentimos, associadas à incontrollabilidade da fissura algorítmica. Nossos traços digitais são mais do que absorvidos: são remixados a ponto de nos oferecer respostas e caminhos que não solicitamos e, muitas vezes, nem desejamos. Esse é um ponto que

será aprofundado na próxima mesa, especialmente no que diz respeito    regulação.

A infraestrutura da rede oferece ferramental suficiente para abastecer o ecossistema da desinformação, seja para produzir informações inúteis, mensagens falsas ou sofisticados deep fakes em áudio e vídeo. Isso ocorre com o apoio do *scraping*, de textos digitalizados que servem como munição para processos manipulativos de linguagem natural.

Vocês percebem que, em certa medida, acabo retomando e resumindo pontos que já foram mencionados anteriormente, especialmente pela Eun [Yung Park], quando falou sobre o uso dos dados.

Os LLMs ampliam a necessidade de   tica, curadoria — como a Lucia acabou de destacar — e responsabilidade editorial. Vivemos o auge de uma era algorítmica em que, muitas vezes, a   tica    apartada. Essas ferramentas são configuradas a partir de algoritmos de LLMs, que estabelecem distribu  es de probabilidade sobre sequências de símbolos ou palavras. Isso representa uma revolução no processamento de linguagem natural e no aprendizado profundo de máquina, permitindo o reconhecimento e a produção de textos semelhantes aos gerados por humanos — sejam eles verdadeiros ou não.

Ouvimos também, nas falas da manhã, exemplos como o do Demi [Getschko], de como certos modelos já produzem textos muito semelhantes ao estilo dos próprios autores. Esses textos tornam-se cada vez mais próximos da escrita humana.    medida que utilizamos mais essas ferramentas, grande parte dos sistemas em rede passa a operar de forma automatizada, ainda que baseada em códigos concebidos por humanos.    not  rio que, paulatinamente, essas tecnologias vêm facilitando tarefas humanas, a ponto de muitos profissionais já não trabalharem sem esses recursos.

Passamos a lidar com sistemas de auto-organização, automação de notícias diárias, análises preditivas dinâmicas, geração de relatórios em tempo real, reconhecimento de padrões, personalização de conteúdos para leitores, assistência na verificação de fatos e análise de tendências — como foi lembrado anteriormente pela Eun [Yung Park], por exemplo, na análise de sentimentos —, além de apoio à pesquisa de temas mais complexos.

No entanto, é preciso cautela, pois há problemas recorrentes, como alucinações, respostas incorretas apresentadas como verdadeiras e a presença de vieses. Enquanto não tivermos equipes diversas envolvidas no desenvolvimento e na curadoria dessas tecnologias, esses vieses tendem a persistir.

Apresentei alguns exemplos de LLMs para termos uma ideia dos modelos mais utilizados atualmente, como o LLaMA, da Meta, entre outros. As informações sobre as empresas são projetadas na tela; quem estiver acompanhando online pode pausar para observar com mais atenção.

A versão mais recente, lançada em abril, permite, por exemplo, a análise de grandes volumes de texto. Cito alguns outros exemplos apenas: o BLOOM

(BigScience), que oferece suporte a múltiplos idiomas, o que pode ser um diferencial importante para a cobertura de jornalismo internacional; Gemma (Google DeepMind) que surge como uma alternativa para equipes de jornalismo que desejam manter parte da produção internamente, sem depender de APIs comerciais, que frequentemente são alteradas ou descontinuadas, dificultando a pesquisa e a continuidade dos trabalhos.

Há também modelos como o Qwen (Alibaba Cloud) que oferecem suporte a contextos amplos, o que é útil para trabalhar com documentos longos, como arquivos de jornalismo investigativo ou projetos de transjornalismo, em que equipes de diferentes partes do mundo se reúnem para investigar coletivamente um único tema.

O Claude (Anthropic), por sua vez, é apresentado como voltado à geração de textos mais “cuidadosos” — faço essa ressalva porque essas descrições constam nas próprias apresentações das ferramentas —, com foco na estruturação de ideias, em que a verificação e o alinhamento ético seriam aspectos centrais, segundo seus desenvolvedores.

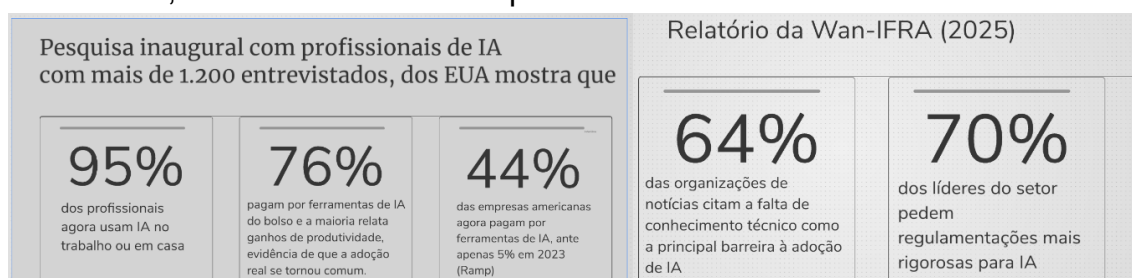
O Gemini, ou Gemini Pro (Google DeepMind / Google AI) tem como ponto forte a aceitação de múltiplos tipos de entrada. Outros modelos também oferecem esse recurso, mas, nesse caso, ele é apresentado de forma mais integrada, permitindo trabalhar com texto, imagem, áudio e vídeo. A versão 2.5 Pro foi destacada por oferecer raciocínio mais avançado e uma janela de contexto maior.

Temos ainda o Perplexity PPLX (da Perplexity AI), que facilita pesquisas rápidas, checagem de fatos e explicações baseadas em dados mais próximos do tempo real. É um dos LLMs mais utilizados atualmente pelos estudantes, pelo menos segundo o que eles próprios relatam. Costumo fazer esse levantamento em sala de aula para compreender quais ferramentas estão sendo usadas no cotidiano acadêmico.

Temos o DeepSeek (DeepSeek AI) para quem deseja experimentar modelos de custo reduzido ou versões abertas, a maioria dessas plataformas oferece algum nível de acesso gratuito, ainda que com limitações. Já para quem busca customizações mais avançadas, há opções pagas.

Por fim, destaco o ChatGPT (OpenAI), que se tornou praticamente um sinônimo de inteligência artificial generativa, embora não seja a única ferramenta disponível. Ele é, sem dúvida, o mais popular e amplamente utilizado para a produção de pautas, *brainstorming*, elaboração de rascunhos, revisão de textos, resumos, sínteses, análise de dados, pesquisa, tradução e adaptação cultural. Também é usado para a criação de roteiros de vídeos e podcasts. Esses são apenas alguns exemplos dos modelos mais utilizados

atualmente, entre muitos outros disponíveis.



Porcentagens, que dizem respeito ao uso das ferramentas: quantas pessoas utilizam, quantas pagam pelo acesso à inteligência artificial e quantas se arrependem do uso. A crescente regulação das plataformas também é um tema central, que será aprofundado na próxima mesa. Essa discussão está na pauta de pensadores, pesquisadores, defensores dos direitos humanos, legisladores e jornalistas preocupados com a manipulação de nossos dados e, conseqüentemente, das próprias pessoas.

Neste ponto, passo a trazer citações de pesquisadores internacionais, tanto para corroborar o que estou argumentando quanto para apresentar contrapontos. Enquanto grande parte da indústria jornalística otimiza algoritmos, vende acesso a conteúdos para empresas de LLMs — já que muitos veículos comercializam blocos de dados —, permite que sistemas de IA “aprendam” com textos de seus colonistas, lança *chatbots* gratuitos para que o público faça perguntas sobre reportagens ou pressiona jornalistas a integrar essas ferramentas ao processo de escrita, nós também ouvimos vozes que afirmam: “ninguém quer isso” (Koebler).

Uma das visões apresentadas por pesquisadores do *Columbia Journalism Review*, em geral jornalistas de fora do eixo corporativo, aponta para alguns casos de uso, como automação e novas rotinas de produção. Apesar dos riscos associados à produção de conteúdos em escala, sem apuração original ou sensibilidade humana, o debate tem se deslocado para questões relacionadas à confiabilidade, à resiliência cibernética e à governança de longo prazo de sistemas cada vez mais autônomos. Não que a confiabilidade não fosse uma preocupação anteriormente, mas hoje ela se torna ainda mais central, sobretudo diante da desordem informacional.

Alguns exemplos ajudam a ilustrar esse cenário. O *Yahoo News* lançou um aplicativo móvel reinventado e alimentado por IA após a aquisição do *Artifact*, uma plataforma de agregação e descoberta de notícias orientada por inteligência artificial, no início de 2024. Vale reforçar que modelos como o Claude e o BLOOM buscam reduzir vieses, mas ainda refletem desigualdades presentes nos dados de treinamento.

O *Business Insider* lançou um mecanismo de busca com tecnologia de IA, integrou essas ferramentas à sua lógica de acesso pago e passou a direcionar anúncios com base em aprendizado de máquina. Com base nisso, é importante compreender — aqui faço um parêntese — que hoje a busca por

informações já não ocorre apenas por meio de mecanismos tradicionais, como o Google, mas cada vez mais diretamente dentro de sistemas de IA generativa.

Vamos lembrar que, no campo da curadoria e da verificação da informação, ferramentas como o Perplexity e outros sistemas baseados em IA auxiliam os jornalistas a cruzar dados de forma mais rápida. Em alguns casos,   possível tirar proveito desses softwares. No início de 2025, o *New York Times* lançou um sistema interno de inteligência artificial, permitindo que a equipe o utilizasse para a elaboração de manchetes, resumos e preparação para entrevistas, inclusive com a organização de planos de perguntas para os entrevistados. É importante frisar, no entanto, que, se a checagem se basear apenas em fontes recuperadas por IA, há o risco de reproduzir desinformação já indexada, o que compromete o processo de verificação.

Um dos maiores jornais diários da Alemanha, o *Süddeutsche Zeitung*, vem experimentando sistemas de geração aumentada por recuperação (*retrieval-augmented generation*) para dar suporte a reportagens políticas. As lições aprendidas com essa aplicação envolvem tarefas como a produção de resumos de debates e a geração de perguntas. Embora a tecnologia seja considerada promissora, o próprio veículo enfatiza a necessidade de interação constante e de forte supervisão editorial para garantir precisão e confiabilidade.

Tenho visto diversos exemplos de uso de IA generativa para recuperar debates e gerar perguntas a partir das falas de agentes políticos. Um exemplo é o Projeto Democracia Digital, alimentado por inteligência artificial, que rastreia praticamente tudo o que pode ser monitorado sobre os legisladores estaduais da Califórnia. O sistema analisa grandes volumes de dados e gera ideias de pautas para os repórteres, algumas das quais levariam semanas, ou até meses, para serem identificadas por um repórter político, mesmo com conhecimento em dados. Nesse sentido, pautas auxiliadas por IA já fizeram diferença concreta no acompanhamento da atividade legislativa (Sisi Wei-Diretora de impacto na CalMatters e The Markup).

Esse uso contrasta com a posição apresentada anteriormente pela Eun [Yung Park], de que alguns profissionais preferem realizar revisões manualmente, sem recorrer a *prompts* ou a sistemas automatizados. Em situações que envolvem grandes volumes de dados, a IA generativa pode, de fato, ser um apoio relevante.

Há também usos reversos que considero interessantes. A BBC, por exemplo, utilizou tecnologia associada a *deepfakes* para ocultar os rostos dos participantes de uma reportagem sobre Alcoólicos An nimos. Com a devida transparência, a tecnologia permitiu que o público acompanhasse os depoimentos sem os vieses normalmente associados a técnicas tradicionais de anonimização, como o desfoque de imagens ou a alteração artificial da voz, que muitas vezes prejudicam a experiência de quem assiste (Claire Leibowicz - Chefe do Programa de IA e Integridade da M dia na organização sem fins lucrativos Partnership on AI). Trata-se, portanto, de um uso ben f cio da

tecnologia.

Ao oferecer experiências personalizadas aos usuários, com base em seus interesses e comportamentos, observa-se um aumento do engajamento e da satisfação do público — frequentemente tratado como consumidor de notícias. No entanto, ainda há limitações importantes, como a falta de rastreabilidade em muitos LLMs, que não indicam fontes, comprometendo a confiança. Alguns sistemas citam fontes e fornecem links verificáveis, enquanto outros não o fazem, e há casos em que os próprios links remetem a conteúdos incorretos.

Por outro lado, o desenvolvimento de produtos de IA de código aberto pode atender a necessidades específicas das redações, permitindo a criação de modelos especializados, o aprimoramento das competências internas e a customização de soluções para além das interfaces básicas de *chatbots* (Florent Daudens). Essas reflexões contribuem para o debate sobre como fazer o melhor jornalismo possível daqui para frente.

Há ainda o problema dos dados não representativos da sociedade e da dependência da infraestrutura de grandes empresas, o que pode aprofundar a desigualdade entre as redações. Coment vamos anteriormente a situação de pequenas empresas, com nichos muito específicos. No Brasil, já existem iniciativas de LLMs, como Sabiá e Maritaca, que são experiências interessantes, ainda que não operem com *big data*. Trabalham com volumes menores de dados, mas estão em crescimento. A Agência Pública, por exemplo, também desenvolve iniciativas voltadas exclusivamente ao enfrentamento da desinformação. Trata-se de um caminho possível, embora o ideal seja não depender das grandes empresas de tecnologia.

Basta seguir a lógica: quando a pergunta é feita a um modelo ou *bot* com base em uma premissa falsa, o resultado tende a ser igualmente falso. Nesse caso, não se trata de algo fora do alcance da informação ou de um simples erro, ou ainda de uma alucinação. Muitas vezes, o resultado é falso exatamente porque responde, de forma coerente, ao que foi solicitado. Comando após comando, esse processo acaba por amplificar uma desordem informacional já instalada.

Uma coisa leva   outra: ao buscar determinada informação, pode-se receber de volta desinformação. As ferramentas servem a dois propósitos distintos: divulgar informações verdadeiras, de natureza jornalística, mas também produzir e disseminar mensagens falsas de forma automatizada. Um exemplo disso são os *bots* que, quando alimentados com conteúdos falsos, passam a replicar e difundir essas mensagens. *Bots*, *chatbots* e sistemas baseados em aprendizado de máquina, profundo ou não, potencializam esses processos invasivos, ajudando a falsear, replicar e viralizar conteúdos de interesse específico, produzidos com rigor técnico minucioso e direcionados — ou mesmo microdirecionados — de forma algorítmica a determinados internautas, especialmente aqueles mais suscetíveis   influência.

Consideremos, por ora, um exemplo que re  une diferentes formas de *deepfake*: textos, vídeos, imagens ou apenas   udio. Praticamente todos os LLMs atuais já permitem esse tipo de produção. Soma-se a isso a enorme facilidade e velocidade com que esses programas geram textos falaciosos, em grande quantidade. Quando se deseja espalhar uma mentira, acrescenta-se ainda a possibilidade de redigir o texto em um estilo autoral específico, como foi mencionado anteriormente no exemplo de um texto produzido no estilo de João do Rio. O resultado é uma sedução enganosa, que se revela como uma das formas mais consistentes e perigosas de cacofonia informacional.

Para concluir, retomo uma metáfora complementar utilizada por profissionais da imprensa, segundo a qual os resultados performáticos dessas ferramentas dependem de orientação intencional, feedback interativo e supervisão criativa. O professor Marcelo Trasel destaca a importância de conhecer profundamente as ferramentas de IA para reduzir a probabilidade de erros decorrentes de falhas em seu uso. Recomenda-se que haja um olhar crítico sobre seu funcionamento e aplicação.

Todos nós falamos aqui que é preciso conhecer a fundo a ferramenta para poder falar dela. Não    possível criticar sem usar antes. Os profissionais de comunicação têm a responsabilidade de garantir que o uso da IA siga princípios   ticos. Isso inclui promover a transparência nos processos e decisões, assegurando que as informações geradas sejam claras e compreensíveis para o público.

Apesar de o meu PowerPoint ter um visual um pouco mais “bonitinho”, ele não foi feito com nenhuma IA. É o Prezi, software em que faço as apresentações. A IA    útil quando combinada com dados devidamente estruturados e com alguém que saiba o que está fazendo (Zach Seward, diretor editorial de iniciativas de IA do New York Times). Vale, portanto, aquela velha máxima: É preciso conhecer bem o software.

Manter a confiança do público implica avaliar a qualidade do conteúdo produzido e a forma como ele é apresentado, evitando a desinformação. Por exemplo, o jornalismo do *The New York Times* sempre será reportado, escrito e editado por jornalistas, é o que afirmam. Especialistas da *Associated Press* e do *Washington Post* emitiram políticas semelhantes, todas baseadas na mesma ideia: a responsabilidade humana    inegociável. Vejam a que ponto chegamos: temos que afirmar publicamente que temos responsabilidade. Não precisaria dizer, mas hoje precisamos, porque a confiança na imprensa caiu muito.

Sabemos que, quando o intento é maximizar interesse e relevância — seja qual for a forma — para engajar, nada impede ações nessa sociedade pós-verdadeira em que vivemos, em que o lema    engajar. O medo que impera diz respeito a como, em uma variedade de tarefas linguísticas, as ferramentas algorítmicas aprendem habilidades que podem escapar ao controle de seus programadores humanos, dada a dificuldade de realizar engenharia reversa.

Esse é o temor em relação ao futuro e ao que pode acontecer.

São necessárias reflexões e auditorias constantes nesses LLMs, de modo que possamos averiguar regularmente possíveis falhas técnicas, desde sua estrutura até suas criações. Afinal, embora criem a partir do que já existe, eles criam. Os dados com que a IA trabalha são, na maioria dos casos, extraídos da própria internet, o que pode acarretar deformidades intencionais, como ocorrências tendenciosas de todo o leque da desinformação e da toxicidade. Isso inclui narrativas extremistas de todo tipo e seu uso nocivo por pessoas imprudentes e de má índole, alimentando erros e espalhando parâmetros que passam a integrar o próprio algoritmo de nossos pensamentos.

Vocês viram que eu puxei bastante a sardinha para o meu lado, que   a desinformação, uma área muito invadida por esses softwares. Dito isso, podemos agora abrir para o debate.

Debate mesa 2

Guilherme Ary Plonski - Nós temos uns dez minutinhos para questões, tanto das pessoas presentes quanto de quem está nos acompanhando pelo YouTube.

Virgílio Almeida - Tenho uma pergunta para a professora Lucia Santaella, relacionada aos pontos muito interessantes que ela trouxe sobre a questão do humanismo e da  tica no contexto das plataformas sociais. Um aspecto que observamos tecnicamente é que esses algoritmos atuais são chamados de algoritmos sociotécnicos: eles funcionam a partir da interação entre o algoritmo e o personagem do outro lado. A  tica entra exatamente nesses dois componentes — o humano e o não humano —, e a interação depende dos dois. Mas é totalmente dependente do humano. Essa é a tarefa do humano nessa interação. A IA pensa?

Lucia Santaella - Não há nenhuma d vida de que ela utiliza estatísticas poderos ssimas que o ser humano inventou. Portanto, nós não podemos antropomorfizar a IA. Ela não   humana e nunca será. Ou seja, ela não tem corpo. Mesmo que inventem robôs, o nosso corpo é regulado por hormônios, por pulsões, por desejos. São, portanto, dois tipos completamente diferentes de inteligência. Ela não sente. O algoritmo não é algo isolado. É todo um processo. E o processo implica que o humano esteja envolvido com  tica. Por isso, não podemos dar ao algoritmo todo o protagonismo. É claro que hoje já somos simbióticos, mas existe um lado de responsabilidade humana que não pode ser delegado   inteligência artificial.

Magaly Prado - Só um adendo. Nós sempre tivemos, por exemplo, no jornalismo, aulas de ética voltadas ao exercício da profissão. Como foi bem dito agora, a questão escalou por conta da IA, mas sempre estudamos como tratar as fontes, como transcrever corretamente o que elas falam, cada aspa bem colocada para não gerar problemas, entre outras questões que faziam parte da formação ética. Aliás, o professor Bucci, professor de Ética, suas aulas são anteriores ao advento da IA. Os manuais de ética do jornalismo — e de tudo, inclusive da educação — precisam ser transformados e reconstituídos. Nós estamos em outra era. É preciso parar, pensar e refazer. Desculpe, você tem uma pergunta?

Vitor Blotta - Minha pergunta tem muito a ver com essa questão colocada pelo Virgílio Almeida. Primeiro, eu queria agradecer pelas apresentações. A minha pergunta é a seguinte: vocês três falaram em responsabilidade, transparência e ética. E eu me pergunto se não estamos usando valores do passado para fazer a crítica de uma transformação do presente. Em que medida precisamos nos adaptar mais? O que significa ética hoje? O que significa responsabilidade hoje? Elas não são exatamente as mesmas do passado? Estou pensando, por exemplo, na mudança estrutural da esfera pública em [Jürgen] Habermas. Ele reconhece que tinha um ideal da esfera pública burguesa ao olhar para as mídias de massa e, com isso, não conseguiu perceber um potencial crítico nessas mídias. É muito difícil construir uma ética imanente. A gente sempre recorre ao passado. Não sei se isso é ruim, mas gostaria de saber o que vocês pensam. Será que precisamos adaptar esses valores? E essa ideia do humano: se somos simbióticos, o que era o humano antes, senão também uma oposição exploratória em relação à natureza? Então, eu queria ouvir de vocês três o que precisaríamos readaptar, se possível, e o que também deveríamos manter, porque os valores têm a ver com isso: o passado, a conservação, aquilo que vale a pena preservar para nós. Obrigado.

André Stangl - Eu vou pegar uma carona. Acho que faltou uma palavra nesta discussão. Estou há mais de vinte anos envolvida no debate sobre cultura digital e sempre reforço esse entendimento da ética da tecnologia, da ética hacker. Para mim, esse é um caminho que precisamos, de alguma forma, trazer de volta para a discussão sobre a IA, no sentido de como “hackear” essas formas. Inclusive, acho que precisa ser problematizada a ideia de que a inteligência artificial é apenas um software. Por quê? Porque um software executa uma função, tem uma missão, não é?

Lucia Santaella - Desculpe, não quero monopolizar, mas essa questão me toca muito de perto. Em relação ao hacker, eu estive no Transmediale, em 2015, na Alemanha, um evento internacional de mídia que captava os grandes temas do momento. Lá, eles começaram a falar em pós-digital. Muito bem. A questão do algoritmo — toda essa história do algoritmo — já estava presente,

mas eles estavam usando o algoritmo.

Bom, o que aconteceu depois? Os hackers foram “comprados”: alguns foram para a cadeia, outros ganharam fortunas sendo hackers. Então, precisamos repensar a questão do hacker. Eu já comecei a fazer essa reflexão em 2015. Quanto    sua questão, o ser humano    híbrido com a tecnologia desde a nascença. O *Homo sapiens* tornou-se *sapiens* porque    tecnológico. Portanto, hoje nós somos híbridos.

Agora, quanto ao que você falou, foi justamente a palestra que eu dei. Não d   mais para pensar como Aristóteles, não d   mais para pensar como Spinoza. Mas é preciso repensar tudo no contexto atual, porque, se abandonarmos os valores humanos, estaremos abandonando o humanismo — não aquele humanismo tradicional, idealizado, iluminista.

Precisamos repensar tudo, porque hoje a hibridização ficou muito forte. A IA fala, finge que sente, finge que ama, me deseja bons sonhos, me agrada, me seduz. Mas eu não posso cair nessa enrascada. Eu sou humana. Antes de passar para a IA o que    fingir que sente, é preciso lembrar disso. Olhem em que situação chegamos. Por isso, eu também queria dar um pitaco sobre a questão do hackerismo. A gente cai nessas armadilhas porque o ser humano sabe o que    fingir e o que    sentir.

Magaly Prado - Então, dois pitacos: um sobre os hackers. Eu acredito nos hackers — do ponto de vista hacker, aquele que entende de tecnologia, e não o *cracker*, que faz o mal, invade bancos e coisas do tipo. Há hackers que trabalham dentro da IA para quebrar informações falsas, mensagens falsas. Eu não gosto de usar a expressão “informação falsa”, porque informação informa, não desinforma. Mas, enfim, mensagens falsas. Esses hackers ajudam a criar ferramentas para que possamos descobrir o que é falso. Existem, inclusive, agências de checagem. Uma vez, comentei isso com o Bucci, e ele também ficou assombrado: existem até agências de antichecagem. Ou seja, aí estamos falando do hacker do mal — o *cracker* — que faz com que a gente pense que aquilo é uma detecção de falsidade quando, no fundo, não é. Ele quer nos mostrar a falsidade como se fosse verdadeira. É um absurdo existirem agências de antichecagem. Mas as agências de checagem, por sua vez, surgiram nesse escalonamento da desinformação. Antes, o jornalista não precisava exercer essa função como algo separado: ele fazia a checagem dentro da própria editoria, no processo de produção da matéria, mas não como hoje. As agências estão proliferando pelo mundo por necessidade. Então, essa é a questão central na   tica. É aquilo que eu falei um pouco antes: estamos voltando ao passado, mas atualizando esses valores para os dias de hoje, no contexto da cibercultura.

Eun Yung Park - Eu só queria comentar o que a Magaly Prado disse. Acho que a gente precisa reforçar isso.   s vezes, é preciso dizer o óbvio: o humano    responsável. Não é que a gente esteja voltando ao passado; parece que a

gente esquece o básico. Quem vai ser responsável, afinal? Então, não acho que isso seja uma volta ao passado. O jornalismo de interesse público não é um retorno ao passado; é o que ele precisa ser. A responsabilidade  tica é o que precisa ser. A responsabilidade do humano tem que ser. Acho que é isso.

Guilherme Ary Plonski- Temos uma última questão.

Cristina Ramalho - Eu queria falar sobre a questão dos conceitos. Que conceitos estão embutidos dentro de uma modelagem de IA? Quando eu ouço falar, por exemplo, em especialista de IA, eu fico em d vida. Eu fiz um mestrado usando IA, mas não me considero especialista em IA. Eu não sou aquela pessoa que constrói o algoritmo em si, mas consigo manipular o algoritmo. Eu me vejo em um nível mais intermediário, digamos assim. Como o professor falou, ele usa, ele brinca; eu sou mais chata, não tenho paciência.

Eu usei uma vez o Chat GPT gratuito e odiei. Ele fez tudo errado. O que se vende é muito diferente do que se apresenta. Claro que a versão paga deve ser muito mais próxima do que a gente espera, mas ainda assim há uma confusão conceitual muito grande: o que é uma resposta, o que   inteligência. Eu discordo dessa ideia. Não acho que ela pense ou que seja inteligente. Acho que   outra coisa. Aceito o termo "inteligência artificial" porque   artificial — ou talvez porque não seja inteligência. Não acho que seja nem inteligência nem artificial, mas, enfim, o termo est a aí. Os conceitos embutidos nos modelos não estão claros e não vão estar nunca. Há questões que esperamos que a IA responda e que nunca serão respondidas. Eu nunca vou conseguir montar, por exemplo, um banco de dados que seja de fato representativo da espécie humana, de todos os possíveis diálogos humanos, porque isso é sempre baseado no passado.

Por isso, em determinadas áreas, precisamos ser muito mais restritivos e ter uma governança mais severa para evitar que essas tecnologias sejam lançadas no mercado para uma popula o tão diversa, que vai receber esses sistemas de maneiras muito diferentes. Se eu acreditasse que todo mundo teria a mesma possibilidade que eu tive de manipular essas ferramentas — ou que o professor tem, que nós aqui temos — estaria tudo certo. Mas não é assim.

Como já foi colocado aqui, para muita gente a internet se resume à Meta, ao Google e   Apple — principalmente Meta e Google. Então, precisamos ter muito discernimento ao pensar essas tecnologias e não acreditar que um dia teremos uma IA que será realmente  tica. Ela nunca será. Sempre precisará haver um humano por tr s.

Também acho que precisa haver regula o das grandes corpora es que det m o poder aquisitivo para gerar modelos cada vez mais precisos e próximos do que se deseja, para que elas parem de prometer um universo muito maior do que realmente entregam. Ninguém tem como garantir que a IA generativa dará a severidade e a transparência de que precisamos. Eu, particularmente, não acredito em nenhuma ferramenta.

Eu venho da área de TI. Por mais que digam que tudo será controlado, o que impede um programador de bits e bytes — aquele que escreve em *shell*, por exemplo — de inserir um comandinho, um *if* desviando alguma coisa? Quem vai conseguir enxergar isso, fiscalizar e verificar o que aconteceu? Eu acho isso muito difícil. Na prática, torna-se quase impraticável. Almejar esse nível de controle, para mim, é perda de tempo.

Acho que precisamos identificar onde a IA é útil, regular e inibir os abusos, principalmente os relacionados à vigilância, ao controle e à coleta de dados, que são muito abusivos. É porque eu vejo assim: por exemplo, no meu condomínio eu fui obrigada a me cadastrar. Eu fui a única, entre noventa pessoas, que se recusou. Até hoje me olham torto, como quem diz: “lá vem aquela que cria caso”, entende? E isso vai continuar até o dia em que alguém copiar a voz de alguém ali.

Guilherme Ary Plonski - Obrigado pela reflexão. Algum comentário finalíssimo?

Lucia Santaella - Finalíssimo, finalíssimo e muito breve. Cristina, quando eu digo que a IA pensa, eu sei do que estou falando. O Nicolelis não sabe. O Nicolelis nunca estudou inteligência. Eu estudo inteligência há cinquenta anos. Eu escrevi sobre isso. Então, por favor, não vamos ficar repetindo coisas que estão circulando na rede, ditas por uma pessoa que está gozando de fama — não sei bem porquê, mas é o que acontece neste país. Ele não sabe o que é inteligência, ele não sabe o que é sentir. Ele entende de neurociência, mas vejam em que ponto está o desenvolvimento da neurociência: é uma ciência que ainda está engatinhando. Ela ainda não descobriu como se dá aquilo que parece um milagre, o fato de sermos capazes de falar.

Ora, uma inteligência artificial que fala — porque ela fala — como pode ser chamada de burra? Isso é uma arrogância humana. Nós não podemos emprestar essa arrogância, negando aquilo que está diante de nós agora.

E, sim, temos responsabilidade. Acho que foi exatamente para isso que viemos aqui falar. Qual é a responsabilidade do jornalismo hoje? Ela precisa ser repensada dentro de uma outra arquitetura — para educar, enfim, para atuar em qualquer espaço em que estejamos. O ser humano hoje é responsável na lida com uma outra inteligência, que não é a dele, mas que imita a dele. E esse é o meu comentário final.

MESA 3



Luiz Fernando Martins Castro, Eugênio Bucci e Vitor Blotta. Foto: Leonor Calasans/IEA-USP

Guilherme Ary Plonski - Muito bem, vamos então para a sessão seguinte, a sessão final deste belo evento.

Em 1797, um pensador notável, Goethe, escreveu uma espécie de poema, um *Gedicht*, no qual um jovem aprendiz, encarregado pelo seu mestre de limpar a oficina, cansou-se um pouco de pegar o esfregão e buscar água. Ele fez um feitiço de maneira que o próprio esfregão buscasse a água. Só que o aprendiz não sabia parar. De repente, aquela oficina de artesanato começou a ficar inundada. Ele ficou desesperado, pegou então um machado e partiu o esfregão ao meio. Aí ficaram dois esfregões e a inundação aumentou ainda mais. E a coisa foi se agravando.

Isso foi em 1797. Cem anos depois, em 1897, Paul Dukas musicou esta história e ela ficou famosa. Talvez alguns de vocês a tenham visto na versão da Walt Disney, que em 1940 fez um filme chamado *Fantasia*, com trechos de músicas canônicas, clássicas ou eruditas — *Lago dos Cisnes* etc. No caso, o aprendiz de feitiçeiro era o Mickey Mouse.

Bom, aquilo ficou inundando até que, em dado momento, o mestre volta e, com uma palavra, acaba o feitiço e resolve o problema. Faço essa introdução justamente para abordar o tema da regulação que temos aqui agora, nesta sessão, porque, enfim, acho que vocês já captaram a razão.

Temos três estrelas aqui para a sessão: o professor Eugênio Bucci, o professor Luiz Fernando Martins Castro e o professor Vitor Blotta. Os três têm em comum atuarem neste Instituto. O professor **Eugênio Bucci**, em várias posições, e a mais recente foi a de primeiro coordenador acadêmico da Cátedra Oscar Sala. Ele é conhecido de todos e todas, professor da ECA, da área de comunicação social, autor e pensador sobre o assunto.

Luiz Fernando Martins Castro tem o mérito importante de ser formado duas vezes pela USP — em Engenharia Civil e pela Faculdade de Direito — e consegue fazer a simbiose dessa formação, ao mesmo tempo técnica e

jurídica. Profissionalmente, é o coordenador adjunto da Cátedra Oscar Sala, extremamente dinâmico — no caso, pelo parceiro CGI.br.

E o terceiro é o professor **Vitor Blotta**, que é professor da ECA e também atua aqui no Instituto, coordenando o grupo de estudos de Jornalismo, Direito e Liberdade — às vezes confundo a ordem, mas acho que é essa a ordem correta desses três termos.

Então, sem mais delongas, professor Bucci, por favor.

Eugênio Bucci - Boa tarde, gente. Muito obrigado pelo convite, Magaly [Prado]. Como estamos em relação ao tempo? E peço sua ajuda para controlar o meu também. Quanto tempo eu tenho? Não, senão vai atrasar. Vou tentar falar menos.

Gente, está sendo um dia maravilhoso, até emocionante. Eu quero dar um contexto sobre o significado deste seminário e para onde devemos dirigir, com mais ênfase, as nossas indagações. E isso ganha mais pertinência agora que teremos esta mesa tratando de regulação, com o Luiz Fernando [Martins Castro] e com o Vitor [Blotta] – ambos com muita bagagem para isso.

Tenho sentido, há algum tempo, que a crise da imprensa é claramente uma crise de raízes econômicas – claramente, nesse sentido, uma crise de mercado, de negócio. É também uma crise tecnológica. E a fala de abertura do Rodrigo Mesquita, aqui hoje, foi muito reveladora, com aquela página da *Newsweek*: uma arrogância que impediu que as redações e as empresas entendessem o que vinha pela frente.

Mas, à parte dessa face econômica e dessa face tecnológica, a crise da imprensa é uma crise de pensamento. Não quero, com isso, fazer um jogo de palavras – seria fácil. Poderia dizer que a medicina tem uma crise de pensamento (e acho que tem, desde que a medicina nasceu); poderia dizer que há uma crise de pensamento na civilização. Mas, no caso da imprensa, essa crise de pensamento tem dimensões trágicas e muito específicas, que nos obrigam a olhar para ela como ela realmente se apresenta.

Vamos ver. O Rodrigo [Mesquita], aliás, lembrou o papel de Júlio Mesquita. E há, nessa fase do *Estadão* – que vai da primeira década do século XX até 1926, 1927 –, uma história de vigor jornalístico portentoso, produto do pensamento. Há movimentos ali. Júlio Mesquita, lá pelas tantas, percebe que não poderia mais ter engajamento partidário, mesmo tendo uma carreira política. Ele se afasta disso para fazer um jornal independente. Isso é pensamento.

Ele compõe uma redação de pensadores diferentes; havia pluralidade na redação de *O Estado de S. Paulo* na década de vinte. São vários nomes. Havia a consciência de que um jornal, mais do que levar ideias, ajuda a sociedade a pensar sobre si mesma. Rui Barbosa falou disso, e o Rodrigo Mesquita citou aqui quando mencionou que Júlio Mesquita dizia: "Jornal não é dos proprietários; jornal é do público". Baseado nisso, eu escrevi uma vez no *Estadão* que o dono do jornal era o meu pai, leitor do jornal lá em Orlândia.

Mas isso é produto do pensamento. É um projeto que enxerga a conexão entre o que a redação faz e o que se passa com a sociedade – por uma série de razões.

As empresas jornalísticas e as redações passaram a ver a si mesmas como uma espécie de chão de fábrica de *fechamento*, e não como equipes que pensavam, robusteciam uma visão de mundo e compartilhavam essa visão com a sociedade — ouvindo, mas também falando. Os jornais vinham com uma voz. Estou falando do tempo dos jornais, porque isso inclusive   anterior às revistas — e é interessante, pois *The Economist* chama a si mesma de "newspaper", interessantíssimo.

Agora, por uma série de motivos, as redações desistiram de pensar. Ou não temos tempo para isso agora, temos que *fechar*! E *fechar*   um verbo semioticamente grave: quando é o patrão que conjuga — "eu fechei o jornal" —   uma péssima notícia; quando é o jornalista que conjuga — "eu fecho o jornal" —   uma boa notícia.

Pois bem, nós temos hoje uma imprensa em crise porque desistiu de pensar. Rodrigo Mesquita tem uma trajetória que em si concentra algumas lições de jornalismo. O vínculo dele com o Media Lab do MIT foi falado aqui, mas o trabalho dele na criação da Agência Broadcast — a única unidade de negócios que fez frente   Bloomberg e que se tornou o centro mais lucrativo do *Estadão* durante um bom tempo — era uma inovação. Era um núcleo pensante e teve uma história gloriosa. Tem ainda, mas teve uma história gloriosa, sendo a mais lucrativa até hoje.

Pois bem, o Rodrigo [Mesquita] não desistiu de pensar. Ele vem escrevendo sobre isso — não são o artigo da *Folha* que motivou este seminário, mas uma série de outros escritos: teve o da *Piaui*, do qual participei como leitor, e outros episódios. Acho que a palestra que ele fez aqui hoje, uma conferência, precisa ser publicada. Há muito saber jornalístico concentrado ali. Mas o grande ponto   que ele não desistiu de pensar. Quando a gente pensa, a gente erra. O pensamento é uma atividade de risco (de risco grave). Pensar é correr risco.

Claro que algumas coisas se confirmam, outras não. Mas ele não desistiu de pensar, e isso nos levou — aqui no IEA — a organizar este seminário, dando o devido crédito.   um seminário a partir de um texto do Rodrigo Mesquita; raro que isso aconteça na USP. Não é comum encontrarmos seminários com essa configuração, e o dia de hoje nos mostra que essa configuração está muito acertada.

Qual o problema que o texto do Rodrigo Mesquita traz para nós, não é? Bem, se a gente usa ferramentas ou se não usa ferramentas numa equipe de reportagem, numa equipe de jornalismo... Claro que nós temos que pensar sobre isso. Nesse sentido, a palestra da Eun [Yung Park]   sensacional, assim como a da Dra. Magaly Prado. Mas o problema que o Rodrigo Mesquita traz para a gente, eu poderia sintetizar da seguinte forma: ele viu presencialmente

— para usar o "palavrão", esse advérbio estranho. Ele estava lá quando a sucessão de inovações começou lá, no MIT, e ele viu a relutância e até mesmo a arrogância das redações que se julgavam encasteladas num pico inabalável, que nada poderia ameaçar. E ele viu também, ele testemunhou, as transformações drásticas — quase que catastróficas — que sobrevieram com as mudanças tecnológicas.

Evidente que não são apenas as mudanças tecnológicas, mas a questão que ele nos traz é um pouco maior do que a relação entre as redações e as ferramentas, a relação entre as redações e a tecnologia. A questão é: qual o lugar do jornalismo na crise da democracia, ou no momento que vive a democracia, quando ele formula, por exemplo, uma "arquitetura cognitiva da democracia" para o jornalismo? É disso que ele está tratando, porque esse lugar foi se perdendo. Então, o nosso problema começa a ganhar uma fisionomia. A partir disso, esse lugar está se perdendo. O que podemos fazer com o jornalismo? O que podemos fazer com a imprensa? Por certo, o fenômeno da tecnologia — que eu prefiro agora pensar como fenômeno da técnica — é determinante.

Nessa pergunta, podemos ter uma posição decisiva para a imprensa na democracia do presente. Veja essa questão: ela nos empurra para o Estatuto do Fato no debate público dos nossos dias. O fato, o acontecimento... Quando nós pensávamos e comentávamos isso no café — que a responsabilidade das tais *big techs* na desinformação é gigantesca —, nós pensávamos na diluição, ou mesmo no aniquilamento, do acesso aos fatos, do conhecimento dos fatos pela sociedade. Uma sociedade que não discute com base na razão e nos fatos os seus problemas comuns começa a discuti-los com base no fanatismo. O fato deixa de importar, e a razão deixa de importar. Isso é produto da tecnologia, sem dúvida.

Existe algo nessa direção, mas a tecnologia não é causadora dos eventos da história. Ela é parte, mas não é causadora. No entanto, nós temos uma presença forte da tecnologia nisso. Aí, nessa medida, a questão tecnológica importa, mas o desafio lançado por ele é maior do que isso.

Por que eu prefiro falar em técnica? Porque a questão da técnica também já é nossa velha conhecida. Ela foi percebida há muito tempo, eu diria. Até alguém, o Demi [Getschko], lembrou o *Fedro*, de Platão — quem lembrou o *Fedro* de Platão? — onde Sócrates fala contra a invenção da escrita: o mito de Theuth, quando a escrita é inventada por uma divindade egípcia e é dada de presente. E Sócrates olha com desconfiança. Ele olha com desconfiança uma técnica que, se eu transporto aquilo para a escrita de programas de *software* hoje, é o retrato exato do tipo de aflição que nós estamos vivendo.

Agora, o problema está na técnica. Heidegger falou da técnica e dizia, numa entrevista, que qualquer pessoa é capaz de operar um televisor — isso há uns oitenta, sessenta anos —, mas quase ninguém compreende o que acontece com o televisor.

E hoje, a professora Lucia Santaella, grandiosa, falou sobre o *Homo faber* e o *Homo sapiens*. O nosso problema é que aquilo que o *Homo faber* faz, o *Homo sapiens* não consegue mais pensar. O *Homo sapiens* não visualiza, com o seu pensamento, a extensão e o alcance da técnica que o *Homo faber* gerou e que tem desdobramentos além da compreensão e, muitas vezes, contra a compreensão. Essa é a sucessão de eventos catastróficos que tirou o lugar da verificação dos fatos, o lugar do pensamento com base na razão, que, de algum modo, eram a chama da imprensa.

É corretíssimo dizer que, se não houver imprensa, não haverá democracia. E também é corretíssimo dizer que, se não houver democracia — e é um risco que nós corremos —, a imprensa vai virar pó. Ela vai virar... cacuete? (É uma tirada de estilo, o maneirismo). Ela vai virar legenda de foto. Vai virar uma aparência oca, sem capacidade de criticar o poder público — que é o que acontecia durante a imprensa dos anos 1920 no Brasil, da qual a gente falou. Mas, muito recentemente, também nós temos momentos grandiosos da imprensa que vêm até os nossos dias. A cobertura da pandemia pelas redações profissionais no Brasil é um feito heróico. Profissionais corriam risco ao ir para as ruas, mas isso conseguiu furar a estratégia de desinformação movida pelo governo federal. Um momento heróico. Muitas vezes, a imprensa cumpre um papel meritório, digno do nosso maior entusiasmo. No entanto, isso vem sendo corroído.

Essa é a pergunta que o Rodrigo Mesquita, com seu texto, com o seu pensamento, deixa para nós. E é isso que nós temos que pensar. Onde está o lugar da imprensa? E se não houver o lugar da verificação dos fatos com confiabilidade? Se não houver um espaço que tece uma teia — mesmo que de coletividade — para que se possa criticar o poder em público, nós não teremos democracia. Não teremos sequer uma república. Vai ser a tirania. Isso é iminente. Isso é perigosíssimo.

Então, é isso. Vou terminar aqui, Magaly [Prado]. É isso que nós temos agora que discutir quando vamos falar em regulação. A regulação pode cumprir um grande papel. Virgílio [Almeida] falou com muita inspiração sobre o descompasso entre o tempo da técnica — ou o tempo das inovações tecnológicas — e o tempo da política negociada. Assim, a inovação se processa na velocidade da luz, enquanto a regulação se processa no ritmo dos diários oficiais, com pulsações diárias de vinte e quatro horas. É uma covardia. Não dá. Esse é um problema, mas é possível imaginar maneiras de regulação, necessariamente com um alcance de relações multilaterais no plano internacional, que estabeleçam freios ao poder do capital.

Nós temos um agigantamento do poder do capital que não estava posto antes. Foi assim que ele conseguiu fazer com que — repetindo o Rodrigo [Mesquita] — o espaço público tenha dono: um dono privado, proprietário, com código fechado, cujos mecanismos são gerenciados em bunkers opacos e inacessíveis. Então, nesse sentido, nós temos que falar de regulação que

quebre essa onipresença inatingível do capital. Estamos numa era em que capital e técnica se indistinguem. Eu acho que esse é, um pouco, o desafio desta mesa agora, sobre regulação.

Termino dizendo que este seminário não deixa de ser uma homenagem a Rodrigo Mesquita. Não deixa de ser. Todo mundo aqui tem consciência disso. É alguém que conheceu a redação, conheceu o contexto internacional e que teve a coragem extrema de sair pensando em público. Quem faz isso sabe o quanto   perigoso. E é muito bom que estejamos aqui. E eu fiquei contente hoje, quando a Roseli [de Deus Lopes] falou que podemos dar continuidade a isso. Tomara que seja possível. Mas esse é o desafio. Enfim, era isso. E por isso eu digo que vou deixar o abacaxi para o Vitor [Blotta] e para o Luiz Fernando [Martins Castro]. Mas é um abacaxi doce.

Luiz Fernando Martins Castro - Vou começar porque o Virgílio [Almeida] precisa sair. Na verdade, eu vou falar da cátedra [Oscar Sala], vou falar um pouco de regulação, mas eu queria prestar uma homenagem ao nosso premiado — o nosso premiado internacional —, o professor Virgílio [Almeida], que foi contemplado com o Pr mio Unesco, do Uzbequistão, pela pesquisa científica sobre  tica e inteligência na IA. Eu ia acabar a apresentação com essa homenagem, mas, pela pressa dele de precisar sair, eu começo ao contrário, mas não com menos apreço e merecimento.

Bom, gente, primeiro de tudo, é um prazer estar aqui no meio de tanta gente importante, intelectualmente mais sofisticada que eu. E eu pensei assim: "O que eu estou fazendo aqui?" Se não for para cumprir o papel de Coordenador Adjunto ... Eu não sou jornalista. Sou dono do jornal, como seu pai t b m um dia foi. Já conversei bastante, já ouvi o Rodrigo [Mesquita], admiro as reflexões que ele fez. E eu falei: "O que eu vou falar nessa mesa?", porque eu não acredito muito em regulação no sentido estrito. Não sei quem mais aqui   da área jurídica. Eu sou. Quando eu me formei, um amigo do meu pai, que me ajudou no exame da Ordem — eu estudava para o exame da Ordem —, falou assim: "Aprenda uma coisa: causa pequena, resolve na lei, no tribunal; causa grande, resolve de outro jeito, que eu não vou dizer qual é". Vocês podem imaginar.

Semana passada, tivemos um evento maravilhoso aqui, organizado pelo Pablo [Ortellado], que trouxe o Senador Alessandro Vieira para falar sobre o extremismo *online*. E ele falou: "Olha, agora tem uma janela de oportunidade para aprovar uma legislação assim". Ele disse: "Olha, o que é uma lei? Para você aprovar... primeiro, precisa ter um consenso técnico para se aprovar uma lei; segundo, precisa ter uma oportunidade". É aquilo que o meu outro amigo, Gilberto Kassab, fala: tem que ter vontade política. E, se você aprovar aquilo, tem que ter orçamento. Sem isso, nada disso acontece.

Então, eu, com quarenta anos de profissão, sou bastante cético quanto  

regulação estrita. Principalmente quando você tem um caso que vai para o STJ. Você sabe que precisa contratar um filho de um ministro para te apoiar nas gestões junto aos tribunais superiores, para garantir que nada saia dos trilhos. Vamos tratar com cuidado essa questão de regulação — regulação e cidadania —, como as arquiteturas algorítmicas afetam nossos direitos.

Meus filhos me mandaram, esse fim de semana, uma reportagem sobre a popularização de aplicações de AR (*Augmented Reality*, Realidade Aumentada) e "turismo de confiança cega". As pessoas seguem as instruções do aplicativo e vão para lugares errados e inseguros. Diz que, na última temporada, mais de cem pessoas morreram nas Dolomitas porque "a montanha não perdoa a ignorância". A Inteligência Artificial não entende de terreno. Como   que isso afeta a nossa vida? Ela nos afeta matando, também, ou nos levando à morte. Eles me alertaram. Ainda bem que eles não quiseram [ir]... Mas, aí, eu falei: "O que eu vou falar no meio de tanta gente inteligente?". E aí, eu estava tomando café da manhã na padaria no sábado, e vi o texto do Pablo [Ortellado], que eu leio sempre. Sou dono de dois jornais: o *Estadão* e o *Globo*. O Pablo [Ortellado] dizia o seguinte: um grande analista é aquele que observa um fenômeno em sua g nese e consegue extrair dele todas as consequências — e também as consequências das consequências —, antecipando desdobramentos causais que podem levar anos para se materializar; farejar algo que emergir  plenamente em algumas décadas. É um dom valioso e raro. Aqui mesmo, nessa coluna, ele conta do autor a quem estava se referindo: Christopher Lasch, que escreveu *A Cultura do Narcisismo*. Aí ele fala: poucas profecias foram tão precisas nos detalhes como a feita numa conferência pelo filósofo Richard Rorty, em Harvard, em 1997.

Aí eu falei: "Poxa vida! O Rodrigo [Mesquita] é um desses que, l  atrás, anteviu a consequência e a consequência da consequência". E   sobre isso que a gente está falando hoje. Então, a gente cruza na vida — principalmente para quem teve o privilégio que nós tivemos de estudar numa boa universidade como essa —, de cruzar com pessoas que pensam de maneira diferente. Eu fui aluno na São Francisco do professor Bonavides, Silva Telles, Dalmo Dallari, Fábio Comparato... São pessoas diferentes. E, graças a Deus, a gente teve a oportunidade de estar com elas.

Quando eu o ouvi falando isso, eu pensei não só na adequação de trazer essa fala dele para o evento do Rodrigo [Mesquita], mas também... aí me veio a palavra Harvard. Eu tinha recebido uma coisa de um amigo, em 2000, uns dois meses antes do onze de setembro: cinco amigos, ou alguns amigos, estavam fazendo um curso em Harvard Law School. *[Ele mostra uma fotografia]*. Eu sou o do meio. O primeiro da esquerda   Eurípedes Brito Júnior, da Bahia; o segundo, Omar Kaminski, do Paraná; o quarto é o democrata Reinaldo, que hoje   desembargador em Pernambuco — ontem fiquei sabendo que ele foi convidado para integrar o Comitê de Inovação do CNJ, a convite do Presidente do Supremo —; e o outro, Alexandre Atheniense, de Minas. E a

gente estava fazendo um curso l  no Berkman Klein Center, do qual Virgílio [Almeida] é professor. Ano de 2001. E nós tínhamos um professor l , o Lawrence Lessig, seguramente vocês já ouviram falar ... Estava toda a turma dos brasileiros. Ele gostava da nossa animação lá — eu até tinha cabelo s  preto naquela época. E ele lançou esse livro um ano antes, dois anos antes, que era o *Code is Law*. E que todo mundo fala, mas ninguém sabe direito o que ele quis dizer com isso.

O que ele queria dizer com isso? Ele queria dizer: arquitetura. Os algoritmos, as plataformas regulam o comportamento da rede. Então, quem codifica tem poder. Quem codifica   que vai determinar, muito mais do que o legislador do nosso Congresso — ou então o Executivo, ou quem tem um poder de polícia aparente —, o que vai acontecer. O poder deixa de estar nas mãos das instituições teoricamente democraticamente construídas — Legislativo, Executivo, Judiciário — e se transfere para os *platform designers*, que são quem concebem ou quem desenha as codificações, os programas. Então, quem controla a programação tem o controle da vida digital. E quando ele falava isso, nos primórdios dos anos 2000, era algo meio abstrato — do mesmo jeito que talvez as falas do Rodrigo [Mesquita], l  atrás, tenham sido um pouco: "O que esse cara está falando?".

A gente não entendia direito. Esse curso que eu fiz... Tinha o Zittrain, o Jonathan Zittrain, o [Yochai] Benkler ... e tinha também o [Frank] Fischer. Quer dizer, era um *time* assim, fora da curva, e falavam coisas... E eu tinha acabado de fazer meu doutorado na França; não era um absoluto jejum, mas era difícil de entender tudo o que eles falavam.

Qual a ideia-chave do Lessig? Originalmente, vocês falaram aqui — o Demi [Getschko] falou da Grécia, da antiguidade —: as interações sociais se davam em espaços públicos. Não precisa ir tão longe. Quem é da nossa geração viveu, jogou bola na rua, aprendeu coisa na rua. Você não tinha as ferramentas que nós temos. E essas interações, que naquela época passavam na sociedade — ou na rua, por assim dizer, de maneira simplista —, passam a correr dentro de plataformas privadas. E, como já foi dito aqui — você falou agora há pouco, Eugênio [Bucci] —, as plataformas definem quem será visto e terá voz.

Então, a plataforma vai ser o filtro. O que aquilo, de certa forma, o jornalismo de qualidade fazia, hoje não é mais quem faz. Há até críticas. Eu li outro dia um texto interessante do Barroso, que ele escreveu sobre a obra do Raimundo Faoro, do *Os Donos do Poder*. E ele critica os estamentos brasileiros, que são as categorias, e ele põe as famílias jornalísticas como um dos estamentos. Então você tem os Mesquitas, você tem os Marinhos, você tem os Frias... tem todos esses que, parece,   de pai para filho, de pai para filho — e que, em outros setores, ele também cita esses estamentos. E que seria, em tese, interessante que você tivesse um alargamento do espaço democrático   medida em que você tira essa concentração de poder de

pequenos estamentos. Mas para dar... para quem? Esse é o ponto. Você tira de alguém que tem princípios — eu brinco, o meu sogro era super conservador, ele falava assim: "Olha, a universidade não é para todo mundo. A universidade   só para elite" —, porque não é todo mundo que tem que ser universitário? Então, eu tenho medo um pouco dessas visões, um pouco conservadoras ao extremo. Mas a gente se pergunta: não é bom também ter alguma mediação? E o que se falou aqui um pouquinho: então, esse poder de falar, de ser escutado — inclusive quanto ao conteúdo —, ele depende hoje claramente das regras das plataformas e não mais das regras que foram democraticamente consensuadas.

Pouquíssimas empresas controlam por completo (como se debateu hoje), os fluxos de informação na sociedade, com uma concentração de poder sem precedentes. E é importante: elas concentram o mercado, não há d vida nenhuma — o dinheiro, o poder econ mico está na mão deles. Mas, mais que isso, eles decidem quem, quando e como vai ter relevância.

Então, para ter uma ideia, eu cheguei outro dia para o Gilberto Kassab e falei: "Gilberto, por que você não sai para senador? Tem duas vagas. O seu partido tem cinquenta das prefeituras de São Paulo. Você   cacique do partido. Você se d  bem com o governador. Você se d  bem com o Presidente da República. Você não sai?". Ele falou: "Eu sou louco? Eu vou concorrer com um desses malucos aí que estão na m dia, que   blogueiro, que   jogador de futebol e não sei o quê?" Então, aí você fala: bom, um político casca-grossa como ele é, com a experiência que tem, fala: "Eu não vou me meter   besta de concorrer com esses caras que estão na m dia — na m dia vulgar". E se tinha alguém que teria uma estrutura partidária para apoiar e a aliança, seria ele. E eu olhei — até para fazer a indagação —, a segunda candidata, que foi a Mara, ela foi eleita com vinte e nove por cento dos votos para o Senado. Então, um político experiente com uma máquina poderia tentar. "Não, estou fora dessa. Não vou entrar nessa. Não, isso aqui não é para mim."

Hoje, para ser senador, você tem que ter m dia. Você tem que ser midiático. Você tem que estar no Instagram, tem que ter coisa e tal. Então mudou um pouco? Bastante! Essa questão de quem vai ver e quem vai ser visto.

A democracia pressupõe transparência, que decididamente não existe nas plataformas. Ninguém sabe o que acontece, por que acontece, como acontece, e fica   mercê desta rede. O [Hartmut] Glaser, um dos dinossauros da internet, o Demi [Getschko]... A gente sempre falava assim: "Isso aqui vai aumentar a liberdade, vai aumentar a representatividade, vai democratizar".

Eu já escrevi um artigo sobre governo eletr nico, a democracia digital... que eu falo: "Puxa vida! Que ing nuo! Que bobinho você é de escrever aquele artigo, acreditar que a internet ia aumentar a democracia digital". Então, tudo isso acaba tendo efeito oposto. E a Inteligência Artificial repete e agrava esse padrão, porque essa lógica de concentração está totalmente se

retroalimentando. E mais: como foi advertido aqui, ela vai alimentar não são o Jornalismo, como vai alimentar o Direito.

  tenebroso de você ver. E eu me pergunto: alguém falou aqui hoje? A IA olha para o passado. Ela trabalha com dados existentes, que já ocorreram. E como   que você vai rever o Direito? Como   que você vai evoluir a jurisprudência em cima de uma base de dados que só olha para o passado? Fica cada vez mais difícil. Então, eu acho que você, em vez de ensinar filosofia do direito,  tica, princípio, sociologia, a história do direito... você tem que ensinar o estudante que vai ser um advogado prático a como raciocina um sistema jurídico, que estão nos tribunais.

Então, como vocês já devem ter lido — eu já li também —, candidatos que põem no currículo informações disfarçadas, muitas vezes subjetivas — "esse cara é muito bom" —, eles põem numa fonte invisível que o ser humano não v , mas a máquina v . Então é como que dizendo: já que quem vai ler a tua petição não é um juiz,   uma máquina, aprenda a lidar com esta máquina.

Eu vim de uma geração em que ia para o fórum cinco vezes por semana, e você conversava com o juiz. Você pedia para ele... Ele só não te atendia se estivesse em audiência, durante a audiência. Hoje em dia, a gente não consegue nem ver um juiz. Você não consegue nem falar com o cara do balcão; tem um atendimento automático virtual. Quer dizer, então, despersonalizou. O algoritmo intermedia hoje a relação do advogado com a justiça, e isso desumanifica a relação. Então, isso tudo é muito preocupante. Mais ainda: as infraestruturas que sustentam esse novo *conhecimento* são propriedade privada, como Eugênio [Bucci] falou, e isso acentua a disparidade de poder. E a ideia... Quando o Lessig falava *Code is Law*, ele não estava lavando as mãos, falando: "  assim, o tecnocentrismo. Assim que vai acontecer". Não! Ele era crítico. Quem acompanhou a trajetória dele? Ele era de Stanford — ele é de Stanford —, ele é daquele pessoal libertário da Califórnia. Ele é o cara que criou o Creative Commons. Ele foi o anticandidato   Presidência da República em 2016, pelo Partido Democrata — ele tentou ser o pré-candidato, criticando o sistema de financiamento eleitoral por multibilion rios nos Estados Unidos. E ele é citado de maneira errada quando falam que "o *code is law* — *sorry and baby* — não tem o que fazer". Não é isso que ele diz. O que ele diz   que, sem regulação adequada, a inovação é capturada pelas *big techs* — que, ele vai dizer, as plataformas não vão desaparecer, seria ing nuo da nossa parte negar —, mas elas devem ser reguladas.

O contraponto que eu faço é: o que vocês entendem por regulação? É botar lei, aprovar a lei? Então, o Alessandro Vieira comentou aqui a dificuldade de fazer uma lei. Todo mundo vê que essas leis que tocam em *fake news*, ou então regulação das plataformas, como   difícil de passar. Então, eu acho que a gente não pode... E eu peguei uma pesquisa outro dia aqui, da Datafolha, da Quest... Se você pegar Judiciário, advogado, partido, político e Legislativo,

estão no terço inferior da respeitabilidade e confiabilidade da sociedade. Eu falo: É o paradoxo do Brasil. A gente critica, critica, critica, e pede que a solução venha da... nota de rodapé? Do  ndice de confiança? daquelas instituições que a gente sabe que não funcionam tão bem. Então, o que ele diz? A gente tem que exigir transparência, *accountability*, limites   concentração de poder. Eu sou muito crítico dessa questão de lei. Eu quero mais lei. Eu quero mais. Lei precisa regular. Eu digo o seguinte: existe lei. Afirmo e peço que vocês concordem. Existem leis no ordenamento brasileiro que protegem crianças e adolescentes. Sem d vida alguma. Existem leis que protegem a privacidade. Existem leis que protegem a não concentração de mercado. Existem leis que criminalizam muitas práticas contra jovens, adolescentes, idosos... Então, não   questão de criar a lei. Tem que ter um mecanismo, de alguma forma, que responsabilize essas pessoas que causam os problemas. Vamos ser muito claros. Não adianta ser só punitivista. "Vamos pôr todo mundo na cadeia" — a grande ilusão. Eu falo: a ilusão da novela das nove, que no último capítulo os bonzinhos casam, os malvados v o para a prisão. Não é bem assim que funciona. Vai pôr todo mundo na prisão? Então, não é isso. E aí você chega nesse ponto que a gente chegou, que o pessoal vai aplaudir a matança. Por quê? Porque o sistema não funciona. Então, mata — o nível de bestialidade que a gente chega — e quando aplaude uma coisa dessa, de ficar matando bandido de maneira indiscriminada como se fosse rato, está premiando quem? Está tudo errado. Então, nesse ponto que ele fala aqui, de *accountability* e limitação de poder, é muito importante. E ele conclui: "A arquitetura do ciberespaço tem que ser uma escolha pública". Eu acho que esse é o ponto-chave de tudo que a gente falou hoje. Tem que ser algo discutido, debatido pelas universidades, pelo parlamento, pelas ONGs, pelas cabeças pensantes.

Eu estava com o Rodrigo [Mesquita] e com o Demi [Getschko] no sábado, e o Demi falando o seguinte: "Olha, a gente sabe que, às vezes, está pregando em solo  rido, plantando em solo  rido, mas a gente tem que tentar". Então, vamos tentar. Como   que a gente vai tentar? A gente vai começar a discutir qual o modelo de governança digital deve prevalecer: o americano, da liberdade total, que as empresas podem e fazem, acontecer do jeito que quiser; o da União Europeia, que quer regular, quer controlar tudo e quer ter um padrão para tudo. Eu já fui em vários eventos que o expositor alemão, o expositor europeu, fala: "Olha, oitenta, noventa por cento das nossas regulament  es não estão sendo efetivas, não estão efetivadas. Elas estão em vigor teórico, mas não acontece nada".

Aí, a gente vai para eventos: tem jovens doutorandos e doutorandas muito inteligentes, na casa dos seus vinte e oito, trinta anos, que vão l  e discorrem o regulamento com detalhes, como vai funcionar, em tese, a lei. Aí você fala: "E na prática?". Sobre a regulação da IA, eu perguntei para uma expositora em um evento: "Essa regulação aprovada pela Europa... ou reparticipa  o das big techs?". Ela respondeu: "Eles foram convidados como

ouvintes". Então, assim... Convida eles como ouvintes e vamos regular eles e achar que vamos dobrá-los? É muita ingenuidade. E o que eu acho, então, que essa regulação viável é entender, de primeiro ponto, que existem valores universalmente aceitos — algumas coisas, acho que todo mundo concorda: não matar, não estuprar, respeito... Não vou falar que é o meio ambiente, que talvez não seja universalmente aceito. Mas eu digo assim: tem coisas que são obras para todo mundo, mas tem coisas que são culturas, valores e tradições locais que são muito diferentes, não só de Orlandia para a capital, mas do Brasil para a América Latina, para não dizer para a China e outras coisas.

Ano passado, cometeram uma gentileza e me convidaram para acompanhá-lo e apresentar uma aula na Escola Europeia de Governança da Internet, e a gente falou ali da NETmundial, iniciativa do Brasil, do CGI, NETmundial+10. E o que me chamou a atenção é que, no final da exposição, os alunos do Sul Global — vamos chamar assim: Indonésia, África, a América Latina —, eles falam assim: "Gostei. Gostei da exposição do professor brasileiro porque há uma identidade. Uma identidade de que a gente não é nem a China, a gente não é os Estados Unidos, a gente não é a Europa. A gente tem algum ponto de contato com cada uma dessas realidades, mas a gente tem a nossa realidade". Foi um contraponto para eles em relação àquela coisa estrita do modelo europeu que se apresentava ali. Essa aqui é piada do europeu. Não sei se vocês já viram esse *meme*? Esse *meme* aqui é muito interessante. Esse aqui [ele mostra o meme]. Eu acho que é o Lula Molusco. Ele está simbolizando a União Europeia. Ele olha pela grade e vê a OpenAI, dos Estados Unidos, e o DeepSeek. E aqui alguém fala: "Olha o que a Europa está fazendo: está fazendo a tampinha que não descola da garrafa". Uma coisa bastante provocativa, mas é simbólica: enquanto outros estão... então, ali, na altíssima tecnologia, eles estão regulando a tampinha do refrigerante. E foi falado isso hoje de manhã pelo Virgílio [Almeida]: eles já estão vendo que precisam baixar um pouco o rigor para poder avançar. Eles falam: "É um falso dilema entre liberdade, inovação, regulação e inovação". Mas eles mesmos já estão baixando a bola.

Nós tivemos o IGF — o penúltimo, que foi em 2024, foi na Arábia Saudita. Esse personagem aqui é o Yohan Kurbalyja, que também é amigo aqui do CGI. E esse *slide* dele, que eu vou ler aqui, ele falava assim:

- O que a gente quer da IA?
- Como é que a gente interage com a IA?
- Em que extensão estamos cientes dessas interações?
- Quanto dessas interações envolvem escolhas informadas?

Ele dá o exemplo de um aplicativo: a IA está tendo impacto sobre como a gente interage ou se relaciona com as demais pessoas? Ela está fazendo escolha por nós? Ela deve fazer escolhas por nós? Num mundo guiado pelo

desenvolvimento econ mico e eficiência, podem os humanos competir com as máquinas? Deveriam? Há uma linha a ser traçada, um limite. Se, em caso positivo, onde, por quem, quando e por qu ? Acho que, num *slide*, ele trouxe as boas questões. A gente aceita isso como um fato dado, como um fato da natureza — de uma maneira até provocativa, eu estava ali num passeio na Arábia Saudita, e eu vi as moças ali paradas no celular, todas elas devidamente paramentadas...

E eu aprendi uma coisa na Arábia Saudita. Eu aprendi na minha casa que, quando você está em um elevador em algum lugar, entra alguém, você cumprimenta. Eu percebi que l  era diferente. Então, quando entrava uma moça vestida assim, eu cumprimentava de uma maneira muito discreta: mexia três graus na testa, de maneira respeitosa, evitando o contato visual. Mas nem precisava, porque elas me ignoravam por completo. Até eu aprender que   melhor nem entrar no elevador com mulher, para evitar qualquer constrangimento para ela e para mim — porque se eu olhar errado, me chamam a atenção também. Que essas moças vestidas assim, elas circulam às dez da noite, no centro de Riade, tranquilamente, batendo papo. Ninguém as perturba. Aí eu vejo aqui no Rio de Janeiro um movimento das moças que estão protestando contra a intervenção da polícia municipal, que ficou brava porque tinha algumas moças de *topless* ali. Eu pergunto para vocês, que talvez sejam os mais experientes em  tica: qual o modelo que está certo? Não é na Europa — que pode usar *topless* onde quiser. No Rio, encresparam l  — nem pensar. Qual o modelo é o certo? Não tem modelo certo. Então, tem uma história, tem valores culturais, valores sociais, e a lei tem que levar isso em conta.

Então, eu me pergunto — já caminhando para o final — o que eu vejo mais do que a regulação no sentido estrito (a questão de lei, justiça, advogado, juiz)   o multissetorialismo. Não é para puxar o saco do [Hartmut] Glaser aqui, mas eu acredito no papel do *multistakeholderismo* que permite algum equilíbrio entre o poder estatal, o poder do mercado, da sociedade civil e da academia. Então, você põe todo mundo para falar, para dialogar em igualdade de condições. E uma coisa que eu aprendi também, lidando com os temas de governança da Internet, é que o *multistakeholderismo* não quer dizer que o mercado vai deixar de ter o poder de mercado, não quer dizer que o governo vai abrir mão da função estatal, do poder constitucional que ele tem. Mas você leva em conta e ouve a dor do outro, os princípios do outro, o valor do outro. Então, é muito importante porque ele também estabelece parâmetros de governança compartilhada da infraestrutura digital — porque se a infraestrutura digital está na mão s  de um setor, s  do governo, s  do mercado, isso vai deturpar, vai tirar algum equilíbrio. E o multissetorialismo evita que uma única força — estados ou corporações — tenha o controle absoluto das esferas públicas digitais.

Nesse ponto, então, eu sou grande entusiasta da larga experiência e

poder balizador do CGI. Não, já falaram muitas vezes: ele podia ser  g ncia reguladora, nada... Ele tem que ser um *locus* de pensamento, um balizador de boas práticas. Ele tem que ser um fomentador de iniciativas como essa que a gente está promovendo aqui. Recomendo para quem nunca leu a Declaração Multissetorial de São Paulo da NETmundial, na qual se faz o *roadmap* do multissetorialismo, e que foi renovado no ano passado, no NET+10.

Por último, o papel das universidades — que eu acho que aqui   o grande pulo do gato, que   o que nos diz respeito de maneira mais próxima —,   que a gente tem que criar espaços independentes de pesquisa para apontar essas assimetrias de poder, informar, clarear e permitir que o reequilíbrio, ou o equilíbrio, nas a de uma maneira mais orgânica, porque eu acho que   da  que acontece. Temos que educar a sociedade, os *policy makers*, sobre governança de algoritmos e do digital. Fico contente: a nossa cátedra... Eu lembro que recebemos aqui o senador Eduardo Gomes, relator do PL no Senado sobre IA, e ele teve a humildade de falar: "Entendo muito pouco desse assunto, vim aqui para aprender mais". E semana passada tivemos o Alessandro Vieira, que agora   o relator da CPI do crime organizado, "eu venho aqui para ouvir, para beber nas boas fontes".

O Pablo [Ortellado] convidou gente de primeiríssima grandeza na matéria que foi tratada em questão. E eu acho que a faculdade, a universidade, tem que servir como incentivador e promotor de espaços multissetoriais cada vez mais. E   por isso que a gente, está aqui. Nessa cátedra [Oscar Sala], não tinha outro lugar. Essa parceria não podia estar em outro lugar, que faz essa interface CGI, Nic e universidade.

Por fim, Roseli [de Deus Lopes], a gente falou uma vez sobre outro assunto, mas eu acho que, genericamente, que a universidade tem que criar currículos de formação de profissionais para atender as demandas desse novo mercado. Então, os engenheiros de *prompts*, os auditores de modelo, os eticistas de dados são pessoas com diferentes perfis. Perfil jurídico, perfil tecnológico, perfil filosófico- tico. Essas pessoas têm que estar focadas e têm que estar habilitadas na questão da IA. Por fim, recentemente saiu uma resolução — não vou lembrar de cabeça, número 662 ou 663, do CNJ — tratando do uso da IA pelo Poder Judiciário. Eles criam um comit , uma comissão de acompanhamento, monitoramento das iniciativas. Só que eu, conversando com o Léo Cipa, que   o presidente da OAB de São Paulo... Mas não tem um advogado capacitado para isso! Então, a gente da OAB... Eu falei para ele: "Deveria treinar essas pessoas que vão estar nos comit s". Porque a lei — a resolução do CNJ — obriga que cada tribunal tenha o seu comit  de gerenciamento das aplicações de IA daquele tribunal. E se você não tem ninguém qualificado, o que acontece? Já vivemos isso. Você vai l , o pessoal fica prestigiado de ser nomeado para aquela comissão, e ele vai lá e d  "amém" para tudo que está acontecendo.

Então, eu acho que — longe de poder estar à altura dos demais que

falaram — eu queria trazer essas reflexões. E, por fim, tinha nosso *jabá* final aqui: nossa parceria com a CGI e a USP completou cinco anos. Agora, o [Hartmut] Glaser me deu uma boa notícia hoje — posso falar? — está renovando por mais cinco anos, certo? Nesses primeiros cinco anos, nós tivemos mais de quarenta eventos do tipo desse, uma qualidade maravilhosa, expositores ilustres — por falar um só: Vint Cerf, e outros tantos brasileiros. Nossa disciplina de pós-graduação, que o Eugênio [Bucci] instituiu comigo (agora estamos com o Pablo [Ortellado]), tivemos 331 alunos em cinco edições — as quatro primeiras *online*, a última presencial —, oriundos de mais de quarenta distintos programas de pós-graduação.

E é gratificante ver os depoimentos deles. O pessoal fala: "Olha, nossa, foi uma experiência bacana de lidar com pessoas de outra unidade, de outra faculdade, que a gente nunca tinha tido. E achei que ia falar de um assunto que eu não tinha a menor capacidade de lidar, mas eu vi, me senti à vontade". É o cara do direito, o cara da saúde, o cara da filosofia, com o cara da odonto... É uma maravilha.

Temos os grupos de pesquisa coordenados pelos catedráticos: a professora Lucia [Santaella] coordenou na primeira leva, fez um livro bárbaro ao final; Virgílio [Almeida] também tem seu grupo — ele me contou hoje que o livro já está aqui no capítulo final de edição. Então, é isso. Eu acho que é o nosso papel. E eu queria homenagear no final, mas re-homenageio aqui, o excelente trabalho que o Virgílio [Almeida] fez nesse período. Muito obrigado, gente.

Vitor Blotta - Oi, pessoal. Boa tarde. É um prazer estar com vocês. Muito obrigado, Magaly [Prado], pelo convite; Eugênio [Bucci], pelo convite. Queria agradecer também a presença dos nossos colegas do curso de pós-graduação: professor Ivan Paganotti, César, Maria, Elton, que aguentaram até agora aqui. Rodrigo [Mesquita], obrigado pela grande provocação. Eu lembro de estar — realmente, acho que era um domingo —, e assim que eu li o seu texto, eu comecei a mandar mensagem lá para o nosso grupo [JDL]. E aí o Eugênio [Bucci] comprou a ideia e já transformou em algo. Fez uma bela limonada, que foi esse evento. Infelizmente, não pude estar na primeira manhã por causa das aulas, mas foi muito bom, muito bom ouvir a Eun [Yung Park], minha colega lá no departamento. Enfim, pessoal, eu trouxe algumas ideias aqui, fazer um esforço de imaginação teórica, filosófica, jusfilosófica aqui com vocês. Mas eu vou tentar resumir bastante, porque todo mundo está cansado também, já, né? Até às seis horas, eu preciso estar ali na Escola de Aplicação para buscar meu pequenino também.

Então, gente, como eu poderia começar? Acho que a primeira palavra-chave que me faz problematizar e dialogar com vocês é a palavra pluralização. Transformar os nossos conceitos modernos, que são muito unívocos e sempre

dial ticos em relação a outros conceitos, numa questão plural. Ou seja, a gente precisa pluralizar a ideia de esfera pública. Não temos *uma* esfera pública. Quando a gente fala "uma esfera pública", a gente já está excluindo as demais e desnivelando as demais. Temos que pensar em esferas públicas contrastantes, em disputa, que representam várias forças políticas, culturais e — porque não? — tecnológicas t mb m. Essa é a primeira ideia: a gente pensar em esferas públicas. E por que não jornalismo? Isso é uma provocação de uma colega, Gisele Martins, que recebeu o Pr mio Vladimir Herzog no ano retrasado com o trabalho dela na Favela da Maré. E ela falou: "São os jornalismo que precisam aprender uns com os outros". E acho que a gente traz aqui uma lição.

E t mb m lembrando o livro sobre o *network propaganda* do Benkler e os demais colegas, falando sobre como o jornalismo tradicional, ao buscar uma certa objetividade e neutralidade, acabou abrindo espaço para uma média de extrema-direita que, há quarenta anos — até então, 2018, quando eles escrevem — estava ali se formando, e foi pautada, e não foi rechaçada. As ideias não foram diretamente rechaçadas.

A gente aprende com essa pluralidade, com os jornalismo, por exemplo, mais posicionados e mais situados ou contextualizados, como o jornalismo antirracista, o jornalismo feminista. Esses dias a gente estava ouvindo sobre como a cobertura do *El País* enquanto esteve aqui no Brasil, desde 2013, tinha uma perspectiva feminista. Acho que você não estava nesse dia — foi na seleção de p s-graduação de uma colega que tem essa proposta de pesquisa — porque se posicionam e defendem mais diretamente os valores democráticos que garantem a própria imprensa, garantem um Estado Democrático de Direito e garantem uma sociedade mais livre, mais equânime.

Então, acho que a pluralização e a multiplicação, mesmo de conceitos como jornalismo e esfera pública, nos ajuda a olhar não como "o jornalismo e os outros" — o outro   militância, o outro   proselitismo, o outro   informação sindical —, mas no que a gente pode aprender com essas perspectivas distintas, em termos de uma pluralidade, então, de esferas públicas e de jornalismo.

Uma outra questão que eu tenho querido estudar cada vez mais, principalmente com o Elton, que trabalha bastante com acesso   informação e transparência do poder público, é a gente pensar na questão da confiança. A confiança nas relações interpessoais a gente estabelece quando a gente se abre e revela a nossa vulnerabilidade em relação aos nossos medos, às nossas dificuldades de lidar com situações. E por que não as instituições? Dentro de uma ideia de transparência, não podem assumir uma ideia de vulnerabilidade t mb m? Porque as instituições normalmente — tentam se fechar e não podem mostrar essa vulnerabilidade —, ou seja, são os limites de recursos, de tempo para oferecer o serviço público ou o serviço que ela deve oferecer, tanto o Estado como o próprio jornalismo.

Isso, para mim, tem muito a ver com essa informação que a gente tem do *Digital News Report* da Reuters, de que os públicos estão migrando — sim, para jornalistas que estão nas m dias sociais, mais próximos de *youtubers*, influenciadores —, mas eles continuam a ler jornais e a confiar nos jornais que estão abertos e que mostram seus bastidores, que são transparentes sobre o modo de produção da notícia, sobre o modelo de negócios e sobre os valores que estão por tr s da reportagem.

Então, ontem a gente teve um exemplo disso l  na época, que foi a Natália Viana que, ao construir o podcast sobre interferência do FBI na Lava Jato — também ao fazer uma espécie de documentário radiof nico, como disse o professor Santoro —, vai contando como elas constr  ram a reportagem. E, ao fazer isso, não só mostra as dificuldades, as idas e vindas de construir uma baita reportagem com base nos dados da Lava Jato, mas também faz uma espécie de pedagogia do jornalismo: como   que você faz? Até onde vai o dever de proteção da fonte, do sigilo da fonte? Como você faz para distinguir entre uma informação ótima privada e uma informação de interesse público, para você decidir o que você de fato vai publicar diante de um material tão grande?

Então, eu acho que esse valor  tico da vulnerabilidade é algo que pode ser interessante da gente pensar, às vezes, em outros termos e tudo mais. Nessa ideia de revelar os bastidores, isso tem sido identificado como um valor que faz com que a gente ainda mantenha uma certa confiança e crie uma identificação com o público. E o público v : "Olha,   gente como a gente, não   alguém que está no seu pedestal e quer me dizer como a realidade  .   alguém que eu posso me identificar, que tem também dificuldades e medos e tudo, e   transparente sobre o modo de fazer".

Então, essa questão da vulnerabilidade. Uma outra   esse conceito que, para mim,   o conceito mais inovador das ciências sociais — e também que eu acho que deve ser aplicado à filosofia —, que   a interseccionalidade. Então, vendo esses estudos do feminismo negro e pensado, por exemplo, pela filósofa-socióloga Patricia Hill Collins, não só na área de direitos humanos, mas também pode ser pensado como uma ferramenta analítica para se pensar em outras áreas do saber e em outras áreas da vida. Então, a gente poderia pensar em interseccionalidade como as relações. Ou seja, então, quais são as relações entre os *multi-stakeholders*? Num processo regulatório, é mais importante a gente saber como a gente se relaciona do que como a gente se distingue. É mais importante eu saber como eu me relaciono com uma ferramenta de AR, com uma técnica, do que qual é a minha diferença e qual é a minha distinção. Claro que relação tem a ver com distinção e semelhança. Olhar dessa forma também interseccional de várias esferas públicas, inclusive de vários modelos de regulação.

A gente identificou nas nossas pesquisas com o Eugênio [Bucci], diferentes modelos de regulação, que vão desde essa ausência de

responsabilização, que é marcante ali no Artigo 19 do Marco Civil da Internet e também na regulação dos Estados Unidos; para um modelo de regulação que é muito sancionatório e conteudista, e que criminaliza condutas; para depois passar para o modelo de transparência; e, mais atualmente, o modelo mais de infraestrutura, de regulação da infraestrutura das redes. Ou seja, eu também vou ter uma relação interseccional com a lei do código. Do mesmo jeito que eu tenho que pensar a lei jurídica.

Então, se a gente, no fundo, um arranjo regulatório mais democrático, para mim,   esse que consegue fazer uma relação interseccional entre esses diferentes tipos. A gente não pode deixar de falar de conteúdos extremistas e de incitação ao suicídio etc. — precisa ser regulado e precisa ser responsabilidade das plataformas. Do mesmo jeito, a gente tem que pensar num modelo de responsabilização, de desmonetização... Ou seja, vários modelos de regulação pensados interseccionalmente também. Então, eu vejo dessa forma. O conceito de interseccionalidade é muito importante, inclusive não são entre formas diferentes de regulação, como também diferentes m dias — como as m dias se interseccionam também: m dia de massa, m dia digital, as m dias chamadas impressas, mas mais voltadas para o texto, diferentes linguagens. Eu acho muito importante a gente pensar dessa forma. E acho que é um caminho para se olhar ali em questões de regulação.

Uma questão mais de fundo que eu tenho trabalhado — e vou defender agora na tese de livre-docência —, que   também inspirado nas filosofias ameríndias, pensadores, filósofos indígenas, e também, claro, filósofos e pensadores da comunicação, como o professor Ciro Marcondes Filho: como a gente faz para valorizar o jornalismo? Como a gente faz para convencer a população para se criar uma política pública e um fundo independente para o financiamento do bom jornalismo?

Até agora, o máximo que a gente chegou   pensar a comunicação enquanto um bem público —   um bem público, do mesmo jeito que o meio ambiente é um bem público. Ele é de livre acesso, mas não pode ser apropriado nem pelo mercado, nem totalmente pelo Estado.   de todos, mas de ninguém em particular. De todos, coletivamente.

Agora, a gente talvez precise caminhar para outra coisa. E acho que ressoa bastante com o que a professora Santaella falou. A gente talvez precise pensar a comunicação pública — ou a comunicação de interesse público —, não são a comunicação do Estado e de outras agências financiadas com recurso público diretamente, como algo que tem uma dignidade em si mesma. Uma espécie de comunicação enquanto *ser*, enquanto algo que não vai levar necessariamente a um fim — que seja "mais democracia" —, mas apoiar e financiar e proteger a comunicação enquanto uma espécie de *ser*. Não é um ser totêmico, não   essa ideia, mas enquanto algo que tem uma dignidade própria. O professor Ciro [Marcondes] fala: "Comunicação não é uma coisa. A comunicação   um acontecimento mágico que emerge da interação de duas ou

mais intencionalidades". E   algo que   difícil a gente captar, mas que é fundamental para a gente se a gente não tem... Então, assim,   tão urgente e emergente a gente repensar a forma de olhar e falar sobre a comunicação quanto olhar e falar sobre a natureza, o planeta. Sem o quê, a gente não vai conseguir criar essas novas narrativas, novos imaginários, e talvez construir um pouco mais de possibilidade de apoio, de proteção. A gente tem que ver enquanto... Ou seja, a dignidade não é o monopólio do ser humano.

A dignidade   dos animais,   do planeta, da natureza. E por que não das máquinas e dos sistemas de processamento de dados? A gente pode pensar, talvez, t mbem como uma dignidade para você... A gente cria um sistema de processamento que gera um benefício enorme. A gente tem que protegê-lo. Ele não pode ser dominado nem pelo mercado totalmente, nem pelo Estado.

Então, estou pensando um pouco mais nessa linha filosófica, que tem a ver com uma espécie de diálogo com a filosofia ameríndia, da gente repensar mesmo. E aí é um pouco de realmente calçar as sandálias da humildade — o jornalismo, a academia t mbem —, que a gente tem o que aprender. E em relação de igualdade. Sem isso, a gente não vai conseguir dialogar com as *big techs*; a gente não vai conseguir dialogar com as escolas, que são fundamentais para a universidade — que é um desafio que eu tenho nas atividades de extensão —, mas é um desafio construir isso, construir esse comum novamente.

Talvez seja isso: atribuir uma dignidade própria. A gente fala, não é bom, mas será que a gente vê ainda como um bem público que eu posso me apropriar para determinados fins? É algo que a gente tem que cuidar, que a gente tem que apoiar, que a gente tem que financiar, que a gente tem que proteger com recursos públicos e de forma multissetorial, interseccional.

De modo geral, são essas ideias que eu tenho pensado. Eu acho que poderia ser mais um insumo para o debate, mas eu só tenho a agradecer — aprendi muito aqui com vocês.   uma honra poder fazer parte de uma mesa como essa. Obrigado, Magaly [Prado]. Obrigado a todo mundo que participou e aguentou até agora, de tarde. Um abra o.

Debate mesa 3

Guilherme Ary Plonski - Muito bem, obrigado. Então, aos três colegas que falaram. A palavra está aberta, tanto para quem está presente quanto se houver alguma questão do público do YouTube.

Lucia Santaella - Eu sei que vocês estão com pressa. Eu não vou demorar muito. Primeiro com você. A lembrança da interseccionalidade é um novo método. É uma outra coisa. Então, a gente tem que enfatizar porque são camadas, e você tem que vir na transversal. Isso mesmo. Você levantou os

meios de comunicação: eles não se reduzem hoje. Não é só nas redes, o jornalismo continua funcionando — claro que dentro da lógica do digital —, mas muito bem lembrado. Vou ser rápida.

Você forneceu uma chave com a história do *Faber* e do *Sapiens*. O *Faber* vai indo muito rápido e vai criando um *gap* cada vez maior, histórico. Então, onde eu quero chegar? Semioticamente, o *Faber* produz signos utilitários. Não é que ele não pensa — por isso que eu falo, a inteligência artificial também pensa —, mas que tipo de pensamento? Instrumental. É um pensamento funcional: funciona ou não funciona. Esse é o pensamento. Vamos diferenciar com o outro: o pensamento humano, no seu sentido legítimo, é um signo inútil. Ou seja, o pensamento que leva o conhecimento à frente é o metapensamento, que se autopena. Muito obrigado.

Helton Lucinda Ribeiro - Boa tarde. Meu nome é Helton. Eu sou pesquisador aqui do JDL, orientando do Vitor [Blotta]. Quero dialogar, Vitor, com uma das muitas formulações interessantes do artigo do Rodrigo [Mesquita]. Ele fala da colonização da esfera pública. E colonização da esfera pública não é uma coisa nova. Eu acho que o algoritmo talvez esteja levando isso aos limites da colonização. Mas por trás da colonização da esfera pública, o que existe é uma racionalidade que coloniza — uma racionalidade que é a do mercado — a esfera pública. Nesse sentido, se a gente busca uma esfera pública democrática, onde haja a formação da vontade de forma inclusiva, ela requer uma outra racionalidade.

E aí você tocou na questão da comunicação como bem público e as formas de financiamento — foi falado brevemente de manhã —, mas eu queria insistir nisso, porque para mim isso é central. Se a gente não pensa no financiamento, a gente não consegue enfrentar essa racionalidade colonizadora. E aí, pegando mais uma vez o exemplo da Natália Viana, eu achei muito interessante ontem na conversa quando ela disse assim: "A Agência Pública é uma empresa não lucrativa. Ela não está vendendo um produto". Então, ela já está inserida numa outra racionalidade. E aí eu queria saber de você se... Essa é uma experiência — acho que tem outras —, partidas com a da Agência Pública, numa escala pequena. Mas a gente também precisa pensar isso numa escala maior. E eu penso que talvez o Estado possa ter um papel de garantir esse financiamento público. E aí eu queria saber o que você acha disso.

Vitor Blotta - Obrigado, Elton. Eu acho que o maior exemplo que a gente tem — e aí eu vou seguir as palavras do nosso mestre —, aqui, é a universidade: o financiamento público para um espaço de livre pensamento e de regras próprias para o benefício da sociedade. Então, se a gente pensa na comunicação da universidade como a melhor forma de comunicação pública, ou a mais independente do Estado possível, eu concordo plenamente. Então, a gente tem que ver como construir esse fundo, como fazer essa distribuição.

Acho que essa é a dificuldade. Mas eu concordo plenamente. Eu acho que a gente precisa ter. A questão é como convencer e, claro, depois pensar: "De onde a gente vai tirar o dinheiro?". Isso é uma luta muito grande dentro da cultura política. Porque você fala em colonização pelo mercado. A gente fala muito, e o [Jürgen] Habermas fala: a colonização pelo mercado, pelo Estado, do mundo da vida. É como se o mundo da vida fosse puro e límpido. O mundo da vida, cheio de interseccionalidades e relações de poder, também tem várias formas de colonização que a gente tem que enfrentar. Uma delas é isso: esse debate público, a disputa por imaginações, imaginários possíveis, novos mitos aqui na esfera pública, nas esferas públicas.

Guilherme Ary Plonski - Mais alguma questão? Eu queria pedir, então, para a mesa — você já está com o microfone —, começando contigo: alguma palavra final, algum encerramento? Depois, o professor [Eugênio] Bucci. Luiz Fernando [Martins Castro], tem pergunta?

Cristina Ramalho - Obrigada. Vou tentar ser bem rápida. Eu gostei muito do professor Vitor [Blotta] quando ele fala da questão da comunicação ser um bem público. E me preocupa muito a questão das mensagens que os sistemas d o de volta, que, para mim, vêm muito vazias de conteúdo e nem de longe têm a intenção de fazer uma educação do usuário. Eles estão educando o usuário a ser submisso, a aceitar tudo.   fácil, é intuitivo. Então, tem todo, a meu ver, um lado de desenvolvimento de *software* que é muito enganoso. Eu queria saber —   uma pergunta mesmo —, eu não conheço como a legislação encara isso, porque o que me parece   que eles vão muito atrás do código, dar uma olhada no modelo, e não necessariamente nas mensagens que os sistemas d o e como que as coisas são muito mais fáceis de serem feitas para o interesse corporativo do que para o interesse do usuário. Por exemplo: você faz uma compra com um clique; vai cancelar essa compra, quanto tempo demora? Então, assim: o que a legislação — aí vai para o professor Luiz também — o que  ? A legislação está atuando nesse sentido de inibir isso? Porque se eu consigo comprar com um clique, eu deveria poder "descomprar" com um clique ainda — sei lá —, por um tempo imediato, depois qualquer coisa. E isso não existe. A gente sabe que não existe. Como   que a gente poderia colocar esse tipo de limite para quem está desenvolvendo as plataformas? E também se existe algum tipo de contrapartida das plataformas no sentido de uma educação digital, de parar de deixar as pessoas serem ignorantes. Porque é claro que é fundamental a universidade estar participando — e   riquíssimo e tem que ter muito financiamento para isso —, mas também é preciso educar o povo, mesmo o usuário, para não ficar tão submisso e aceitar e ser iludido tão facilmente.

Vitor Blotta - S  rapidinho: pensando... Eu acho que o projeto de regulação da IA é muito bom. Ele tem a questão da classificação dos sistemas de risco. E aí, talvez seja isso: pensar a partir dessa parte. E, dependendo do sistema de

risco, você conseguir fazer com que determinada área do mercado seja mais regulada e, sem o quê, você não consegue abrir uma empresa dessa. A ideia da autorregulação regulada têm também acho muito interessante. Então, caminharia por aí também. Sim: dever de cuidado, essa ideia do retorno também em termos de educação midiática. Então, acho que tem algumas coisas sendo desenhadas. Uma pena o PL 2630 não ter sido aprovado, mas está ali, n ? O desenho está ali. Acho que a gente tem que avançar. Que bom que o Pablo [Ortellado] está trazendo os tomadores de decisão aqui também para dialogar conosco. Mas, obrigada.

Eugênio Bucci - E aí, eu quero agradecer. Agradeço aqui, na pessoa da Roseli [de Deus Lopes] e na pessoa do Guilherme Ary Plonsky, que   tão, tão especial para a gente. Agradeço a querida Magaly [Prado], que põe tanta coisa para funcionar. Acho que foi um dia muito fecundo em ideias e sementeiras. Algo vai ficar, vai seguindo. O que a Roseli [de Deus Lopes] disse aqui foi muito bom para mim, eu anotei muita coisa. Gostei muito de participar. Fiquei contente com essa realização. Acho um dia bom para a nossa universidade, para o Instituto de Estudos Avançados. Agradeço muito.

Sobre a sua pergunta: você fala da legislação, mas o seu t pico   quase que Direito do Consumidor. Direito do Consumidor é um capítulo que foi aberto muito recentemente e funciona, e está indo bem em outros países —   um pouco diferente —, mas a legislação nesse ponto tem muitas coisas diferentes, e muitas coisas terão que ser feitas. Muito  l m disso, há um esforço sendo rascunhado de uma espécie de disciplinamento no plano internacional, como a gente já tem às vezes nas questões ambientais. Mas você vê que a COP   uma coisa que está aí há trinta anos. Então,   uma ou mais... Então isso leva tempo. Depois, nós temos que pensar em regulação e regulament  o, que são coisas diferentes, e aí vêm políticas públicas. Quando você fala de educação,   muita política pública. São frentes diferentes, são até instrumentos distintos. Mas o que você falou   do Direito do Consumidor. Você tem toda a razão. Tomara que a gente consiga.

Das coisas que eu mais me orgulho de ter feito, das mais difíceis que eu fiz na vida, foi cancelar minha assinatura do *Globo*. Eu tinha uma assinatura de papel, e o *Globo* s  chegava às dez horas da manhã na minha casa porque, você sabe, eu moro aqui do lado da USP —   fora da civilização — e não tinha jeito. Aí, eu tive que ligar para o mineiro, meu grande amigo Luiz Ant nio Novaes. Aí cancelaram. Uma outra proeza que eu fiz — essa, talvez, maior —, foi cancelar a assinatura que meu pai tinha da *Veja*, porque meu pai morreu. Contra a minha vontade e não tinha jeito. Não tinha jeito! Eu escrevia... Um dia, eu apelei para o Roberto Civita. Aí, ele me pediu para escrever. Eu escrevi para alguém, expliquei: "Foi contra a minha vontade, meu pai morreu. Juro que eu não queria que meu pai morresse. Mas, tendo ele morrido, eu não posso mais ter assinatura". No dia seguinte, chegou uma resposta para o Roberto: "Já tiramos o nome de todos os sete bancos de dados". Imagina o que é isso? Foi

cancelar. Então, é Código do Consumidor. Espero que funcione e me somo a você. Muito obrigado, gente.

Luiz Fernando Martins Castro - Bom, eu que agradeço. Aprendo mais do que qualquer outra coisa aqui. A professora Lucia [Santaella] trouxe pontos importantes. Respondendo à sua pergunta — o Bucci já respondeu —, é Direito do Consumidor. Eu já escrevi um artiguinho muito simples, que eu reproduzo o pensamento do Miguel Reale, que ele fala o seguinte: o código e as leis têm que ser entendidas como um conjunto harmônico. Então, é um grande erro — eu rogo a vocês que prestem atenção e não perpetuar uma bobagem que se fala por aí — é que não tem lei, que precisa regular. Não. Eu concordo que há situações em que uma nova regulação precisa ajudar a interpretar, mas imaginar que não tem lei e que o pau pode comer solto porque não tem lei é uma grande bobagem.

Tem o Código do Consumidor, tem a Constituição, tem o Código Penal, tem a lei de concorrência, tem o ECA, tem o ECA digital. E só para dar um exemplo: a Mônica Tiemi é uma professora lá de Brasília, do IDP de Brasília, que dá aula na pós-graduação [da Cátedra Oscar Sala], coordenou um trabalho sobre a Lei da LGPD nos tribunais. Ela disse que os alunos pesquisadores ficaram muito tristes, muito frustrados quando constataram que mais de 70% das decisões proferidas pelos tribunais brasileiros sobre temas relacionados à privacidade no digital não embasaram a decisão em artigos da lei da LGPD, mas no Código Civil, na Constituição, nas leis tradicionais. Eu fiquei contente. Os jovens ficam tristes porque eles querem um positivismo extremo. Eu prefiro a capacidade de flexibilidade.

Se vocês forem pensar, olhando no passado recente, tudo que foi feito na última eleição, ainda que por iniciativa de um único ministro do TSE, foi feito com base em leis gerais. Não foi na lei da fake news — que não existe. Então, é o seguinte: tendo coragem, tendo a provocação correta, tendo a reflexão... existe lei. Então, quem pede a lei que não existe para então começar a penalizar os excessos está jogando o jogo do bandido, do inimigo. Porque, para ele, sim, interessa passar essa imagem de que não tem lei, então "eu posso". Não, não é bem assim.

Cristina Ramalho - Mas, existe uma lei específica nessa questão da comunicação, de ter que ser ida e volta? Essa era a minha pergunta também. Você está falando dos *bots*? Por exemplo, a Meta lançou o *bot* de IA e não deixa de ligar. Não tem uma lei que coíbe esse tipo de coisa?

Luiz Fernando Martins Castro - Eu acho que os temas que você trouxe se resolvem no Código do Consumidor, mas a gente fala aqui fora. Obrigado.

Guilherme Ary Plonski - Bem, nós vamos concluir. Duas palavras. Primeiro, de agradecimento. Agradeço aos quatro, ao quarteto que bolou esse evento: a Magaly [Prado], o Eugênio [Bucci], o Luiz Fernando [Martins Castro] e o Virgílio

[Almeida]. Agradeço à equipe do IEA, tradicionalmente super apoiadora — Roseli [de Deus Lopes], e para todo mundo, porque tem um pessoal que está mais diretamente aqui, agora está o Sérgio, mas tem o pessoal que está na infraestrutura. O segundo ponto   o seguinte: uma expressão só que eu senti falta — acho que não ouvi o dia inteiro —, que   imprensa como quarto poder. Eu acho que   sintomático que essa expressão não apareceu. Pergunta para um próximo seminário.

Eu queria pedir a gentileza de mais dois ou três minutinhos para a gente dar a palavra para o Rodrigo Mesquita, que foi o provocador positivo desse nosso encontro — quando o IEA foi criado em 1986 pelo Goldemberg, a sua missão era favorecer novas ideias. E você, então, nos favoreceu trazendo uma nova ideia. Então, Rodrigo [Mesquita], a palavra final   sua.

Rodrigo Mesquita: Obrigado. Eu comecei agradecendo a oportunidade que o Instituto de Estudos Avançados e especialmente a Cátedra Oscar Sala me deram de participar dessa discussão, desse debate. Então, eu termino parabenizando todo mundo e sugerindo que a gente tente tirar desse evento um documento para divulgar. Eu acho que a Cátedra Oscar Sala é um centro de excelência hoje em relação a esse tema, e ela deve se colocar cada vez mais no mercado como um centro de referência sobre as questões que nós debatemos hoje. E a outra coisa é a gente tentar — eu agradeço aqui especialmente à minha amiga Roseli [de Deus Lopes] —, da gente tentar instituir um programa de trabalho para criar alternativas para o Jornalismo continuar presente e desempenhando seu papel junto à sociedade. Muito obrigado.

Guilherme Ary Plonski - Então, os professores receberam lição de casa? Até mais, gente. Muito obrigado. Foi excelente.
